

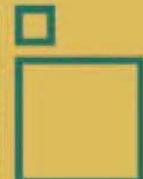


DESQOOP

DESENVOLVIMENTO RURAL
TRANSFRONTEIRIZO DE BASE COOPERATIVA
GALICIA - NORTE DE PORTUGAL



Programa Operacional Regional do Norte



Portugal Europeia
Cooperação Transfronteiriça
INTERREG II A

Fundo Europeu de
Cooperação Regional
ERDF

IDARN





1. Introdução

O presente relatório surge no âmbito da realização da acção n.º 2 “Modelo de Desenvolvimento Cooperativo Transfronteiriço” inserida no Projecto DESQOOP – Desenvolvimento Rural Transfronteiriço de Base Cooperativa, Galiza – Norte de Portugal, apoiado pelo Programa Transfronteiriço INTERREG IIIA. O Projecto DESQOOP assenta na promoção empresarial e comercial do cooperativismo e dos seus factores de competitividade, qualidade e ampliação de mercados.

No âmbito do projecto estão definidos um conjunto de eixos de actuação, entre os quais se identifica como área de trabalho a privilegiar a elaboração de um Modelo de Desenvolvimento Rural que permita associar a consolidação do sector agro-alimentar e suas economias de escala com factores de desenvolvimento turístico e a competitividade empresarial.

De acordo com a metodologia adoptada, a elaboração do Modelo de Desenvolvimento Cooperativo compreende duas fases. A primeira fase consiste na identificação e análise das principais dinâmicas e bloqueios ao desenvolvimento do território em estudo, a que se segue uma segunda fase onde se desenhará um plano de desenvolvimento económico e empresarial cooperativo transfronteiriço.

O presente relatório é o resultado da concretização da primeira fase, isto é, apresenta uma caracterização da situação socio-económica da área transfronteiriça de intervenção do DESQOOP e abrange os seguintes domínios: o território, os recursos, as infra-estruturas e serviços, a população, a actividade económica, a agricultura, a estrutura empresarial e as iniciativas de desenvolvimento.

A definição da área de intervenção do projecto, que inclui nove concelhos da Região Norte de Portugal e seis comarcas Galegas inseridos na área transfronteiriça Galiza-Norte de Portugal, teve como base a importância e potencialidade da actividade cooperativa para o desenvolvimento empresarial e comercial cooperativo. No caso do território situado na Região Norte de Portugal optou-se pela eleição de uma área onde os respectivos concelhos apresentam grandes assimetrias que realçam a oposição litoral-interior, característica comum a todo o território continental de Portugal. Esta assimetria permite contudo destacar as especificidades de cada concelho e assim definir uma estratégia adequada de desenvolvimento rural de base cooperativa.



As conclusões agora apresentadas constituem o ponto de partida para a concretização da segunda fase desta acção, isto é, a elaboração do plano de desenvolvimento económico e empresarial cooperativo transfronteiriço.



2. Metodologia

Como foi referido no capítulo introdutório este estudo engloba nove concelhos inseridos no território Transfronteiriço Galiza-Norte de Portugal e áreas adjacentes. No caso português a área de intervenção do projecto inclui os concelhos de: Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Terras de Bouro, Vila Verde, Boticas, Chaves e Montalegre.

De acordo com os objectivos subjacentes ao presente estudo optou-se por caracterizar e analisar o território ao nível geográfico de concelho, já que se dispõe de uma maior diversidade e actualidade de indicadores estatísticos. Sempre que se justifique é feita referência a unidades geográficas mais abrangentes como as NUT's III do Cávado e de Alto Trás-os-Montes e à NUT II Norte, ou em caso de sectores mais específicos, como é a situação do sector agrário, às respectivas Regiões Agrárias (Região Agrária de Entre Douro e Minho e Região Agrária de Trás-os-Montes¹).

A metodologia adoptada para a elaboração do presente relatório privilegiou a análise de informação secundária obtida através de pesquisa documental ou fornecida directamente pelas entidades responsáveis pela produção dos dados. Ao longo de cada capítulo far-se-á uma identificação pormenorizada das fontes de informação utilizadas.

Para além da introdução e da metodologia o presente relatório projecta-se em 5 capítulos principais:

Um primeiro capítulo sobre o âmbito do estudo, em que se faz uma aproximação ao território em estudo sobre três perspectivas fundamentais: a delimitação da área geográfica de estudo; a identificação dos principais recursos naturais e culturais; e a identificação das principais infra-estruturas e serviços existentes na área de intervenção DESQOOP.

¹ É de salientar o facto do período de execução do presente relatório ter coincidido a reestruturação ocorrida no Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas que passou pela definição de novos modelos organizacionais dos serviços que integram a respectiva estrutura. No caso dos concelhos da área de intervenção, que anteriormente se distribuíam por duas Regiões Agrárias e consequentemente por duas Direcções Regionais de Agricultura (Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes) passaram, com a publicação do Decreto Regulamentar n.º 12/2007 de 27 de Fevereiro, a pertencer ao mesmo Serviço de Administração do Estado, a Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte.



No segundo capítulo analisa-se um conjunto de indicadores estatísticos que permitem conhecer a situação socio-económica da área de intervenção DESQOOP, nomeadamente no que diz respeito à estrutura e movimento da população, à actividade económica dos diferentes concelhos e à actividade agrária existente.

O terceiro capítulo apresenta uma caracterização do tecido empresarial da área de intervenção DESQOOP com particular referência ao tecido cooperativo presente neste território.

O quarto capítulo centra-se nas iniciativas de desenvolvimento rural implantadas na área do projecto, concretamente em relação à aplicação da iniciativa comunitária para o desenvolvimento rural designada por Programa LEADER.

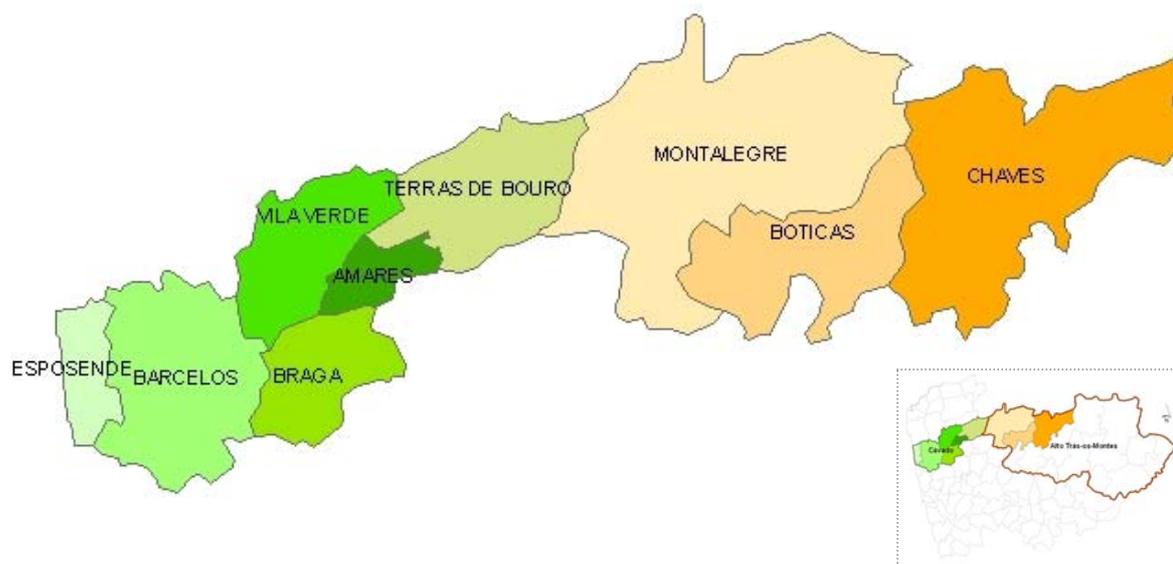
No quinto e último capítulo é definido um conjunto de conclusões tendentes a apoiar a elaboração do plano de desenvolvimento económico e empresarial cooperativo transfronteiriço.

3. Âmbito do estudo: recursos, infra-estruturas e serviços na área de intervenção DESQOOP

3.1. Delimitação da área geográfica

Em Portugal, a área geográfica abrangida pelo projecto DESQOOP está incluída na NUT II Norte, reunindo a totalidade da NUT III Cávado e três concelhos da NUT III Alto Trás-os-Montes. Do ponto de vista administrativo a área do projecto abrange 9 concelhos com um total de 366 freguesias (Figura 1).

Figura 3.1 Estrutura administrativa



Fonte: Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP). Instituto Geográfico Português

Os concelhos incluídos na NUT III Cávado fazem fronteira, a Norte, com o Vale do Lima, a Sul, com o Vale do Ave, a Este com o oceano Atlântico, e a Nordeste, tal como os concelhos transmontanos, fazem fronteira com a Região espanhola da Galiza. A Sul, os concelhos localizados em Trás-os-Montes, fazem fronteira com o Vale do Douro Norte e a Este com as Terra Quente e Terra Fria Transmontanas.

A área de intervenção do projecto DESQOOP ocupa cerca de 2 965 Km² o que representa, aproximadamente, 14% da área total da Região Norte (Quadro 1). Da leitura do quadro, destaca-

se o facto dos concelhos transmontanos apenas representarem 1/3 do número total de concelhos do projecto mas ocuparem 58% da área total do território em estudo.

Quadro 3.1 Número de freguesias e área dos concelhos do projecto

		Número de Freguesias	Área (Km ²)
NUT III Cávado	Amares	24	82,0
	Barcelos	89	378,9
	Braga	62	183,2
	Esposende	15	95,4
	Terras de Bouro	17	277,5
	Vila Verde	58	228,7
NUT III Alto Trás-os-Montes	Boticas	16	322,0
	Chaves	50	591,3
	Montalegre	35	805,8
Total		366	2 964,8
Região Norte		2 026	21 287,5

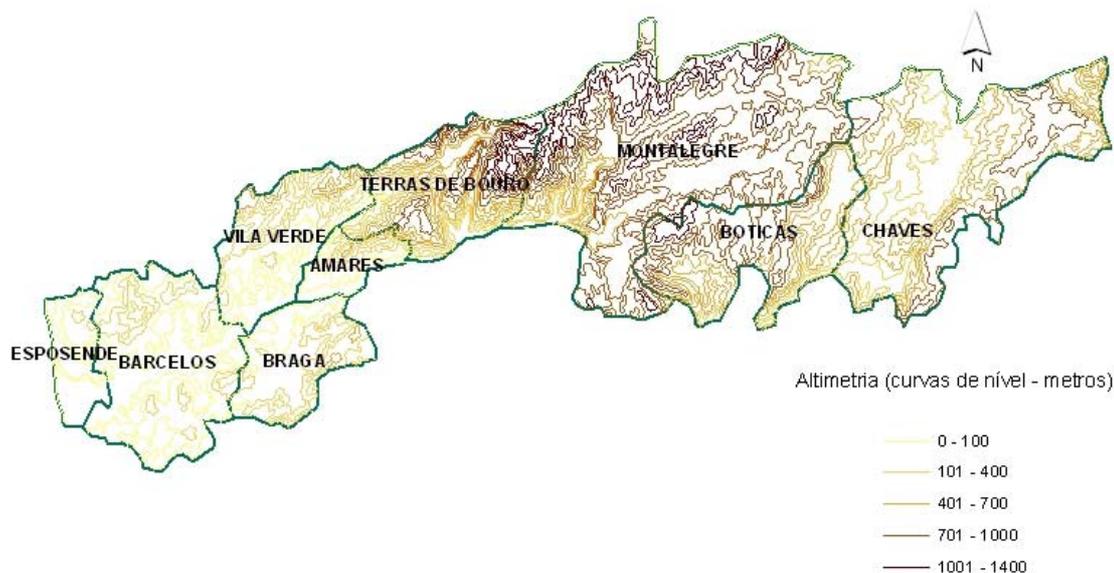
Fonte: INE. Anuário Estatístico da Região Norte 2004.

3.1.1. Meio físico da área de intervenção DESQOOP

3.1.1.1. Unidades de Relevo

A Região apresenta formas de relevo diferentes, já que se estende por uma faixa que vai desde zonas de menor altitude, junto ao litoral (concelhos de Esposende, Barcelos e Braga) até zonas de elevada altitude (concelhos de Terras do Bouro, Montalegre e Boticas), passando por zonas de relevo intermédio (concelhos de Vila Verde, Amares e Chaves) (Figura 2).

Figura 3.2 Altimetria



Fonte: Atlas do Ambiente Digital. Instituto do Ambiente.

Seguidamente, e com base na informação fornecida pelas Câmaras Municipais e outras entidades presentes na Região, apresentam-se as principais especificidades topográficas existentes em cada concelho.

Em **Esposende** podem-se distinguir duas zonas de características distintas. Uma, abrangendo a zona costeira (área de várzea e veiga com altitudes inferiores a 100 metros) que se estende dos rios Neiva ao Cávado, mas a Sul deste inflectindo para o interior; a outra que se encontra a Nascente da arriba que corre paralelamente à costa e onde se encontram os pontos mais altos do concelho¹.

O concelho de **Barcelos** é atravessado pelo Rio Cávado situando-se, no seu vale, as zonas de menor altitude. As áreas com relevo mais acidentado situam-se a Norte do concelho em que se salienta o Monte de São Gonçalo onde culmina o ponto mais alto com 485 m, o Penedo do

¹ Fonte: Câmara Municipal de Esposende (<http://www.cm-esposende.pt>)



Ladrão (415 m) e o Monte do Facho (324 m). A sul do Rio Cávado identificam-se como zonas de maior altitude o Monte de Airó (418 m) e o Monte da Franqueira (303 m)².

O relevo do concelho de **Braga**, é caracterizado por uma relativa irregularidade, apesar de não se poder considerar um território montanhoso, pois a sua localização coincide com o ponto geográfico onde as cadeias montanhosas da “barreira de condensação” acabam e começam as planícies litorais. No entanto, o território é caracterizado pela existência de um conjunto de vertentes, resultado do conjunto de vales abertos, que se desenvolvem ao longo do concelho e que o ladeiam.

As cadeias montanhosas e as vertentes mais acentuadas desenvolvem-se de Nordeste para Sudoeste. Deste modo, pode-se referir a existência a Nordeste da Serra dos Carvalhos cuja cota mais elevada atinge os 479 metros no ponto cotado de Eiras Velhas, a Este a Serra dos Picos que atinge uma altitude de 565 metros e o Monte de Campelos com uma altitude máxima de 440 metros.

De Nordeste para Sudoeste vai-se encontrando um conjunto de vertentes e de montes que marcam decididamente a morfologia do território concelhio, dos quais se pode destacar: o Penedos Brancos cuja cota máxima é de 429 metros; o Monte de Sameiro cuja altitude máxima é de 572 metros; o Monte Frio (548 metros); o Monte de Santa Marta (562 metros); Costa do Gaio (437 metros); Penedo Branco (463 metros).

A Sul, destaca-se o Penedo das Letras, com uma cota máxima de 444 metros, e os Montes de São Mamede e das Lajes (427 e 346 metros de cota máxima respectivamente).

A Oeste do concelho, destaca-se os Montes das Caldas e de São Filipe, com uma altitude máxima de 304 e 263 metros, respectivamente.

Na área mais interior do concelho, apesar de ser constituído por espaços essencialmente planos, pode-se encontrar algumas formações montanhosas de menor dimensão que as anteriores, mas que ganham importância devido à posição central que ocupam. Correspondem aos espaços contíguos ao centro da cidade condicionando o crescimento e a expansão das novas áreas urbanas. São exemplo destas pequenas formações montanhosas: a Sul, o Alto da Vela (371 metros), os Montes do Picoto (298 metros de altitude), e a Mouta (242 metros); a Oeste o Monte

² Fonte: informação extraída da Carta de Modelação Digital do Terreno do concelho de Barcelos, fornecida pela Câmara Municipal de Barcelos.



São Gregório (196 metros); a Norte da cidade, destaca-se a área que corresponde ao Convento de Montariol (312 metros), o ponto cotado de Pedroso (232 metros) e o Monte de Vasconcelos (Vale do Fojo - 356 metros), para além da encosta dos Santuários do Bom Jesus e do Monte de Rio Mau (453 e 501 metros, respectivamente), a Este.

A Norte, o concelho é limitado pelo Rio Cávado, coincidindo este com as áreas mais planas e com as menores altitudes. Observando a evolução das altitudes nos espaços contíguos ao rio Cavado pode-se constatar que esta vai diminuindo progressivamente á medida que o rio se desloca para a foz. Ou seja, a altitude mais elevada regista-se a Nordeste do concelho a montante do rio (68 metros) e vai diminuindo á medida que caminhamos para jusante, até aos 22 metros de altitude (Noroeste do concelho).

Apesar de um predomínio das zonas de vales e encostas, as altitudes não atingem valores muito elevados variando entre os 20 metros no leito do rio Cávado (a jusante), e os 572 metros no Sameiro, pelo que a exposição solar é de um modo geral boa em todo o território³.

O concelho de **Amares** apresenta, no essencial, duas áreas distintas: uma associada ao contacto entre o rio Cávado e o rio Homem, e outra que corresponde ao contacto com a Serra do Gerês.

A primeira apresenta um relevo suave, em que a variação da altitude não é muito marcada. Pode-se considerar que se trata de uma área com fisionomia ribeirinha, que ocupa a parte Sudoeste do concelho, progredindo para Este ao longo de faixas estreitas que seguem os rios Cávado e Homem. Esta superfície corresponde a uma forma de erosão herdada, aplanada, sendo hoje um terraço fluvial. As altitudes dominantes são as que variam até aos 100 m.

Pelo contrário, a segunda área apresenta um relevo vigoroso. A borbadura da Serra do Gerês marca aqui a sua presença, assistindo-se assim a grandes desníveis de altitude, assim como a uma maior irregularidade da mesma. A Serra tem início a Norte das Freguesias de Amares e Besteiros, seguindo com direcção Sudoeste – Nordeste, atravessando todo o concelho, para lá de Santa Isabel.

As altitudes variam entre os 28 metros, junto à confluência do Cávado com o Homem, e os 901 metros, no vértice geodésico de Santa Isabel, portanto, uma grande amplitude altimétrica.

Em termos de área ocupada, a classe com altitudes mais baixas é que tem maior expressão, com 3 133 hectares, que correspondem a 38% da superfície total do concelho, à qual, se somarmos a

³ Fonte: Divisão de Planeamento da Câmara Municipal de Braga.



classe dos 100 a 200 metros perfazem mais de 60% da área total do mesmo. À medida que avançamos em altitude as classes perdem representação espacial, sendo que a classe superior aos 800 metros detêm apenas 0,5% da superfície total (com 37 hectares).

Se grande parte de Amares detêm altitudes reduzidas, o contraste entre elas é, no entanto, expressivo. Esta posição de transição confere-lhe uma diversidade na paisagem, no povoamento, assim como nos usos do solo⁴.

A fisiografia do concelho de **Terras de Bouro** caracteriza-se com grande diversidade de cotas que variam entre 66 metros (cota mais baixa localizada nas margens do rio Homem) e os 1 545 metros (cota mais alta, localizada nos picos da Serra do Gerês - Pico da Nevosa, nos Carris)⁵.

O relevo no Município de **Chaves**, varia entre as cotas de 200 e 1055 m, registando-se os valores de cota mais baixo ao longo do rio de Tâmega e sua veiga, cotas compreendidas entre 200 a 400 m de altitude (Carta 2). Os picos de maior cota, altitude superior a 938 m situam-se nas freguesias de Mairos (Cantarinhas), Travancas (Serra Nova), Calvão (Forninhos) e Póvoa de Agrações (Seixedo).

Maioritariamente o concelho insere-se nas cotas de 400 a 700 m de altitude, situando-se neste intervalo as freguesias de: Anelhe, Bustelo, Calvão, Curalha, Eiras, Ervededo, Faiões, Lama de Arcos, Loivos, Oura, Paradela, Redondelo, Samaiões, Sanjurge, Santo António de Monforte, Santo Estêvão, Soutelo, Seara Velha, Vale de Anta, Vilas Boas, Vilarelho da Raia, Vilela do Tâmega e Vilela Seca.

A Noroeste do concelho as freguesias de Calvão e Soutelinho da Raia apresentam altitudes compreendidas entre 700 e 1000 m.

A Sudeste, Este e Nordeste encontram-se várias freguesias com altitudes compreendidas entre os 700 e 1000 m de altitude, ordenando-as de sudeste para nordeste: Póvoa de Agrações, Santa Leocádia, Moreiras, Nogueira da Montanha, Vilar de Nantes, Cela, São Julião de Montenegro, Oucidres, Águas Frias, Bobadela, Tronco, Sanfins, Cimo de Vila da Castanheira, Roriz, São Vicente, Travancas e Mairos.

Os maiores declives coincidem com a serra do Brunheiro (desde Póvoa de Agrações até Mairos); serras das Travessas e Monte Meão (São Vicente da Raia), Serra do Castelo do Mau

⁴ Fonte: Divisão de Urbanismo e Serviços Urbanos da Câmara Municipal de Amares

⁵ Fonte: Câmara Municipal de Terras de Bouro (<http://www.cm-terrasdebouro.pt>)



Vizinho (Cimo de Vila da Castanheira a Sanfins), serra do Castelo de Monforte (Águas Frias); encostas de Souto Velho, Anelhe e Rebordondo (Anelhe); serra do ferro (Seara Velha), serra da Olga (Sanjurge); Alto Redondo e Sobreira (Bustelo); Serra do São Caetano (desde Castelões, Ervededo e Cambedo) e serra da Oura e Alto dos castelos (desde Oura a Agostém – zona limite do concelho). Estas zonas, em situações de deflagração de incêndio, devem merecer especial atenção. Os menores declives verificam-se na zona central do concelho, nomeadamente as freguesias do perímetro urbano (Madalena, Santa Maria Maior e Santa Cruz/Trindade), veiga de Chaves e freguesias adjacentes à margem do rio Tâmega, desde a cidade até ao limite do país (Outeiro seco, Faiões, Santo Estêvão, Vila Verde da Raia, Vilarelho da Raia, Vilela Seca, Bustelo, Sanjurge, Samaiões, Vilar de Nantes e Vale de Anta)⁶.

Relativamente à altimetria do concelho de **Vila Verde** verifica-se uma variação que vai desde os 30 metros, na confluência entre os rios Cávado e Homem (sul do concelho) até os 790 metros no Alto de Santo António (nordeste do concelho). Assim, podem-se verificar duas realidades: valores mais elevados a norte e nordeste do concelho e valores muito baixos a sudoeste do município (abaixo dos 100 metros). A altimetria do concelho de Vila Verde caracteriza-se pela forte e brusca mudança de valores relativamente baixos para valores elevados, podendo-se definir claramente uma diferença substancial entre o nordeste e o sul do concelho de Vila Verde. Em termos globais pode dizer-se que a maior parte do território do concelho insere-se no nível basal (< 400 metros de altitude).

Quanto aos declives, de Vila Verde divide-se em duas grandes áreas: uma a que podemos denominar como ribeirinha, cujos declives são relativamente pouco elevados, e uma outra de características fisiográficas mais acidentada a Norte, estabelecendo a fronteira com os concelhos de Ponte da Barca e Terras de Bouro (Serra do Gerês).

A área ribeirinha é limitada fisiograficamente pelo aumento de altitude e situações de declives mais acidentada, e onde se localizam os aglomerados urbanos de maior importância para o concelho. Esta área localiza-se a sudoeste do concelho e pode estender-se até aos 150 metros de altitude (noroeste da vila de Vila Verde). A sua altitude varia entre os 50 metros e 100 metros.

Por outro lado, encontramos a área montanhosa cujos declives são acentuados e podem-se verificar povoamentos dispersos e um sistema de agricultura de subsistência organizada em socalcos. Esta área desenvolve-se desde cotas relativamente baixas e cotas elevadas que atingem

⁶ Fonte: Câmara Municipal de Chaves. Texto elaborado por Eng.º Silvío Sevivas.



os 790 metros no nordeste do concelho. Em termos orográficos constata-se uma separação entre as terras baixas e pouco acidentadas dos aluviões para uma área de transição para a Serra do Gerês, tendo esta muitas afinidades em termos de declives e orografia⁷.

A zona do Barroso, que integra os concelhos de **Boticas e Montalegre**, subdivide-se nas seguintes sub-zonas:

- Terra Fria de Alto de Montanha, que envolve a zona correspondente aos cumes do Gerês, Mourela e Larouco com uma altitude superior a 1200-1300 metros;
- Terra Fria de Montanha, que é uma zona de Serras como o Gerês, Larouco, Barroso e Planalto da Mourela com uma altitude de 600-700 metros e 800-1000 metros;
- Terra Fria de Planalto, que corresponde à maior área percentual dos concelhos de Boticas e de Montalegre englobando a veiga de Montalegre, a Zona de Chãs, de Cerva e de Salto, situando-se a uma altitude 600-700 metros e 800-1000 metros;
- Região Intermédia que caracteriza a zona de Covelo do Gerês, Covas de Barros e o Vale do Tervo. A altitude situa-se entre 400-500 metros e 600-700 metros;
- Homogénea com características da Terra Quente. Considera-se todo o Cabril, com altitudes baixas⁸.

A Região integra um conjunto muito interessante de sistemas montanhosos dos quais se faz seguidamente uma breve descrição.

A **Serra do Gerês** é a segunda maior elevação de Portugal Continental, tem no seu cume (Pico da Nevosa), segundo folha do Instituto Geográfico do Exército, 1548 metros de altitude. No seu espaço enquadra-se o Parque Nacional da Peneda-Gerês. Faz ainda parte do sistema montanhoso da Peneda-Gerês. A **Serra do Larouco** é a terceira maior elevação de Portugal Continental, com 1535 metros de altitude, situando-se na fronteira do distrito de Vila Real com a Galiza. Esta serra faz parte do sistema montanhoso da Peneda-Gerês. A **Serra do Barroso** (também chamada de Alturas) é a oitava maior elevação de Portugal Continental, com 1279 metros de altitude. Situa-se no Alto Trás-os-Montes, no concelho de Boticas. Esta serra faz parte do sistema montanhoso da Peneda-Gerês⁹.

⁷ Fonte: Câmara Municipal de Vila Verde. Texto elaborado por Eng.º José Bezerra.

⁸ Fonte: Associação para o Desenvolvimento Agrário da Região do Alto Tâmega (<http://www.adrat.pt>).

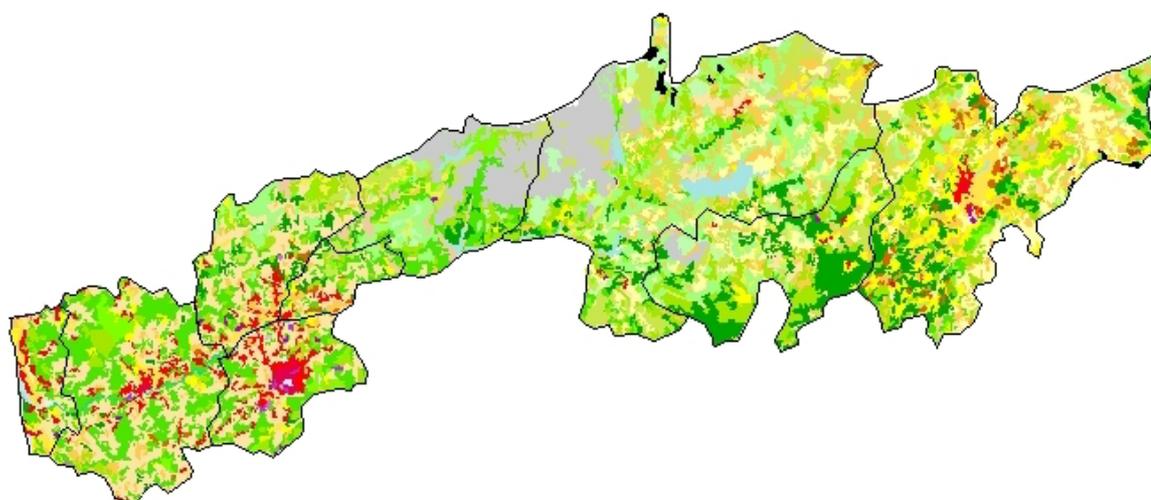
⁹ Fonte: <http://pt.wikipedia.org>

É ainda de salientar o **Planalto da Mourela**, que é uma região aplanada atingindo a cota máxima de 1380 metros e uma extensão aproximada de 5526 hectares. Apresenta formas arredondadas e declives suaves com um coberto vegetal diversificado e onde o carvalho dominado pelo carvalho-negral e os lameiros marcam de forma determinante a paisagem.

3.1.1.2. Usos do solo

Segundo a Cartografia de Ocupação do Solo em Portugal Continental em 2000, elaborada no âmbito do projecto Corine Land Cover 2000, e para as classes apuradas a situação da área do projecto correspondia à representada na figura seguinte.

Figura 3.3 Cartografia de ocupação do solo em 2000



Ocupação do Solo

111 - Tecido urbano contínuo	222 - Pomares	332 - Rocha nua
112 - Tecido urbano descontínuo	223 - Olivais	333 - Vegetação esparsa
121 - Indústria, comércio e equipamentos gerais	231 - Pastagens	334 - Áreas ardidas
122 - Redes viárias e ferroviárias e espaços associados	241 - Culturas anuais associadas às culturas permanentes	335 - Neves eternas e glaciares
123 - Zonas portuárias	242 - Sistemas culturais e parcelares complexos	411 - Paus
124 - Aeroportos	243 - Agricultura com espaços naturais	412 - Turfeiras
131 - Áreas de extração mineira	244 - Sistemas agro-forestais	421 - Sapais
132 - Áreas de deposição de resíduos	311 - Florestas de folhosas	422 - Salinas
133 - Áreas em construção	312 - Florestas de resinosas	423 - Zonas intertidais
141 - Espaços verdes urbanos	313 - Florestas mistas	511 - Linhas de água
142 - Equipamentos desportivos e de lazer	321 - Pastagens naturais	512 - Planos de água
211 - Culturas anuais de sequeiro	322 - Matos	521 - Lagunas litorais
212 - Culturas anuais de regadio	323 - Vegetação esclerófila	522 - Estuários
213 - Arrozais	324 - Espaços forestais degradados, cortes e novas plantações	523 - Mar e oceano
221 - Vinhas	331 - Praias, dunas e areais	

Fonte: Carta Corine Land Cover 2000. Instituto do Ambiente.



De acordo com a informação apresentada, pode-se verificar que os territórios artificializados (classes 111 a 142) se concentram preferencialmente nos concelhos da NUT III Cavado. Com exceção do concelho de Terras de Bouro, verifica-se que as manchas mais significativas de tecido urbano contínuo e descontínuo se situam em Esposende, Barcelos e Braga e nas áreas dos concelhos mais próximos de Braga, Vila Verde e Amares. Nos concelhos transmontanos apenas é de salientar o núcleo urbano de Chaves.

As áreas agrícolas estão representadas em todo o território do projecto. Nos concelhos litorais predominam as culturas anuais de regadio e as culturas anuais associadas às culturas permanentes. Nos concelhos Transmontanos as culturas anuais de regadio apenas têm alguma expressão no concelho de Chaves, nomeadamente na zona da Veiga. Relativamente às culturas anuais de sequeiro situam-se preferencialmente nos concelhos de Montalegre, Boticas e Chaves. Entre as culturas permanentes destaca-se a vinha que aparece em pequenas manchas espalhadas pelos concelhos de Barcelos, Braga, Amares e Chaves.

A área de pastagens, semeadas e naturais, está também presente em quase todo o território, concretamente nos concelhos com zonas de maior altitude associados à produção pecuária, onde se incluem os concelhos de Terras de Bouro, Montalegre e Boticas e parte dos concelhos de Vila Verde e Chaves.

De igual modo, as áreas florestais, também se estendem ao longo de toda a área do projecto destacando-se, a maior concentração de floresta de resinosas nos concelhos Transmontanos e de florestas mistas nos concelhos situados no Cávado.

3.2. Recursos naturais e culturais

3.2.1. Recursos naturais

A área de intervenção do projecto encerra um conjunto de valores naturais que lhe conferem características e especificidades únicas. A grandeza dos recursos naturais existentes é determinada pela vasta rede hidrológica que ocupa este território e pelo conjunto de áreas com interesse natural, histórico e cultural, de que são exemplo as áreas protegidas e as áreas incluídas na Rede Natura 2000. Neste ponto salientam-se ainda os recursos minerais e rochas pela importância que assumem em determinadas zonas do território em estudo.

3.2.1.1. Recursos hídricos

A área do projecto é rica em recursos hídricos, superficiais e subterrâneos que, pela sua importância natural e económica, constituem recursos importantes para a Região. Os recursos superficiais, com maior notoriedade, são constituídos por um conjunto de importantes cursos de água dos quais se destacam as bacias hidrográficas dos Rios Cávado e Tâmega. Entre os recursos hídricos subterrâneos salienta-se a Veiga de Chaves que representa uma importância regional de elevado significado.

Figura 3.4 Principais rios e albufeiras



Fonte: Atlas do Ambiente Digital. Instituto do Ambiente.

O rio **Cávado** nasce na Serra do Larouco, a uma altitude de cerca de 1520 metros, passando por Braga e Barcelos, e desagua no Oceano Atlântico junto a Esposende, após um percurso de 135 quilómetros.

A bacia hidrográfica do rio Cávado tem uma área de 1600 km² sendo limitada, a norte, pela bacia hidrográfica do Rio Lima e, a este e sul, pelas bacias dos Rio Douro e Rio Ave. Estima-se que a bacia hidrográfica do rio Cávado apresente uma capacidade total de armazenamento de



recursos hídricos na ordem dos 1180 hm³, em regime regularizado, valor que corresponde a quase 30 % do total existente em Portugal¹⁰.

Entre os principais afluentes destacam-se os Rios Homem e Rabagão. O Rio **Homem** é um afluente da margem direita do Cávado, tem um comprimento de 37 quilómetros e nasce na serra do Gerês, drenando uma área de 257 km². O escoamento anual na foz do rio Homem é de 399 hm³, sendo o afluente que mais contribui para o escoamento total do rio Cávado. O Rio **Rabagão** é um afluente da margem esquerda do rio Cávado. Nasce entre as serras do Barroso e do Larouco, e, com um comprimento de 37 quilómetros, drena uma área de 246 km².

Em virtude das excelentes condições existentes, construíram-se ao longo do Rio Cávado e seus afluentes um conjunto de barragens para aproveitamento hidroeléctrico. No Rio Cávado situam-se as barragens de **Penide**, **Alto Cávado**, **Paradela** e **Caniçada**. No rio Rabagão localizam-se os aproveitamentos hidroeléctricos das barragens do **Alto Rabagão** e da **Venda Nova** e no Rio Homem localiza-se o aproveitamento hidroeléctrico de **Vilarinho das Furnas**. Neste ponto apenas se identificam as barragens reservando-se a descrição mais pormenorizada para o ponto 3.3.1.3 em que se identificam e caracterizam as infra-estruturas energéticas existentes na área do projecto.

O rio **Tâmega** (Támega em espanhol) é um rio internacional, que nasce em Verín, Orense, Espanha e desagua em Entre-os-Rios no rio Douro. Dentro da área do projecto o seu percurso atravessa os concelhos de Chaves e Boticas. A sua bacia hidrográfica tem uma forma alongada no sentido Nordeste/Sudoeste, com uma área total de 3 328 km², dos quais 2 558 km² são em território nacional.

A riqueza de recursos hídricos presentes nesta Região traduz-se num conjunto de potencialidade em que se destacam, para além do já referido aproveitamento com fins hidroeléctricos, as águas minero-medicinais e a utilização da água para a rega.

Relativamente à descrição dos recursos hidrominerais e água de nascentes, reserva-se para o ponto 3.2.1.4 a caracterização pormenorizada do conjunto de aproveitamentos existentes na Região.

Dentro da área do projecto, e no que diz respeito à utilização da água para rega, destaca-se o **Aproveitamento Hidroagrícola de Chaves**.

¹⁰ Fonte: <http://pt.wikipedia.org>



De acordo com a informação disponibilizada pelo Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica (IDHRA), esta obra, construída nos anos de 1936 a 1949, situa-se na margem esquerda do rio Tâmega no concelho de Chaves. A área beneficiada prevista pelo projecto era de 1040 hectares, tendo-se posteriormente considerado como zona beneficiada 1000 hectares. Actualmente encontram-se em curso diversos processos de exclusão de prédios deste aproveitamento hidroagrícola, pelo que esta área beneficiada sofrerá uma redução, num futuro próximo.

A área em causa - Veiga de Chaves - constitui uma vasta depressão com cerca de 8 Km de comprimento e 1,5 Km de largura, ladeada por montanhas que se elevam a mais de 800 metros do lado oriental e 750 m do lado Ocidental.

A água para a rega provém de um açude galgável construído em alvenaria, capeado por cantaria de granito, localizado no rio Tâmega, a cerca de 200 metros a jusante da fronteira com a Espanha. O desenvolvimento total do açude é de 232,5 metros e com uma altura máxima acima do leito de 6 metros. As principais culturas deste aproveitamento hidroagrícola são a batata e o milho seguindo-se-lhes, as forragens e pastagens permanentes e temporárias.

Para além deste grande aproveitamento existem ainda vários regadios do tipo tradicional espalhados pelos concelhos, tendo por suporte a alimentação por poços e pequenos açudes.

3.2.1.2. Áreas protegidas

A área em estudo abrange duas áreas protegidas, o Parque Nacional da Peneda-Gerês e o Parque Natural do Litoral Norte.

O **Parque Nacional da Peneda-Gerês**, com uma superfície total de 69 693 hectares, constitui a única área protegida do território nacional que beneficia deste estatuto. Relativamente à sua localização geográfica a área do Parque estende-se por cinco concelhos: Melgaço, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Terras de Bouro e Montalegre, estes dois últimos pertencentes à área do projecto DESQOOP (Figura 5).

Figura 3.5 Área do Parque Nacional da Peneda-Gerês



Fonte: <http://portal.icn.pt/ICNPortal/vPT/Areas+Protegidas/ParquesNacionais/PenedaGerês/Mapa.htm>

A criação do Parque Nacional da Peneda-Gerês (Decreto-Lei nº 187/71, de 8 de Maio) visou a realização nessa área montanhosa de um planeamento capaz de valorizar as actividades humanas e os recursos naturais, tendo em vista finalidades educativas, turísticas e científicas. No fundo, tratava-se de conservar solos, águas, a flora e a fauna, assim como preservar a paisagem nesta vasta região montanhosa do noroeste português.

O Parque Nacional estende-se do planalto de Castro Laboreiro ao da Mourela, abrangendo as serras da Peneda, do Soajo, Amarela e do Gerês. Nas zonas de altitude são visíveis os efeitos da última glaciação - circos glaciares, moreias, pequenas lagoas e vales em U.

A natureza e orientação do relevo, as variações de altitude e as influências atlântica, mediterrânica e continental traduzem-se na variedade e riqueza do coberto vegetal: matos, carvalhais e pinhais, bosques de bétula ou vidoeiro, abundante vegetação bordejando as linhas de água, campos de cultivo e pastagens. As matas do Ramiscal, de Albergaria, do Cabril, todo o vale superior do rio Homem e a própria Serra do Gerês são um tipo de paisagem que dificilmente encontra em Portugal algo de comparável.



Estas serranias já foram solar do Urso pardo e da Cabra montesa. O Lobo vagueia num dos seus raros territórios de abrigo. A Águia-real pontifica no vasto cortejo das aves. Micro-mamíferos vários, caso da Toupeira-de-água, diversidade de répteis e anfíbios e uma fauna ictiológica que inclui a Truta e o Salmão enriquecem o quadro zoológico.

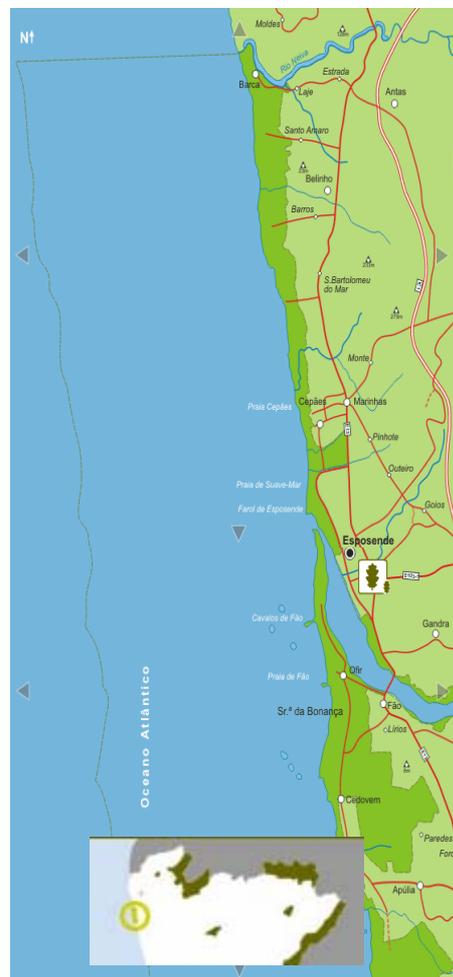
O passado traduz-se nos castelos de Castro Laboreiro e do Lindoso, monumentos megalíticos e testemunhos da ocupação romana. A geira, o antigo caminho que conduzia os legionários de Braga a Astorga, sobrevive num trecho da antiga calçada e nos curiosos marcos miliários. Curiosos povoados, a arquitectura dos socalcos, paradas de espigueiros, a frescura dos prados de lima, animam um quadro em que a ruralidade ainda está presente. Actividades turísticas em franco desenvolvimento¹¹.

A primeira razão de classificação do **Parque Natural do Litoral Norte** (Decreto Regulamentar nº 6/2005 de 21 de Julho) prende-se com a conservação do cordão litoral e dos seus elementos naturais físicos, estéticos e paisagísticos. Nesta zona, a preservação do sistema dunar é uma das condições indispensáveis à própria fixação de uma linha de costa actualmente sujeita a forte erosão.

¹¹ Fonte: Instituto de Conservação da Natureza (<http://portal.icn.pt>)

Figura 3.6 Área do Parque Natural do Litoral Norte

Tal como ilustra a figura 6, o Parque Natural do Litoral Norte estende-se por uma faixa costeira entre a foz do Cávado e a Apúlia, num horizonte raso onde, durante muito, as fainas do mar se confundiram com o trabalhar da terra. Parte destes areais do litoral minhoto foram colonizados graças ao sargaço colhido no mar e empregue como fertilizante do solo. A faixa marítima contígua à Área Protegida, e numa profundidade de 2,5 milhas marítimas, também foi classificada a fim de preservar a diversidade marinha tanto mais por se tratar de uma zona em que a pesca artesanal tem uma expressão evidente (<http://portal.icn.pt>).



Fonte: [http:// portal.icn.pt/ICNPortal/vPT/Areas+Protegidas/ParquesNaturais/LitoralNorte/Mapa.htm](http://portal.icn.pt/ICNPortal/vPT/Areas+Protegidas/ParquesNaturais/LitoralNorte/Mapa.htm)

3.2.1.3. Rede Natura 2000

A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica para o espaço Comunitário resultante da aplicação das Directivas 79-/409/CEE (Directiva Aves) e n.º 92/43/CEE (Directiva Habitats), e tem por objectivo “contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação de habitats naturais e da fauna e da flora selvagens no território europeu dos Estados-membros em que o Tratado é aplicável”.

As Directivas Aves e Habitats estão harmonizadas e transportadas para o direito nacional pelo Decreto-lei n.º140/99 de 24 de Abril, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-lei n.º



49/2005 de 24 de Fevereiro, que define os procedimentos a adoptar em Portugal para a sua aplicação.

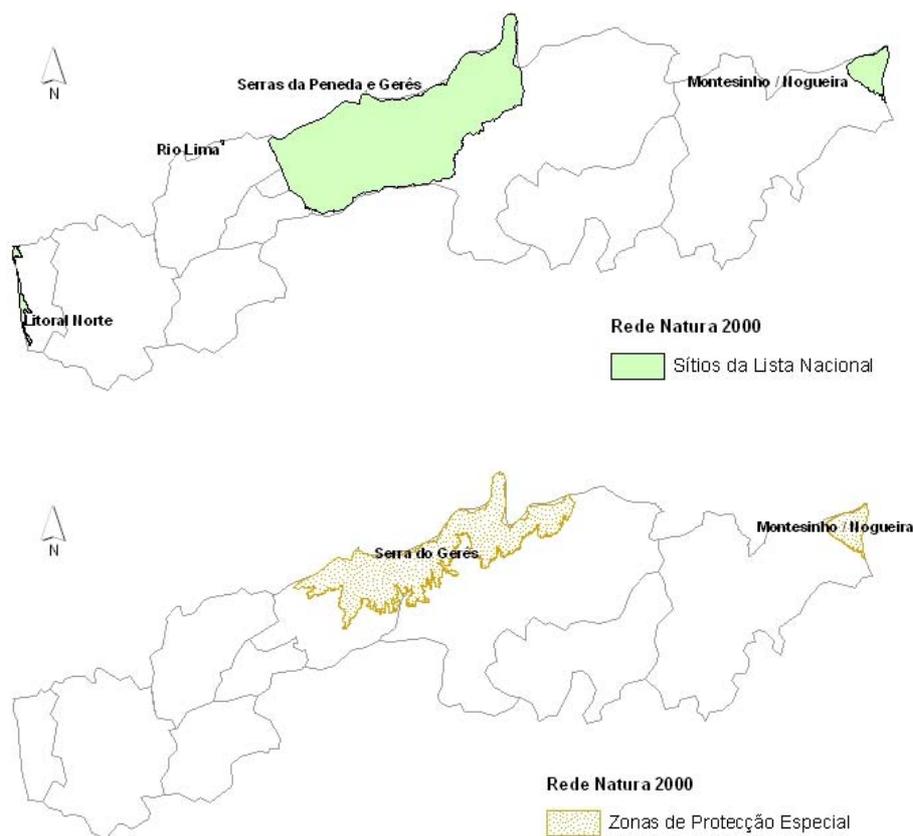
Nos termos do referido Decreto-lei n.º 140/99 a Rede Natura em Portugal continental é actualmente composta por:

- Sítios da Lista Nacional (criados ao abrigo das Resoluções de Conselho de Ministros n.º 142/97 de 28 de Agosto e n.º 76/2000 de 5 de Julho) alguns dos quais entretanto designados como Sítios de Importância Comunitária para a Região Biogeográfica Atlântica (Decisão da Comissão de 7 de Dezembro de 2004 n.º C (2004) 4032 Joc L 387 de 29 de Dezembro (2004/813/CE));
- Zonas de Protecção Especial - ZPE (ZPE do Estuário do Tejo criada pelo Decreto-lei n.º 280/94 de 5 de Novembro, e restantes ZPE criadas pelo Decreto-lei n.º 384-B/99 de 23 de Setembro).

No território Nacional estão assim classificadas 29 ZPE e 60 Sítios, encontrando-se duas novas ZPE (Monchique e Caldeirão) em processo de classificação. Estas áreas classificadas abrangem uma superfície total terrestre de 1 820 978,19 hectares, representando cerca de 20,47% do território do continente.

Tal como está representado nas figuras seguintes, a rede ecológica do território de intervenção do projecto contém seis áreas que estão incluídas na Rede Natura de Portugal Continental, das quais quatro são Sítios da Lista Nacional e duas são Zonas de Protecção Especial.

Figura 3.7 Rede Natura 2000



Fonte: Instituto de Conservação na Natureza

Nos parágrafos seguintes apresenta-se uma breve descrição de cada uma das áreas, tendo como referência a informação constante no Plano Sectorial da Rede Natura 2000 elaborado pelo Instituto de Conservação da Natureza.

Litoral Norte (Sítio) - ocupa uma área de 2 540 ha (área terrestre - 2048 ha e área marinha - 492 ha) distribuída pelos concelhos de Caminha (14%), Esposende (25%) e Viana do Castelo (27%).

O Sítio apresenta um formato linear, albergando a costa norte de Portugal, onde ocorrem bancos de areia e recifes com uma assinalável diversidade de algas marinhas.



Rio Lima (Sítio) - ocupa uma área de 5 382 ha distribuída pelos concelhos de Arcos de Valdevez (24%), Ponte da Barca (7%), Ponte de Lima (33%), Viana do Castelo (35%) e Vila Verde (1%).

Este sítio, de traçado praticamente retilíneo, corresponde um corredor ecológico de assinalável importância, facilitando a ligação entre as montanhas do Noroeste e o oceano Atlântico.

Peneda/Gerês (Sítio) - ocupa uma área de 88 845 ha distribuída pelos concelhos de Amares (0,9%), Arcos de Valdevez (22%), Melgaço (11,5%), Montalegre (23,7%), Ponte da Barca (12,1%) Terras de Bouro (29,6%), Vieira do Minho (0,2%) e Vila Verde (0,95).

Este sítio situa-se numa região montanhosa acidentada, de grande amplitude de altitudes, com cotas geralmente acima dos 700 m, ultrapassando os 1 500 m em Nevosa, na serra do Gerês. O predomínio das rochas graníticas confere à paisagem um relevo vigoroso e um carácter desnudado. No extremo Nordeste do planalto de Castro Laboreiro e entre o Lindoso e São Bento do Cando afloram xistos, metagrauvaques e quartzitos. A presença de formas glaciárias são testemunho de importantes variações climáticas ocorridas no passado. Vales e corgos albergam uma densa rede hidrográfica (parte das bacias hidrográficas dos rios Minho, Lima, Cávado e Homem) alimentada por chuvas abundantes e regulares. Em termos climáticos, a área sofre não só uma forte influência atlântica, mas também influências mediterrânica e continental, que variam consoante nos deslocamos para o interior ou em altitude, o que promove a ocorrência de uma elevada diversidade de habitats.

Montesinho/Nogueira (Sítio) - ocupa uma área de 107 719 ha distribuída pelos concelhos de Bragança (55%), Chaves (3%), Macedo de Cavaleiros (2%) e Vinhais (40%).

A posição geográfica do sistema montanhoso de Montesinho, Coroa e Nogueira, a amplitude das altitudes atingidas, a variedade geológica, e geomorfológica e a actividade humana desenvolvida ao longo de séculos, foram e são factores concorrenciais para o estabelecimento no Sítio de uma extraordinária diversidade de comunidades e espécies. Aqui se cruzam elementos típicos dos ecossistemas de montanha do eixo pirenaico-cantábrico, no limite meridional da sua distribuição, elementos tipicamente mediterrânicos, no limite setentrional da sua distribuição, com a ocorrência adicional de elementos típicos de ecossistemas atlânticos e/ou continentais.

Serra do Gerês (ZPE) - ocupa uma área de 63 438,11 ha distribuída pelos concelhos de Arcos de Valdevez (27%), Melgaço (16%), Monção (0,02%), Montalegre (25%), Ponte da Barca (13%) e Terras de Bouro (18%).



Situada na região noroeste do País a ZPE serra do Gerês desenvolve-se entre os planaltos de Castro Laboreiro e Mourela incluindo grande parte das serras da Peneda, Soajo, Amarela e Gerês, onde atinge a altitude de 1 545 metros. A região caracteriza-se por um relevo muito vigoroso, sendo a serra do Gerês a que melhor espelha esta característica, com a sua paisagem de cristas aguçadas, escarpas verticais e desfiladeiros profundos. Em termos geológicos a ZPE é maioritariamente ocupada por maciços graníticos e por pequenas faixas de xistos. A paisagem da região é fortemente marcada pela presença de bosques caducifólios dominados pelo carvalho-alvarinho e (ou) carvalho negral. Os matos, comunidades arbustivas em geral de substituição, cobrem também grande parte da região, destacando-se os urzais, matos típicos de montanha que atingem no Gerês 1 500 metros de altitude. A agro-pecuária é a actividade dominante em grande parte da ZPE.

Montesinho/Nogueira (ZPE) - ocupa uma área de 108 010,59 ha distribuída pelos concelhos de Bragança (55%), Chaves (3%), Macedo de Cavaleiros (2%) e Vinhais (39%).

A grande variedade geológica e geomorfológica deste sítio conjugada com a sua localização geográfica, com a diferença de altitudes e com o tipo de actividade humana que se foi desenvolvendo ao longo dos séculos proporcionou o estabelecimento de uma elevada diversidade de ecossistemas e habitats, sendo paisagem desta ZPE caracterizada por um constante mosaico de habitats. Esta diversidade natural foi mantida ou, nalguns casos, beneficiada pelo tipo de agricultura praticado. trata-se de uma agricultura de montanha, baseada principalmente na exploração pecuária extensiva de ovinos e bovinos que normalmente tem contribuído para a manutenção dos valores naturais existentes.

A especificidade desta ZPE resulta, em particular, do contacto de vários tipos de comunidades de avifauna e do bom estado de conservação dos ecossistemas presentes.

3.2.1.4. Recursos minerais e rochas

A Região em estudo apresenta um conjunto de recursos provenientes da indústria extractiva que se podem sistematizar, nos seguintes subsectores: minerais metálicos, minerais não metálicos, rochas ornamentais, rochas industriais e recursos hidrominerais e águas de nascente.

Segundo os dados publicados pela Direcção Geral de Geologia e Energia, nos concelhos em estudo não há produção de minérios metálicos. Relativamente ao sub-sector de minerais não metálicos, apenas houve produção de feldspato no concelho de Chaves e no ano de 2000.

Em relação aos produtos provenientes da exploração de minas, e de acordo com os dados publicados pela Direcção Geral de Geologia e Energia, em 2005 registavam-se no Continente 51 minas com actividade produtiva declarada. Entre estas apenas duas se localizam na área de estudo do projecto concretamente no concelho de Esposende, sendo a sua actividade vocacionada para a exploração de rochas industriais (areia comum, caulino e seixo).

A exploração de rochas ornamentais e industriais provenientes de pedreiras são os sub-sectoros com maior expressão dentro da Região em estudo sendo que, entre as rochas industriais se destacam a extracção de granito, areia comum, saibro, seixo e argila comum e entre as rochas ornamentais a extracção de granito para calçada e granito ornamental e rústico.

De acordo com os dados disponíveis, em 2004 existiam nos concelhos em estudo, 36 pedreiras em actividade que empregavam 434 pessoas. Neste período a produção destas pedreiras representou cerca de 3 807 122 toneladas de produto a que corresponde um valor de 19 561 mil euros. A distribuição geográfica destes indicadores encontra-se representada nos quadros seguintes:

Quadro 3.2 Estabelecimentos em actividade e pessoal ao serviço (2004)

Concelho	Número de estabelecimentos	Pessoal ao serviço
Amares	5	24
Barcelos	4	41
Braga	8	169
Esposende		
Terras de Bouro		
Vila Verde	7	80
Boticas	2	33
Chaves	5	38
Montalegre	5	49
Total	36	434

Fonte: Divisão de Estatística da Direcção Geral de Geologia e Energia

Quadro 3.3 Produção e pessoal ao serviço em pedreiras de extracção de rochas ornamentais (2004)

Concelho	Rochas ornamentais		Rochas industriais	
	Produção		Produção	
	Tonelada	Mil €	Tonelada	Mil €
Amares	7 469	200	71 700	117
Barcelos	4 743	68	598 951	2 596
Braga	45 576	1 212	1 580 950	6 816
Esposende				
Terras de Bouro				
Vila Verde	4 230	174	1 061 092	4 622
Boticas	28 130	907	0	0
Chaves	15 087	614	206 355	932
Montalegre	20 207	441	162 633	863
Total	125 443	3 616	3 681 680	15 945

Fonte: Divisão de Estatística da Direcção Geral de Geologia e Energia

É ainda de salientar a bacia de Chaves enquanto uma fonte importante de argila para a Região, existindo numerosos barreiros e diversas explorações de barro vermelho utilizado no fabrico de telhas, tijolos, louças, etc.

Passando agora à análise dos recursos hidrogeológicos, que incluem as águas minerais, águas de nascente e termalismo, pode-se afirmar que a área do projecto, à semelhança da Região Norte do País, é rica neste tipo de recursos.

De acordo com os dados publicados pela Direcção de Geologia e Energia, em 2004 foram contabilizadas na Região quatro águas minerais engarrafadas, a saber:

- Água Fastio (freguesia de Chamoim no concelho de Terras de Bouro);
- Água Carvalhos (freguesia de Beça no concelho de Boticas);
- Água Salus-Vidago (freguesia de Vidago no concelho de Chaves);
- Água Campilho (freguesia de Vidago no concelho de Chaves);

No que diz respeito ao aproveitamento termal das águas minerais a Região em estudo inclui quatro complexos termais:



- Caldas de Chaves (freguesia de Santa Maria Maior no concelho de Chaves) cujas indicações terapêuticas são as doenças do aparelho digestivo, reumáticas e músculo-esqueléticas;
- Caldas do Gerês (freguesia de Vilar da Veiga no concelho de Terras de Bouro) cujas indicações terapêuticas são as doenças do aparelho circulatório, do aparelho digestivo e metabólico-endócrinas;
- Termas de Vidago (freguesia de Vidago no concelho de Chaves) cujas indicações terapêuticas são as doenças do sistema nervoso, dos aparelhos respiratório e digestivo, e da pele;
- Termas de Carvalhelhos (freguesia de Beça no concelho de Boticas) cujas indicações terapêuticas são as doenças dos aparelhos circulatório e digestivo e da pele.
-

3.2.2. Recursos culturais

Os concelhos que integram a área de estudo apresentam uma riqueza considerável de recursos culturais caracterizados pelo seu vasto e valioso património cultural representado pelas inúmeras expressões de arqueologia e arquitecturas Civil, Religiosa e Militar. A estes acresce a espectacularidade das imensas festas e romarias, nomeadamente nos concelhos situados na província minhota.

3.2.2.1. Património histórico

Tendo em consideração o vasto número de registos existentes nos 9 concelhos em estudo, optou-se por descrever de uma forma esquemática o património existente. Esta identificação teve como base os dados constantes do Sistema de Informação do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR).

 Fondo Europeo de Desarrollo Regional I.C. Interreg III	 Portugal-Espanha Cooperação Transfronteiriça INTERREG III A España-Portugal Cooperación Transfronteriza	 DESQOOP INSTITUTO DE GESTÃO TERRITORIAL REPARTIÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ALGARVE
---	---	--

Quadro 3.4 Arqueologia

Designação	Situação Actual	Categoria de Protecção	Tipologia
Amares			
Estação Arqueológica do Lago	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Povoado Fortificado
Barcelos			
Monumento Castrejo de Santa Maria de Galegos // Monumento com Forno	Classificado	Monumento Nacional	Balneário
Ruínas do Castelo de Faria e estação arqueológica subjacente	Classificado	Monumento Nacional	Conjunto
Penedo "Laje dos Sinais"	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Arte Rupestre
Restos da Construção "Forno dos Mouros"	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Balneário
Povoado Fortificado de Carmona / Castro de Carmona // Povoado Fortificado de Carmona / Castro de Carmona sito em (Balugães - Barcelos) e (Carvoeiro- Viana do Castelo)	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura)	Povoado Fortificado
Castro de Monte Castro // Povoado fortificado de Monte Castro Castro de Carapeços Castro da Picarreira	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (Homologado - IIP Imóvel de Interesse Público)	Povoado Fortificado
Braga			
Termas romanas de Maximinos // Alto da Cividade / Colina dos Maximinos	Classificado	Monumento Nacional	Termas
Braga e Marco de Canaveses - 21 marcos miliários (série Capela) (incerta via)			Via
Castro de Monte Redondo // Castro Monte Cossourado // Castro de São Mamede	Classificado	Monumento Nacional	Castro
Ruínas Arqueológicas de São Martinho de Dume	Classificado	Monumento Nacional	Basilica
Tanque do Quintal do Ídolo // Fonte do Ídolo	Classificado	Monumento Nacional	Fonte
Troço de muralha, Quinta do Fujacal	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (Homologado - IIP Imóvel de Interesse Público)	Muralha
Estação arqueológica de Santa Marta das Cortiças // Monte da Falperra	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Povoado Fortificado
Ruínas romanas das Carvalheiras	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Cidade
Castro Máximo ou Monte do Castro	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Castro
Castro do Monte da Consolação	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Castro
Capela de Nossa Senhora do Rosário	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura)	Capela
Tramo correspondente entre as milhas II e III da Via Nova	Em Vias de	Em Vias de	Via

 Fondo Europeo de Desarrollo Regional I.C. Interreg III		
---	---	---

(Geira), Via Romana XVIII do Itinerário Antonino, situada entre a Capela das Sete Fontes e o lugar de Adaúfe // Tramo da Via Nova (Geira), entre a Capela das Sete Fontes e Adaúfe	Classificação	Classificação (com Despacho de Abertura)	
Esposende			
Menir de São Paio de Antas // Menir de Pedra a Pé	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Menir
Castro de São Lourenço	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Castro
Estação Arqueológica designada por Cividade de Belinho	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Povoado Fortificado
Menir de São Bartolomeu do Mar	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Menir
Anta da Portelagem e Mamoas do Rápido	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (Homologado - IIP Imóvel de Interesse Público)	Conjunto Megalítico
Terras de Bouro			
Reclassificação da Via Romana XVIII (Geira) no seu traçado por Terras de Bouro, da milha XIV (Santa Cruz) à milha XXXIV (Albergaria), incluindo todas as estruturas arqueológicas a elas associada // Reclassificação da Geira Romana	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura)	Via
Geira - 35 marcos miliários, série Capela (Vide "Braga")	Classificado	Monumento Nacional	Via
Marco miliário Covide e Campo	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Miliário
Sepultura do Frade ou Campa do Frade	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Sepultura
Marco miliário	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Miliário
Ruínas da Calcedónia	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Povoado Fortificado
Estância Arqueológica do Chelo	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (Homologado - IIP Imóvel de Interesse Público)	Povoado Fortificado
Vila Verde			
Castro de Barbudo // ou Monte do Castelo	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Povoado Fortificado
Citânia de São Julião // Citânia de São Julião de	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Povoado Fortificado
Boticas			
Castro de Cabeço	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Castro
Castro da Giestosa // Castro do Souto da Lama // Castro da Gestosa	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Castro
Castro de Carvalhelhos // Castelo dos Mouros	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Castro
Castro de Lesenho // Outeiro Lesenho	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Povoado Fortificado

 Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional I.C. Interreg III		
--	---	---

Chaves			
Castro de Santiago do Monte // Crastas de Santiago	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Castro
Estação rupestre de Outeiro Machado, ou Outeiro dos Machados // Outeiro dos Machados	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Arte Rupestre
Barragem romana de Abobeira // Outeiro da Porta	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Barragem
Castelo do Mau Vizinho ou dos Mouros // Castelo dos Mouros	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Povoado Fortificado
Castro de Loivos // Castro Muradal	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Povoado Fortificado
Montalegre			
Via romana de Braga a Chaves - 13 marcos miliários, série Capela (Montalegre)	Classificado	Monumento Nacional	Via
Mamoas da Veiga	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Necrópole
Castro do Pedrário	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Castro
Castro de São Romão // Castelo de São Romão	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura)	Castro

Quadro 3.5 Arquitectura Civil

Designação	Situação Actual	Categoria de Protecção	Tipologia
Amares			
Ruínas da Torre e Honra de Vasconcelos // Casa dos Mouros	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Torre
Ponte de Proselo (antiga Perozello) sobre o Cávado, entre Amaras e Póvoa de Lanhoso	Classificado	Monumento Nacional	Ponte
Pelourinho de Amares	Classificado	Monumento Nacional	Pelourinho
Ponte de Rodas	Classificado	Monumento Nacional	Ponte
Aqueduto de Cales	Classificado	Imóvel de Interesse Municipal	Aqueduto
Casa da Ribeira II	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura)	Casa
Portal armoreado da Casa da Torre de Vilar	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Portal
Casa da Tapada	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Solar
Barcelos			
Palácio Solar dos Pinheiros // Palácio dos Pinheiros	Classificado	Monumento Nacional	Solar
Paço dos Duques de Bragança (ruínas) // Paço dos Condes de Barcelos (ruínas)	Classificado	Monumento Nacional	Paço
Ponte sobre o Cávado // Ponte de Barcelos	Classificado	Monumento Nacional	Ponte
Chafariz monumental existente no pátio do extinto convento anexo à igreja de Vilar de Frades	Classificado	Monumento Nacional	Chafariz

 Fondo Europeo de Desarrollo Regional I.C. Interreg III		
---	---	---

Solar de Azevedos // Casa de Azevedo	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (Homologado - IIP Imóvel de Interesse Público)	Solar
Pelourinho de Barcelos	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Pelourinho
Torre de Aborim	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Paço
Casa de Santo António de Vessadas	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Casa
Casa e Quinta do Benfeito	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura)	Solar
Mercado Municipal de Barcelos // Mercado de Barcelos	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura)	Mercado
Conjunto do Campo da Feira de Barcelos e envolvente // Campo da Feira de Barcelos	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura)	Conjunto
Braga			
Arco da Rua do Souto, também conhecido por Porta Nova	Classificado	Monumento Nacional	Arco
Ponte do Prado sobre o Cávado	Classificado	Monumento Nacional	Ponte
Conjunto de construções do séc. XX em Braga // Conjunto de construções do início do séc. XX (edifícios 817, 805, 797, 777, 757, 773, 745, 733, 715 e os referentes ao "O Nosso Café"; herdeira de Raúl Dias, Sociedade Teatro Circo e Crédito Predial Português, referente ao conjunto de construções entre o extremo NE da Av. da Liberdade e a R.do Dr. Gonçalo Sampaio	Em Vias de Classificação	Imóvel de Interesse Público	Conjunto Urbano
Praça Mouzinho de Albuquerque // Campo Novo	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Casa
Casa da Pereira	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Casa
Casa da Mainha ou Antigo Prazo do Convento de Tibães	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura)	Casa
Estádio 1º de Maio	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura)	Estádio
Rua de São Geraldo e do Antigo Convento das Freiras	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura)	Rua
Pelourinho de Braga	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Pelourinho
Casa Grande // Casa dos Cunha Reis	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Solar
Casa Oitocentista // Casa Pimentel	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Casa
Casa dos Biscaínhos	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Casa
Casa de Ínfias // Casa de Vale de Flores	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Casa

 Fondo Europeo de Desarrollo Regional I.C. Interreg III	 Portugal-Espanha Cooperação Transfronteiriça INTERREG III A España-Portugal Cooperación Transfronteriza	 DESQOOP INSTITUTO REGIONAL DE INVESTIGACIÓN DE BOM CONSERVAÇÃO PATRIMÓNIO, ARQUITECTURA E HISTÓRIA DA REGIÃO DE BRAGA
---	---	--

Casa da Naia	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Casa
Casa da Avenida Central (Casa Rolão)	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Casa
Palácio do Raio	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Solar
Hospital de São Marcos // Fachada principal do Hospital de São Marcos e da Igreja	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Hospital
Residências (2) anexas à Casa dos Maciéis Aranhas	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Conjunto Urbano
Casas das Gelasias // Casas dos Crivos	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Conjunto Urbano
Casa dos Maciéis Aranhas	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Solar
Casa dos Paiva Marinhos ou Casa da Roda // Casa dos Paiva	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Casa
Edifícios (2), na Rua de Santo António das Travessas	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Conjunto Urbano
Casa da Rua dos Pelames (São Geraldo) // Casa da Rua de S. Geraldo, N° 51 - 55 (antiga Rua dos Pelames)	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Casa
Casa da Quintã // Casa Quintão	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (Homologado - IIP Imóvel de Interesse Público)	Solar
Edifício da Câmara Municipal de Braga	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Câmara Municipal
Casa de São Brás da Torre, incluindo capela, jardim e mata	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura)	Conjunto
Casa e Quinta da Igreja	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura)	Casa
Edifício do Recolhimento de Santa Maria Madalena ou das Convertidas	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura)	Edifício
Sistema de Captação do Abastecimento de Água do Século XVIII, à cidade de Braga designada por " Sete Fontes" de S. Vitor	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (Homologado - MN Monumento Nacional)	Fontanário
Casa de Santa Cruz do Igo // Casa do Igo	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura)	Casa
Elevador do Bom Jesus do Monte	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura)	Elevador
Estádio Municipal de Braga	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura)	Estádio
Esposende			
Ponte metálica de Fão (sobre o rio Cávado, entre Fão e Esposende)	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Ponte
Pelourinho de Esposende	Classificado	Imóvel de Interesse	Pelourinho

 Fondo Europeo de Desarrollo Regional I.C. Interreg III	 Portugal-Espanha Cooperação Transfronteiriça INTERREG III A Cooperación Transfronteriza España-Portugal	 DESQOOP <small>DEPARTAMENTO REGIONAL DE ECONOMIA E FINANÇAS INSTITUTO REGIONAL DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO TERRAÇO - MOURO DE PORTUGAL</small>
---	---	---

		Público	
Casa das Marinhas	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura)	Casa
Casa Dr. Fernando Ribeiro da Silva	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura)	Casa
Vila Verde			
Pelourinho de Moure	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Pelourinho
Torre dos Coimbras // Torre de Oriz	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura)	Torre
Paços do Concelho de Prado (Antigos)	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura)	Casa
Torre e Casa de Gomariz	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura)	Solar
Pelourinho de Larim	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Pelourinho
Casa de Carcavelos	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Solar
Pelourinho do Prado	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Pelourinho
Casa da Botica (Lugar de São Sebastião)	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Casa
Boticas			
Conjunto habitacional de 2 moradias e arco ou passadiço	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura)	Conjunto
Pelourinho de Dornelas // Pelourinho de Couto de Dornelas	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Pelourinho
Ponte de pedrinha sobre o Rio Beça	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Ponte
Chaves			
Ponte romana e as duas colunas comemorativas nela colocadas, do tempo dos imperadores Vespasiano e Trajano	Classificado	Monumento Nacional	Ponte
Pelourinho de Chaves	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Pelourinho
Casa onde viveu o Abade Baçal	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Casa
Pelourinho de Ervededo // Pelourinho de Couto de Ervededo	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Pelourinho
Quinta da Macieira, incluindo a casa, passadiço, pátio, portão de entrada, capela e quintal murado	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Conjunto
Casa do Visconde do Rosário	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (com	Casa

 Fondo Europeo de Desarrollo Regional I.C. Interreg III		
---	---	---

		Despacho de Abertura)	
Montalegre			
Conjunto arquitectónico do Paço de Vilar de Perdizes	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura)	Conjunto

Quadro 3.6 Arquitectura Militar

Designação	Situação Actual	Categoria de Protecção	Tipologia
Barcelos			
Torre de Barcelos, chamada "Postigo da Muralha"	Classificado	Monumento Nacional	Torre
Braga			
Castelo de Braga	Classificado	Monumento Nacional	Castelo
Castelo da D. Chica ou Castelo de Palmeira // Villa Rego	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (Homologado - IIP Imóvel de Interesse Público)	Castelo
Esposende			
Forte de Esposende // Castelo de São João Baptista	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Forte
Terras de Bouro			
Vila Verde			
Torre de Penegate	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura)	Torre
Chaves			
Castelo de Chaves	Classificado	Monumento Nacional	Castelo
Castelo de Santo Estevão	Classificado	Monumento Nacional	Castelo
Castelo de Monforte	Classificado	Monumento Nacional	Castelo
Montalegre			
Castelo de Montalegre	Classificado	Monumento Nacional	Castelo

Quadro 3.7 Arquitectura Mista

Designação	Situação Actual	Categoria de Protecção	Tipologia
Amares			
Sequeiro e Eira bem como das estruturas hidráulicas em pedra, designadamente minas, aqueduto subterrâneo e aéreo, tanque e levadas, existentes na Quinta do Mosteiro de Rendufe	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura)	Conjunto

 Fondo Europeo de Desarrollo Regional I.C. Interreg III		
---	---	---

Quadro 3.8 Arquitectura Religiosa

Designação	Situação Actual	Categoria de Protecção	Tipologia
Amares			
Capela de Nossa Senhora da Apresentação, anexa à Igreja Paroquial de Carrazedo. // Capela da Tapada	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Capela
Convento de Santa Maria do Bouro	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Mosteiro
Mosteiro de Santo André de Rendufe // Mosteiro de Rendufe	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Mosteiro
Ermida de Nossa Senhora da Abadia	Em Vias de Classificação	Homologado - IIP Imóvel de Interesse Público	Ermida
Barcelos			
Igreja de Santa Maria de Abade de Neiva	Classificado	Monumento Nacional	Igreja
Igreja de Santa Maria Maior, matriz de Barcelos	Classificado	Monumento Nacional	Igreja
Igreja e Torre de Manhente	Classificado	Monumento Nacional	Igreja
Igreja de Vilar de Frades // Igreja do Mosteiro dos Lóios Igreja de São Salvador de Vilar de Frades	Classificado	Monumento Nacional	Igreja
Igreja de Nossa Senhora do Terço	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Igreja
Igreja do Bom Jesus da Cruz // Igreja das Cruzes; Igreja do Senhor da Cruz	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Igreja
Igreja de Santa Eulália, paroquial da Freguesia de Rio Covo (Santa Eulália)	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura)	Igreja
Santuário de N.ª Sr.ª das Necessidades // Santuário de Nossa Senhora das Necessidades	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura)	Santuário
Braga			
Cruzeiro de Tibães	Classificado	Monumento Nacional	Cruzeiro
Capela de São Frutuoso // Capela de São Salvador de Montélios	Classificado	Monumento Nacional	Capela
Cruzeiro do Campo das Hortas e Cruzeiro de Sant' Ana // Cruzeiro do Campo das Hortas e Cruzeiro de Santa Ana, ou Cruzeiro de Santana	Classificado	Monumento Nacional	Cruzeiro
Sé de Braga	Classificado	Monumento Nacional	Sé, Catedral
Capela de Nossa Senhora da Conceição (Casa dos Coimbras) // Capela dos Coimbras / Capela do Senhor Morto	Classificado	Monumento Nacional	Capela
Capela e Recolhimento da Caridade	Classificado	Imóvel de Interesse Municipal	Capela
Mosteiro de Tibães // Conjunto formado pelo Cruzeiro, Igreja e Mosteiro de Tibães, Fontes e construções Arquitectónicas da Quinta de Tibães	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Mosteiro
Igreja de São Victor, paroquial	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Igreja
Igreja de São Salvador, paroquial de Figueiredo	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Igreja

 Fondo Europeo de Desarrollo Regional I.C. Interreg III		
---	---	---

Santuário do Bom Jesus do Monte	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Santuário
Igreja de Santa Eulália, paroquial de Tenões	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Igreja
Igreja da Misericórdia de Braga	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Igreja
Paço Episcopal Bracarense // Antigo Paço Episcopal Bracarense / Paço Arquiepiscopal Edifício da Biblioteca Pública de Braga	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Paço
Igreja de São Vicente // Igreja Paroquial de São Vicente	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Igreja
Convento, Colégio e Igreja dos Congregados // Convento da Congregação de São Filipe de Néri	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Conjunto
Igreja e Convento do Pópulo	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Convento
Capela do antigo Convento do Salvador	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Capela
Igreja dos Terceiros	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura)	Igreja
Igreja do Carmo e Edifício do Antigo Convento Carmelita	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura)	Conjunto
Esposende			
Capela do Senhor dos Mareantes	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Capela
Igreja da Misericórdia de Esposende	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Igreja
Terras de Bouro			
Cruzeiro de São João do Campo	Classificado	Monumento Nacional	Cruzeiro
Vila Verde			
Igreja de Oriz, Santa Marinha	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura)	Igreja
Santuário do Bom Despacho	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura)	Santuário
Cruzeiro de Cervães	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Cruzeiro
Boticas			
Capela de Atilhó // Capela de Santa Margarida	Classificado	Imóvel de Interesse Municipal	Capela
Cruzeiro de Covas do Barroso	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Cruzeiro
Igreja de Santa Maria, paroquial de Covas do Barroso	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Igreja
Chaves			
Igreja de São João Baptista (Cimo da Vila)	Classificado	Monumento Nacional	Igreja
Igreja Paroquial de São Julião de Montenegro	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (com	Igreja

 Fondo Europeo de Desarrollo Regional I.C. Interreg III		
---	---	---

		Despacho de Abertura)	
Igreja de São Miguel, paroquial de Nogueira da Montanha	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Igreja
Igreja Paroquial de Soutelinho da Raia e fonte medieval próxima	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Igreja
Igreja de Santa Leocádia	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Igreja
Capela da Granjinha	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Capela
Igreja de Nossa Senhora da Azinheira do Outeiro Seco	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Igreja
Igreja de Santa Maria Maior, Matriz de Chaves	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Igreja
Cruzeiro de Eiras	Classificado	Imóvel de Interesse Público	Cruzeiro
Montalegre			
Igreja e ruínas do Mosteiro de Santa Maria das Júnias	Classificado	Monumento Nacional	Mosteiro
Igreja de São Vicente da Chã	Classificado	Monumento Nacional	Igreja
Antigo Seminário de Galhas	Classificado	Imóvel de Interesse Municipal	Seminário
Capela de Nossa Senhora das Neves	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura)	Capela

Fonte: <http://www.ippar.pt>

3.2.2.2. Património cultural

A valorização do riquíssimo património cultural que caracteriza este território tem sido uma das grandes apostas da Região. Em todos os concelhos existem manifestações fortes das tradições histórico/culturais de que são exemplo as inúmeras festas, feiras e romarias, o artesanato, a gastronomia, a rota dos vinhos verdes, os caminhos de Santiago, etc.

3.2.2.2.1. Festas, feiras e romarias

De acordo com a informação recolhida junto das Câmaras Municipais dos nove concelhos do projecto identificam-se no quadro seguinte os principais eventos desta natureza que se realizam ao longo do ano.

 Fondo Europeo de Desarrollo Regional I.C. Interreg III	 Portugal-Espanha Cooperação Transfronteiriça INTERREG III A España-Portugal Cooperación Transfronteriza	 DESQOOP PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL TRANSFRONTEIRAS DE BASSA COOPERAÇÃO BAIXA - NOROESTE DE PORTUGAL
---	---	--

Quadro 3.9 Principais Festas, feiras e romarias

Concelho	Freguesia	Designação	Época de realização
Amares	Amares	Nossa Senhora da Paz	Julho
	Bouro, Stª Marta	Peregrinação Nª Srª Abadia	Maio
	Caíres	S. Bento	Agosto
	Amares	Festas Antoninas	Junho
Barcelos	Amares	Feira Franca Agrícola	Maio
	Vilar de Figos	Nossa Senhora da Paz	Julho
	Barcelos	Senhor dos Passos	Quaresma
	Barcelinhos	Festa das Rosas	Abril
	Barcelos	Festa das Cruzes	Maio
	Vilar de Figos	Festa do Folclore do Rio	Julho
	Barcelos	Festas de S. Miguel e das Colheitas	Setembro
	Barcelinhos	Feira Regional Agrícola	Mensal
	Durrães	Feira das Associações	Agosto
	Alvito São Pedro	Senhor dos Passos	Quaresma
Braga	Barcelos	Festa das Rosas	Abril
	Senhor dos Passos	Semana Santa	Páscoa
	Festa das Rosas	S. João – Festas da Cidade	Junho
	Festa das Cruzes	Romaria santa Marta da Falperra	Julho
	Festa do Folclore do Rio	Peregrinação Senhora do Sameiro	Maio
	Festas de S. Miguel e das Colheitas	Romaria Santo Amaro	Janeiro
	Feira Regional Agrícola	Festa S. Sebastião	Janeiro
	Feira das Associações	Festa de Stª Maria de Adaúfe	Agosto
	Senhor dos Passos	Festa de Nª Srª do Ó	Dezembro
	Festa das Rosas	Festa de S. Gregório	Páscoa
	Festa das Cruzes	Festa da Senhora dos Milagres	Maio
	Festa do Folclore do Rio	Festa de S. Vicente	Janeiro
	Festas de S. Miguel e das Colheitas	Festa de Santo António	Junho
Esposende	Feira Regional Agrícola	Festa de Santo Amarão	Janeiro
	Esposende	Nossa Senhora da Saúde	Agosto
	Esposende	S. Bartolomeu do Mar	Agosto
Terras de Bouro	Esposende	Feira da Solidariedade	Julho
	Terras de Bouro	Festas de S. Brás	Agosto
	Rio Caldo	Festa de S. Bento da Porta Aberta	Agosto
Vila Verde	Terras de Bouro	Feira dos Produtos da Terra	Agosto
	Gerês	Feira Mostra de S. Martinho	Novembro
Vila Verde	Vila Verde	Festas de Santo António	Junho

 Fondo Europeo de Desarrollo Regional I.C. Interreg III	 Portugal-Espanha Cooperação Transfronteiriça INTERREG III A España-Portugal Cooperación Transfronteiriça	 DESQOOP <small>PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL INTERMUNICIPAL DE BASSA COOPERATIVA BASSA - NOROESTE DE PORTUGAL</small>
---	--	--

	Vila de Prado	Festa de S. Sebastião	Janeiro
	Valdreu	Festa de Santo António de Mixões da Serra	Junho
	Vila Verde	Feira das Colheitas	Outubro
Boticas	Boticas	Nossa Senhora da Livração	Agosto
	Boticas	Festa de S. Sebastião	Janeiro
Chaves	Chaves	Festas da Cidade	Julho
	Cidadelhe	S. Sebastião	Julho
	Guilhedo	Festa de N ^a Sr ^a Candeias	Fevereiro
	Telões	Festa da Senhora das Dores	Julho
	Saboroso de Aguiar	Festa de St ^o Amaro	Janeiro
	Chaves	Feira do Folar	Páscoa
	Chaves	Feira das Cebolas	Setembro
	Chaves	Feira de Santos	Outubro
Montalegre	Montalegre	Sexta Feira 13 - Dia das Bruxas	Abril a Julho
	Montalegre	Senhora da Piedade Montalegre	Agosto
	Vila de Salto	Senhora do Pranto	Agosto
	Vilar Perdizes	Congresso Medicina Popular	Agosto

Fonte: Câmaras Municipais da área de intervenção do projecto DESQOOP

3.2.2.2.2. Artesanato

O artesanato constitui outro dos aspectos determinantes da realidade cultural desta Região. Cerâmica, Tecelagem, Cestaria, Bordados e Rendas, Artefactos de Madeira, entre outros são exemplos de produtos fabricados por inúmeros artesãos que laboram dentro do território do projecto.

No sentido de divulgar e promover o artesanato Regional realizam diversas feiras ao longo do ano das quais se destacam as seguintes:

Quadro 3.10 Principais feiras de artesanato

Concelho	Freguesia	Designação	Época de realização
Braga	Braga	Exposição permanente da Associação de Artesãos do Minho	Maio a Setembro
Esposende	Esposende	Feira de Artesanato	Junho
Vila Verde	Vila Verde	Exposição da Aliança Artesanal	Permanente
	Vila Verde	Exposição de “Lenços dos Namorados”	Fevereiro

Fonte: Câmaras Municipais da área de intervenção do projecto DESQOOP

3.2.2.2.3. Gastronomía

Falar do Minho e de Trás-os-Montes é falar de gastronomia representada por um vasto conjunto de produtos que exprime um conjunto de tradições, crenças e aptidões de todos os que vivem e viveram nesta Região.

Entre os produtos tradicionais alimentares, na Região em estudo destacam-se a batata, a castanha, a couve, o feijão, o bacalhau, a lampreia, a carne de porco, a carne de bovino, ovino e caprino nomeadamente a proveniente de raças autóctones, o mel e naturalmente o vinho verde.

No que respeita a especialidades gastronómicas locais os exemplos são tão vastos que no presente trabalho apenas destacamos os que têm maior expressão. A broa, o pão centeio, as papas de sarrabulho, o cozido à minhota e à transmontana, o fumeiro, a rojoadá, a posta à Barrosã e os pratos de caça, são os traços mais fortes da gastronomia da Região. A doçaria faz também parte de todas as mesas, especialmente em datas festivas como a Páscoa e o Natal. A aletria, o arroz doce, o leite-creme, as rabanadas, os mexidos, o pão-de-ló, o toucinho-do-céu e o pudim de abade de priscos são alguns dos muitos exemplos de doces tradicionais destes concelhos.

Para dar ênfase a todas estas especialidades realizam ao longo do ano um conjunto de eventos e feiras gastronómicas das quais se destacam as seguintes:

Quadro 3.11 Principais feiras de gastronomia

Concelho	Freguesia	Designação	Época de realização
Amares	Amares	Festival de Papas de Sarrabulho	Fevereiro
Barcelos	Barcelos	Quinzena Gastronómica de Barcelos	Março e Abril
Esposende	Esposende	Festa da Lampreia	Março
	Fão	Festa do Marisco	Agosto
Terras de Bouro	Esposende	Domingos Gastronómicos	Março
	Terras de Bouro	Domingos Gastronómicos	Março
Boticas	Boticas	Feira Gastronómica do Porco	Janeiro/Fevereiro
	Boticas	Feira do mel do Barroso e da vitela Barrosã	Setembro / Novembro
Montalegre	Montalegre	Feira do Fumeiro e do Presunto	Janeiro

Fonte: Câmaras Municipais da área de intervenção do projecto DESQOOP

3.2.2.2.4. Caminhos de Santiago

Santiago foi durante a Idade Média, a zona mais antiga, mais concorrida e mais celebrada de todo o noroeste peninsular, erguendo nestas paragens a que os romanos apelidavam de «finisterra», um só caminho, uma só estrada, um só roteiro.

O Caminho de Santiago significou na história do Ocidente uma das mais importantes vias de peregrinações e intercâmbios da cultura. Todos os países da Europa medieval contribuíram activamente para a sua criação e na realidade nenhuma nação lhe é historicamente estranha. O Caminho de Santiago foi um crisol em que se fundiram o sentir e o pensamento de muitos homens e de onde nasceu constituído o espírito ocidental¹².

A Região de Entre Douro e Minho naturalmente é atravessada por diversas rotas de peregrinação, muitas das quais contemplam a passagem pelos concelhos em estudo. Seguidamente apresenta-se um conjunto de figuras que com os itinerários dos Caminhos mais importantes.

Figura 3.8 Caminho do Noroeste



Figura 3.9 Caminho do Lima



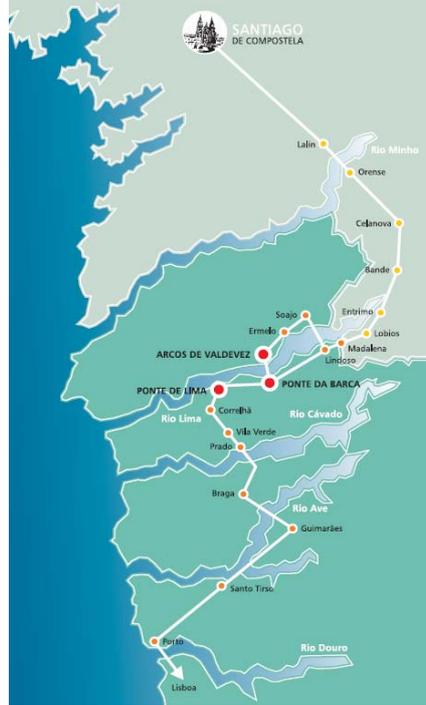
Fonte: Santiago, Rotas do Alto Minho, 2004

¹² Fonte: Região de Turismo do Alto Minho (<http://www.rtam.pt>)

Figura 3.10 Caminho do Norte



Figura 3.11 Caminho de Celanova



Fonte: Santiago, Rotas do Alto Minho, 2004

Figura 3.12 Caminho da Geira Romana



Figura 3.13 Rota Marítima



Fonte: Santiago, Rotas do Alto Minho, 2004



3.2.2.2.5. Rota dos Vinhos Verdes

A **Rota dos Vinhos Verdes** tem por objectivo estimular o desenvolvimento do potencial turístico da Região Demarcada dos Vinhos Verdes nas diversas vertentes da actividade vitivinícola e da produção de vinhos de Qualidade. Integra um conjunto de locais dentro da Região associados à vinha e ao vinho, organizados em rede e devidamente sinalizados, que possam suscitar um reconhecido interesse por parte do turista, através de uma oferta rigorosamente seleccionada e caracterizada. Integram a Rota 67 aderentes, entre os quais adegas cooperativas, produtores-engarrafadores, armazenistas-vinificadores, associações de cooperativas, restaurantes e associações de viticultores¹³.

Os concelhos de Esposende, Barcelos, Braga, Amares, Vila Verde e Terras do Bouro inserem-se na Região dos Vinhos Verdes, concretamente na Sub-Região do Cávado, pelo que é possível visitar um conjunto de locais ligados ao sector vitivinícola bem como outros pontos de interesse natural, patrimonial e cultural. Entre estes a Comissão de Viticultura apresenta um conjunto de itinerários que permitem ao visitante ou ao turista organizar as suas próprias rotas. No quadro seguinte apresentam-se os pontos existentes na área de intervenção do projecto que estão incluídos na Rota dos Vinhos Verdes.

¹³ Fonte: Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes (<http://www.cvrvv.pt>)

Quadro 3.12 Pontos da Rota dos Vinhos Verdes

Amares
Grande Hotel da Boavista
Mosteiro de Rendufe
Quinta do Paço
Santuário de Nossa Senhora da Abadia
Solar das Bouças
Barcelos
Biblioteca Municipal de Barcelos
Hotel e Restaurante da Bagoeira
Hotel Turismo
Igreja Santa Maria Maior
Igreja do Bom Jesus da Cruz
Igreja do Terço
Museu de Olaria
Quinta da Franqueira
Quinta do Azevedo
Quinta de Tamariz
Ruínas de Castelo de Faria
Braga
Biblioteca Pública de Braga
Casa e Capela dos Coimbras
Casa dos Crivos das Gelasias
Mosteiro de S. Martinho de Tibães
Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa
Paço Arquiepiscopal Bracarense
Quinta de Juste
Santuário de Nossa Senhora da Peneda
Santuário do Bom Jesus
Santuário do Sameiro
Sé de Braga
Esposende
Estalagem Parque do Rio
Terras de Bouro
Casa Grande de Romarigães
Marcos Milenários da Geira Romana

Fonte: <http://www.cvrvv.pt>



3.3. Infra-estruturas e serviços

A diversidade e qualidade da rede de infra-estruturas e serviços existentes em determinado espaço geográfico são factores fundamentais para o desenvolvimento económico de uma Região e para a promoção da qualidade de vida das populações. Neste contexto, o presente capítulo tem como objectivo fundamental identificar e caracterizar as principais infra-estruturas e serviços existentes na área do projecto nomeadamente no que diz respeito a transportes e energia, cultura, lazer e desporto, educação, saúde, protecção social e alojamento turístico.

3.3.1. Comunicação e infra-estruturas energéticas

3.3.1.1. Rede viária

Ao nível das acessibilidades, e à semelhança do que se verificou em muitas zonas do País, a rede viária da Região em estudo tem evoluído positivamente ao longo das últimas décadas fruto dos inúmeros investimentos realizados na construção e melhoria de vias de comunicação. De igual modo, e à semelhança da situação nacional, esta evolução não tem sido equitativa em todo o território sendo que os concelhos do litoral têm sido mais beneficiados em termos de construção e melhoria de estradas.

Seguidamente identificam-se as principais vias de comunicação existentes salientando-se as suas principais virtualidades e estrangulamentos.

Os concelhos de Esposende, Barcelos e Braga são aqueles que em termos de inserção no sistema viário nacional estão melhor localizados já que estão servidos por uma rede de auto-estradas que lhes permite um acesso rápido e cómodo aos principais centros da Região e do País, a saber:

- A **A28** (antigo IC1) é uma auto-estrada que atravessa os distritos de Viana do Castelo, Braga e Porto, estabelecendo uma ligação entre o Porto e a Vila de Caminha. Quando estiver totalmente construída estabelece uma ligação fronteiriça com Espanha através de Valença. Relativamente á área do projecto, esta via atravessa na direcção Norte-Sul o concelho de Esposende.
- A **A3**, à semelhança da anterior, é uma auto-estrada que também atravessa os distritos de Viana do Castelo, Braga e Porto, só que o seu percurso é feito pelo interior



atravessando os concelhos de Porto, Maia, Santo Tirso, Vila Nova de Famalicão, Braga, Ponte de Lima e Valença dando acesso à A-55 e AP-9 em Espanha.

- Dentro da área em estudo a ligação entre as duas vias anteriores é assegurada pela **A11** que liga a freguesia de Apúlia (concelho de Esposende) ao concelho de Lousada passando pelas cidades de Barcelos e Braga.

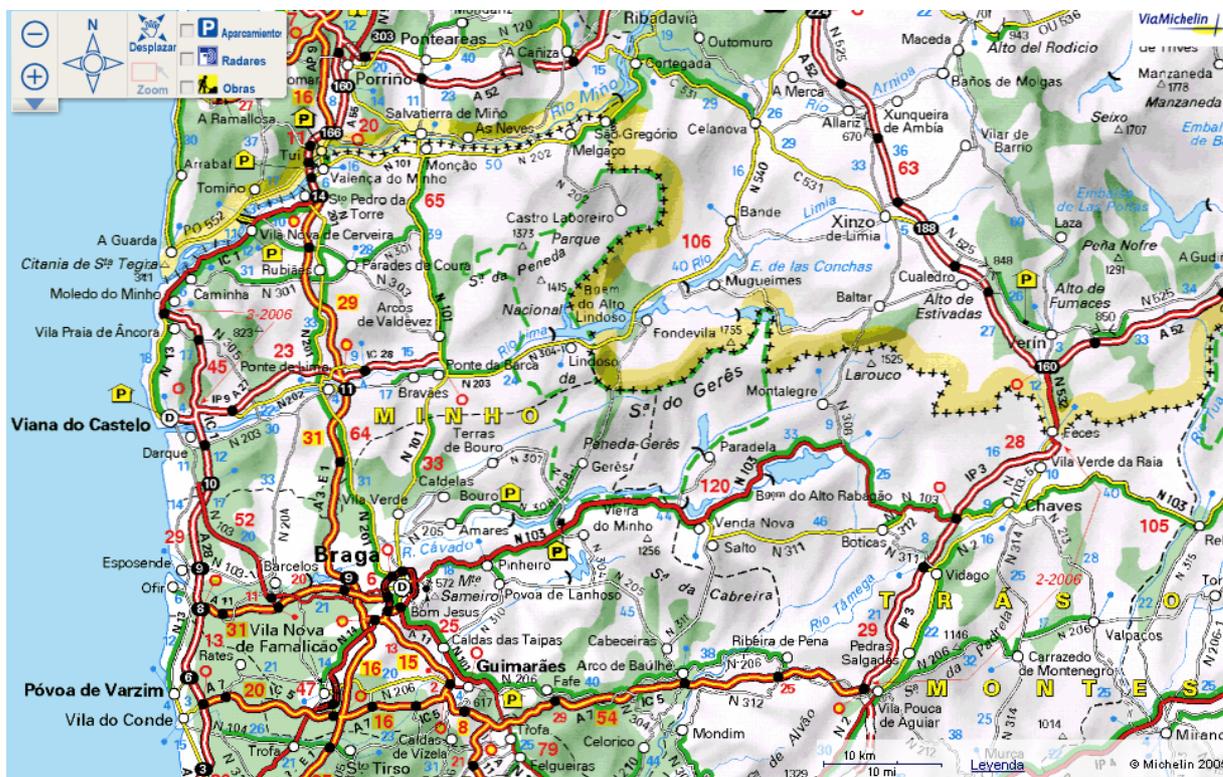
Relativamente aos concelhos de Vila Verde, Amares e Terras do Bouro, apesar de não beneficiarem de vias consideradas principais (Itinerários Complementares (IC) e principais (IP) e auto-estradas) beneficiam por um lado, da proximidade da A3, e por outro do facto de geograficamente estarem próximos da cidade de Braga.

Relativamente aos concelhos situados na zona mais interior da área de estudo, Boticas e Chaves são aqueles, que por maior proximidade, estão melhor posicionados em termos de acessibilidades já que beneficiam do traçado do **IP3** (a parte norte é actualmente designada por **A24**) que liga Vila Verde da Raia (fronteira com a Galiza) à Figueira da Foz passando, de Norte para Sul por Chaves, Vila Real, Lamego e Viseu. Estes concelhos beneficiaram recentemente do eixo **A7** (Auto-estrada que liga Vila do Conde a Vila Pouca de Aguiar) /**IC5-A24** que assegura uma ligação mais rápida ao litoral.

O concelho de Montalegre é aquele que em termos de acessos mais se afasta dos principais itinerários sendo servido pela Estrada Nacional 103 (**N103**) cujo traçado é estratégico para toda a Região em estudo já que atravessa horizontalmente o nosso País, indo desde o litoral (da freguesia de Chafé/Viana do Castelo) até quase à cidade de Bragança, no interior do País. Dentro da área de estudo, esta via atravessa os concelhos de Barcelos, Braga, Boticas, Montalegre e Chaves.

A figura seguinte foi obtida através do gerador de mapas do site da Viamichelin e permite visualizar a rede rodoviária referida anteriormente.

Figura 3.14 Rede viária



Fonte: <http://www.viamichelin.es/viamichelin/esp/dyn/controller/Mapas#>

No sentido de compreender melhor a distância real entre os diversos concelhos da área em estudo calculou-se com base na informação disponibilizada no site da Viamichelin a duração (em tempo e em km) dos itinerários entre as sedes dos respectivos concelhos e que estão apresentadas no quadro seguinte.

Quadro 3.13 Duração dos itinerários entre as sedes de concelho

	Amares	Barcelos	Braga	Esposende	Terras de Bouro	Vila Verde	Boticas	Montalegre	Chaves
Amares		38 Km	16 Km	54 Km	19 Km	10 Km	145 Km	85 Km	139 Km
Barcelos	0h35m		24 Km	24 Km	50 Km	35 Km	146 Km	169 Km	140 Km
Braga	0h19m	0h21m		40 Km	28 Km	13 Km	131 Km	92 Km	126 Km
Esposende	0h44m	0h21m	0h32m		66 Km	51 Km	162 Km	185 Km	156 Km
Terras de Bouro	0h22m	0h49m	0h31m	0h58m		18 Km	102 Km	83 Km	151 Km
Vila Verde	0h13m	0h35m	0h17m	0h44m	0h21m		141 Km	103 Km	136 Km
Boticas	1h39m	1h34m	1h25m	1h42m	1h47m	1h38m		30 Km	23 Km
Montalegre	1h32m	1h54m	1h34m	2h03m	1h29m	1h48m	0h31m		46 Km
Chaves	1h34m	1h28m	1h21m	1h37m	1h47m	1h33m	0h23m	0h48m	

Fonte: <http://www.viamichelin.com>

Como se pode verificar os concelhos da Região em estudo são relativamente próximos sendo que o percurso com maior duração é entre Esposende e Montalegre com uma extensão de 185 Km e uma duração média de 2 horas e 03 minutos.

3.3.1.2. Rede ferroviária

De acordo com a informação disponibilizada pela CP - Caminhos de Ferro Portugueses, empresa responsável pela gestão do caminho de ferro em Portugal, verifica-se que a maior parte do território da Região em estudo não dispõe de serviço de transporte ferroviário (Figura 15).

Figura 3.15 Rede Ferroviária da Região Norte



Fonte: Caminhos de Ferro Portugueses (<http://www.cp.pt>)

De acordo com a informação patente na figura anterior verifica-se que apenas as cidades de Braga e Barcelos se encontram servidas por este meio de transporte.

Braga dispõe de ligação directa a Lisboa através do serviço Alfa-Pendular, com paragens nas cidades de Vila Nova de Famalicão, Porto, Vila Nova de Gaia, Aveiro e Coimbra. Esta cidade dispõe ainda da linha Porto-Braga, incluída nas linhas Urbanas do Porto, que faz a ligação entre



as localidades situadas entre o Porto e Braga passando por Ermesinde, São Romão, Trofa, Vila Nova de Famalicão e Nine.

Relativamente à cidade de Barcelos, encontra-se na rota das três linhas ferroviárias que ligam a cidade do Porto às cidades de Viana do Castelo (serviço Regional), Valença (serviço Inter-regional) e Vigo (serviço Internacional).

3.3.1.3. Infra-estruturas energéticas

Segundo os dados publicados pela Direcção Geral de Geologia e Energia, a energia em Portugal tem origem em dois tipos de fontes, os combustíveis fósseis como o petróleo, o carvão e o gás natural e em fontes de energia renováveis onde se inclui a hídrica, eólica, biomassa, resíduos sólidos urbanos, biogás e fotovoltaica.

A maioria da energia produzida e consumida em Portugal tem como base fontes de energia não renováveis (petróleo, carvão e gás natural). No entanto, a produção eléctrica com recurso a fontes de energia renováveis ou alternativas tem vindo a crescer ao longo dos anos sendo que a componente hídrica é a que tem maior representatividade (Quadro 14).

Quadro 3.14 Evolução da potência instalada total de renováveis por distrito (MW) (excluindo a energia fotovoltaica)

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Aveiro	78	76	74	74	74	79	81	81	118
Beja	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	261	261	271
Braga	291	293	293	295	298	300	324	598	601
Bragança	986	986	986	986	986	986	992	992	992
Castelo Branco	153	153	153	153	153	166	170	170	327
Coimbra	435	431	431	451	464	464	505	643	685
Évora	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,0	1,2
Faro	14	14	14	13	13	23	23	24	36
Guarda	278	278	279	293	304	307	326	326	360
Leiria	50	50	50	50	50	50	61	111	160
Lisboa	0	62	64	65	66	79	129	192	250
Portalegre	152	152	152	152	152	152	152	153	153
Porto	253	283	284	284	284	285	301	332	337
Santarém	296	299	299	305	310	310	330	389	449
Setúbal	105	105	105	103	103	103	107	124	124
Viana do Castelo	722	722	722	722	748	729	763	780	819
Vila Real	434	444	469	482	492	521	572	585	628
Viseu	362	639	374	386	430	437	462	502	649
Total	4 613	4 720	4 754	4 818	4 932	4 994	5 562	6 264	6 958

Fonte: Direcção Geral de Geologia e Energia. Renováveis. Estatísticas rápidas - Dezembro 2006.

3.3.1.3.1. Centrais hidroeléctricas

Tal como já foi referido anteriormente, a bacia hidrográfica do Rio Cávado, nomeadamente nos rios Cávado, Rabagão e Homem, reúne um conjunto barragens vocacionadas para o aproveitamento hidroeléctrico.

A principal linha hidrográfica é o rio Cávado que por alturas de Sezelhe é cortado pela barragem do **Alto Cávado** (901,5 metros de altitude) com uma superfície inundada de 46 hectares e capacidade útil de armazenamento de 2 milhões de m³ e com uma bacia hidrográfica de 102 Km². Desta albufeira sai um túnel de derivação de 5 km de comprimento que desvia as águas do Cávado para a barragem do **Alto Rabagão** (880 metros de altitude) que tem uma superfície



inundada de 2 200 hectares, uma capacidade útil de armazenamento de 559 milhões de m³ e uma bacia hidrográfica de 108 Km².

Em Covelães o leito antigo do Cávado, em regra seco, recebe a caudalosa ribeira do Rio Mau proveniente da Mourela. Mais abaixo encontra-se a barragem de **Paradela** (740 metros de altitude) com capacidade útil de armazenamento de 165 milhões de m³, de onde sai um túnel de 13 Km que acciona em parte a central de Vila Nova situada 10 Km a jusante desta. Existe na Serra do Gerês uma derivação em túnel, dos ribeiros do Toco, Cabril, Penedo, Castanheiro, Abelheiro e Sela para a para a albufeira de Paradela, com vista a aumentar a área da bacia hidrográfica da barragem. Do outro lado da montanha o Rio Rabagão, após a barragem dos Pisões transforma-se na Albufeira de **Venda Nova** (700 metros de altitude) com capacidade útil de armazenamento de 94,8 milhões de m³ a qual abastece também a central de Vila Nova¹⁴.

A barragem de **Vilarinho das Furnas** localiza-se no concelho de Terras de Bouro e é alimentada pelo Rio Homem com uma capacidade útil de armazenamento 117,7 milhões de m³ e uma bacia hidrográfica de 77 Km². No mesmo concelho situa-se ainda a barragem da Caniçada alimentada pelo Rio Cávado com uma capacidade útil de armazenamento 159,3 milhões de m³ e uma bacia hidrográfica de 783 Km². A barragem de **Penide** intercepta o Rio Cávado na freguesia de Areias de Vilar no concelho de Barcelos e tem uma capacidade útil de armazenamento 500 mil m³ e uma bacia hidrográfica de 1324 Km².

Na bacia hidrográfica do Rio Cávado, e apesar de estar localizada no concelho de Vieira do Minho, existe ainda a barragem de Salamonde que possui uma capacidade útil de armazenamento de 56,3 milhões de m³ e apresenta uma área de 242 hectares.

No quadro seguinte apresentam-se as principais características do conjunto de barragens identificadas.

¹⁴ Fonte: Associação para o Desenvolvimento Agrário da Região do Alto Tâmega (<http://www.adrat.pt>)



Quadro 3.15 Principais características das barragens

Barragem	Concelho	Linha de água	Ano de conclusão	Utilizações	Potência total instalada	Energia produzida em ano médio
Alto Cávado	Montalegre	Rio Cávado	1964	Energia / Derivação		
Alto Rabagão	Montalegre	Rio Rabagão	1964	Energia	68 MW	97 GWh
Paradela	Montalegre	Rio Cávado	1956	Energia / Derivação		253 GWh
Venda Nova	Montalegre	Rio Rabagão	1951	Energia	144 MW	389 GWh
Vilarinho das Furnas	Terras de Bouro	Rio Homem	1972	Energia / Derivação	125 MW	225 GWh
Caniçada	Terras de Bouro	Rio Cávado	1955	Energia	60 MW	346 GWh
Penide	Barcelos	Rio Cávado	1951	Energia	4,8 MW	22,3 GWh

Fonte: <http://cnpqb.inag.pt/>. Comissão Nacional Portuguesa das Grandes Barragens

Relativamente à produção eólica, é de salientar o significativo aumento de energia produzida por esta tecnologia, o que se traduz pelo acréscimo do número de parques eólicos que têm sido instalados em Portugal ao longo dos últimos anos.

3.3.1.3.2. Energia eólica

O sector eólico nacional tem registado nos últimos anos uma evolução positiva. De acordo com a informação publicada pela Direcção Geral de Geologia e Energia, no Continente a produção eólica, em 2006, cresceu 66% relativamente a 2005, tendo-se verificado um aumento na potência instalada de 61%. Em Dezembro a produção foi 27% superior à verificada no mês homólogo do ano anterior. A potência eólica instalada no final de Dezembro de 2006 situava-se em 1 681 MW, distribuída por 139 parques, com um total de 964 aerogeradores ao longo de todo o território Continental. 55% da potência instalada situa-se em parques com potência igual ou inferior a 25 MW.

Na tabela seguinte apresenta-se a evolução registada nos últimos três anos relativamente à potência instalada e à respectiva produção.

Quadro 3.16 Evolução da potência instalada eólica e produção por distrito

	Potência (MW)			Produção (GWh)			2006 (corrigido*)	
	2004	2005	2006	2004	2005	2006	Potência MW	Produção GWh
Aveiro	5	5	42	9	10	50	4	9
Beja	0	0	0	0	0	0	0	0
Braga	26	105	108	22	168	196	105	192
Bragança	6	6	6	4	17	16	6	16
Castelo Branco	13	33	178	19	68	203	29	61
Coimbra	60	185	227	82	204	427	101	244
Évora	0	0	0	0	0	0	0	0
Faro	22	22	34	45	45	46	24	42
Guarda	12	12	45	5	25	56	12	25
Leiria	10	60	109	1	98	155	56	113
Lisboa	68	126	184	65	219	315	128	272
Portalegre	0	0	0	0	0	0	0	0
Porto	15	47	53	4	43	103	24	54
Santarém	31	89	150	25	120	294	148	291
Setúbal	2	19	19	2	21	28	19	28
Viana do Castelo	35	52	90	5	90	154	46	101
Vila Real	134	148	169	297	336	385	163	374
Viseu	98	137	267	201	277	464	135	295
Total	537	1 047	1 681	787	1 741	2 892	999	2 119

* corrigido: apenas com as centrais cuja potência instalada estabilizou durante o ano

Fonte: Direção Geral de Geologia e Energia. Renováveis. Estatísticas rápidas - Dezembro 2006.

Os concelhos pertencentes ao projecto DESQOOP inserem-se nos distritos de Braga e Vila Real, que no seu conjunto representaram em 2006, cerca de 27% da potência e da produção eólica do Continente.

De acordo com a informação constante de um estudo publicado pelo Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial (INEGI) em Dezembro de 2006 o Continente dispunha de 270 parques eólicos ligados à rede e 42 parque eólicos em construção e adjudicados. No território dos nove concelhos em estudo em Dezembro de 2006 existiam 10 Parques eólicos ligados à rede, cujas principais características estão descritas no quadro seguinte.

Quadro 3.17 Parques eólicos ligados à rede

Nome	Distrito	Localização	Potência total (MW)	N.º de máquinas	Potência nominal (kW)	Ano ligação à rede
Mairos I	Vila Real	Chaves	2,0	1	2000	2006
			0,6	1	600	
Mairos II	Vila Real	Chaves	0,6	1	600	2006
Leiranco	Vila Real	Boticas	0,6	1	600	2006
Alto do Seixal	Vila Real	Alturas do Barroso	1,6	2	800	2006
Lomba da Seixa II	Vila Real	Serra do Barroso	12	8	1500	2004
Aguieira	Vila Real	Serra do Larouco	0,6	1	600	2003
Barroso	Vila Real	Serra do Barroso	18	9	2000	2003
Coto da Aldeia	Vila Real	Serra do Barroso	0,6	1	600	2003
Lomba da Seixa I	Vila Real	Serra do Barroso	13	10	1300	2001
Cabeço Alto	Vila Real	Serra do Larouco	11,7	9	1300	2000

Fonte: INEGI. Parques Eólicos em Portugal. Dezembro 2006

É de realçar o facto dos 10 parques eólicos identificados se localizarem nos concelhos transmontanos (Chaves, Boticas e Montalegre), ao contrário dos concelhos inseridos NUT III Cávado em que, até à data de referência, não se tinha instalado qualquer parque eólico. Esta realidade ficar-se-á a dever, provavelmente, às melhores condições naturais existentes nos concelhos de Trás-os-Montes tornando-se assim locais mais adequadas à instalação deste tipo de infra-estruturas.

3.3.1.4. Tecnologias da Informação e Comunicação

De acordo com a informação disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estatística apenas existem dados actualizados sobre Sociedade de Informação e Conhecimento desagregados geograficamente ao nível de NUT II, que no caso dos concelhos em estudo estão sediados na NUT II Norte.



Sabendo que a utilização de tecnologias de informação e comunicação tem tido uma evolução significativa ao longo dos últimos anos optou-se por caracterizar a situação registada no Norte de Portugal, que embora não possa ser extrapolada para todos os concelhos em estudo permite ter um retrato das suas principais características a um nível geográfico mais amplo.

As conclusões a seguir apresentadas foram extraídas de Inquéritos elaborados pelo Instituto Nacional de Estatística sobre a “Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias” e “Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação nas Empresas” referentes ao ano de 2006.

Relativamente às famílias, o relatório refere que no primeiro trimestre de 2006 o computador estava presente em 45,4% dos agregados domésticos portugueses, a Internet em 35,2% e a banda larga em 24%. No mesmo período, 42,5% dos indivíduos com idade entre os 16 e 74 anos utilizaram computador e 35,6% acederam à Internet. O mesmo documento apresenta estes dados para as diferentes NUT II verificando-se que os valores apurados para a Região Norte são inferiores à média nacional, isto é, na Região Norte 42% dos agregados domésticos possui computador, 31,3% Internet e 19% banda larga. De igual modo, 37,2% indivíduos com idade entre os 16 e 74 anos utilizaram computador e 29,9% acederam à Internet.

No que diz respeito às empresas os dados revelam que, em Portugal, 95% das empresas com dez e mais pessoas ao serviço usam computador, 84% utilizam correio electrónico e 83% dispõem de acesso à Internet. Infelizmente não se dispõem destes dados a nível regional.

3.3.2. Infra-estruturas culturais e recreativas

3.3.2.1. Infra-estruturas culturais

De acordo com os dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, a Região em estudo dispunha dos equipamentos culturais descritos no quadro seguinte.

Quadro 3.18 Infra-estruturas culturais

	Museus	Galerias de arte e outros espaços	Cinema - Recintos Utilizados	Bibliotecas
	2004			2003
Amares	-	1	1	2
Barcelos	3	4	1	9
Braga	6	11	2	22
Esposende	-	-	1	4
Terras de Bouro	-	-	-	1
Vila Verde	-	1	-	6
Boticas	1	1	-	2
Chaves	1	2	-	8
Montalegre	-	1	-	2
Total	11	21	5	56
Região Norte	65	180	62	520

Fonte: INE. Anuários Estatísticos Regionais 2005 (7 Regiões) e Anuário Estatístico da Região Norte, 2004

Das infra-estruturas identificadas verifica-se que todos os concelhos do território em estudo dispõem de pelo menos uma biblioteca. Já no que diz respeito à oferta cinematográfica salienta-se o facto de serem concelhos mais urbanizados, e consequentemente com maior concentração populacional, a dispor de cinema.

A mesma tendência se verifica para os museus, galerias de arte e outros espaços que também se concentram preferencialmente nos concelhos mais urbanizados concretamente em Braga e Barcelos, sendo contudo de realçar que nos últimos anos se tem registado uma evolução positiva relativamente à criação de espaços com estas características pelo que é possível que à data actual este cenário tenha sofrido evolução.

3.3.2.2. Infra-estruturas desportivas

No que diz respeito aos equipamentos desportivos e de acordo com a informação disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estatística, em 2002 todos os concelhos dispunham de piscina, campo de jogos descoberto e pavilhão desportivo ou ginásio (Quadro 3.19).

Quadro 3.19 Infra-estruturas desportivas (2002)

	Piscina	Campo de jogos descoberto	Pavilhão desportivo ou ginásio
Amares	4	16	1
Barcelos	2	76	7
Braga	14	56	22
Esposende	2	15	6
Terras de Bouro	3	14	2
Vila Verde	4	51	7
Boticas	2	12	1
Chaves	1	48	2
Montalegre	3	23	1
Total	35	311	49
Região Norte	205	1679	327

Fonte: INE. Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População - Região Norte 2002

3.3.3. Serviços

3.3.3.1. Saúde

A prestação de cuidados de saúde atempados e de qualidade constitui uma das principais preocupações da população em geral. Na Região em estudo, e tendo por base os dados apresentados no quadro seguinte, pode-se constatar que existem assimetrias consideráveis entre os concelhos do litoral e do interior bem retratada pela elevada concentração de hospitais oficiais e particulares em Barcelos, Braga e Esposende contra a maior dispersão deste tipo de infra-estrutura nos restantes concelhos.

Quadro 3.20 Infra-estruturas e serviços de saúde (2004)

	Hospitais Oficiais	Hospitais Privados	Centros de Saúde Com Internamento	Centros de Saúde Sem Internamento	Farmácias
Amares	-	1	-	1	4
Barcelos	1	3	-	1	27
Braga	1	3	-	1	36
Esposende	-	2	-	1	8
Terras de Bouro	-	-	-	1	3
Vila Verde	-	1	-	1	11
Boticas	-	-	-	1	2
Chaves	1	-	-	2	11
Montalegre	-	-	1	-	4
Total	3	10	1	9	106
Região Norte	34	29	19	89	895

Fonte: INE. Anuários Estatísticos Regionais 2005 (7 Regiões)

Relativamente aos Centros de Saúde, que são os serviços que assumem maior relevância nos cuidados regulares de saúde dos cidadãos, é de salientar que todos os concelhos dispõem desta infra-estrutura. De igual modo, a Região também se encontra bem servida de farmácias.

3.3.3.2. Educação

No período 2004/2005, a área do projecto compreendia 360 estabelecimentos de educação pré-escolar, 577 estabelecimentos de ensino básico, 26 estabelecimentos de ensino secundário, 11 estabelecimentos de ensino em escolas profissionais e 9 estabelecimentos de ensino superior (dados para o período 2005/2006). Esta distribuição está apresentada no quadro seguinte.

Quadro 3.21 Estabelecimentos de ensino segundo o nível de ensino ministrado

	Educação pré-escolar		Ensino Básico							Ensino secundário		Ensino em escolas profissionais		Ensino superior	
			1º Ciclo			2º Ciclo		3º Ciclo							
	Público	Privado	Público	Privado	Dos quais, com menos de 10 alunos	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
2004/2005														2005/2006	
Amares	20	1	27	-	5	1	-	2	-	1	-	-	1	-	-
Barcelos	82	8	98	-	1	8	2	11	2	3	2	-	2	1	-
Braga	65	35	90	9	-	13	6	18	6	8	3	-	4	3	3
Esposende	18	5	29	-	-	3	-	4	-	1	-	-	1	-	-
Terras de Bouro	6	2	20	-	7	2	-	2	-	2	-	-	-	-	-
Vila Verde	59	2	70	-	8	5	-	6	-	2	-	-	1	-	-
Boticas	5	1	11	-	6	1	-	1	-	-	-	-	1	-	-
Chaves	27	11	83	4	51	3	-	6	-	3	-	-	1	1	1
Montalegre	12	1	27	-	15	2	1	2	2	2	2	-	-	-	-
Total	294	66	455	13	93	38	9	52	10	22	7	0	11	5	4
R. Norte	1929	602	3254	122	795	314	76	394	78	162	56	8	77	47	57

Fonte: INE. Anuários Estatísticos Regionais 2005 (7 Regiões)

A baixa densidade populacional, características dos concelhos localizados no interior da área de intervenção, está bem patente nos dados relativos às escolas de primeiro ciclo do ensino básico com menos de 10 alunos, que no caso dos concelhos transmontanos (Boticas, Montalegre e Chaves) ultrapassam os 50%.

É de salientar o facto dos estabelecimentos de ensino superior se concentrarem nos concelhos mais urbanos (Barcelos e Braga) e na cidade de Chaves que dispõe de um Pólo da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Boticas é o único concelho que não dispõe de qualquer estabelecimento de ensino secundário o que obriga os estudantes que querem progredir nos seus estudos a deslocarem-se diariamente para os concelhos vizinhos.

3.3.3.3. Protecção social

De acordo com a informação disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estatística, no ano de 2002 os concelhos em estudo dispunham dos equipamentos e serviços de protecção social referidos no quadro 22. É natural que ao longo dos últimos anos estes valores se tenham alterado já que as autarquias têm feito um grande esforço no sentido de prestar as populações mais e melhor apoio social.

Quadro 3.22 Equipamentos e serviços de protecção social (2002)

	Creche	Lar de idosos	Centro de dia	Centro de emprego
Amares	2	3	5	-
Barcelos	14	5	12	1
Braga	14	14	15	1
Esposende	12	3	7	1
Terras de Bouro	2	2	4	-
Vila Verde	4	8	10	1
Boticas	1	1	5	-
Chaves	6	5	7	1
Montalegre	2	2	5	-
Total	57	43	70	5
Região Norte	384	306	527	49

Fonte: INE. Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População - Região Norte 2002

3.3.3.4. Alojamento

Tal como já foi referido anteriormente o território em estudo reúne um conjunto de atributos naturais e construídos que são responsáveis pela atracção de muitos visitantes e turistas a esta Região. Assim, existe também uma oferta diferenciada de tipologias de alojamento que se procura sintetizar nos quadros seguintes.

Quadro 3.23 Estabelecimentos e capacidade de alojamento (31.07.2004)

	Estabelecimentos				Capacidade de alojamento			
	Total	Hotéis	Pensões	Outros	Total	Hotéis	Pensões	Outros
Amares	7	1	5	1	404	127	213	64
Barcelos	3	-	3	-	100	-	100	-
Braga	23	9	12	2	1 897	1 171	617	109
Esposende	9	3	3	3	960	670	107	183
Terras de Bouro	16	3	12	1	967	270	642	55
Vila Verde	2	-	2	-	98	-	98	-
Boticas	1	-	-	1	40	-	-	40
Chaves	16	5	11	-	1 328	793	535	-
Montalegre	3	-	-	3	149	-	-	149
Total	80	21	48	11	5 943	3 031	2 312	600
Região Norte	435	106	273	56	32 184	16 517	12 099	3 568

Fonte: INE. Estatísticas do Turismo 2005

De há uns anos a esta parte que o alojamento em empreendimentos de Turismo no Espaço Rural (TER) tem registado um aumento na preferência dos turistas, graças às características específicas deste tipo de alojamento nomeadamente no que diz respeito à localização geográfica das unidades de alojamento e oferta de serviços diferenciados e de qualidade normalmente prestada neste tipo de turismo.

De acordo com a definição oficial, o TER consiste no conjunto de actividades e serviços de alojamento e animação a turistas em empreendimentos de natureza familiar, realizados e prestados mediante remuneração, em zonas rurais. Consideram-se empreendimentos de TER os estabelecimentos que se destinam a prestar serviços temporários de hospedagem e animação a turistas, dispendo para o seu funcionamento de um adequado conjunto de instalações, estruturas,



equipamentos e serviços complementares, tendo em vista a oferta de um produto turístico completo e diversificado no espaço rural (Direcção Geral do Turismo, 2006)

A Região Norte pela diversidade de património natural, construído e cultural que apresenta constitui um espaço privilegiado para o desenvolvimento desta modalidade de turismo pelo que possui um número muito significativo de unidades de alojamento de TER. No quadro seguinte apresenta-se o número de unidades existentes na área do projecto de acordo com as classificações vigentes¹⁵.

¹⁵ Turismo de Habitação: é um serviço de hospedagem de natureza familiar prestado a turistas em casas antigas particulares que, pelo seu valor arquitectónico, histórico ou artístico, sejam representativas de uma determinada época, nomeadamente os solares e as casas apalaçadas.

Turismo Rural: é um serviço de hospedagem de natureza familiar prestado a turistas em casas rústicas particulares que, pela sua traça, materiais construtivos e demais características, se integrem na arquitectura típica regional.

Agro-Turismo: é um serviço de hospedagem de natureza familiar prestado a turistas em casas particulares integradas em explorações agrícolas, que permitam aos hóspedes o acompanhamento e o conhecimento da actividade agrícola ou a participação nos trabalhos aí desenvolvidos, de acordo com as regras desenvolvidas pelo seu responsável.

Turismo de Aldeia: conjunto de, no mínimo, cinco casas situadas numa aldeia, aldeia histórica ou centro rural, exploradas de forma integrada e por uma única entidade e que pela sua traça e materiais de construção se integram na arquitectura típica do local.

Casas de Campo: é um serviço de hospedagem prestado em casas particulares situadas em zonas rurais, quer sejam ou não utilizadas como habitação própria dos seus proprietários, possuidores ou legítimos detentores, devendo a sua traça, materiais de construção e demais características, integrar-se na arquitectura e ambiente rústico da zona e local onde se situam.

Consideram-se igualmente empreendimentos turísticos no espaço rural os hotéis rurais e os parques de campismo rurais.

Quadro 3.24 Número de unidades de alojamento TER (2006)

	Turismo de Habitação	Turismo Rural	Agro-Turismo	Turismo de Aldeia	Casas de Campo	Hotéis Rurais
Amares	1	1	2	-	2	-
Barcelos	6	8	1	-	1	-
Braga	3	4	-	-	-	-
Esposende	-	1	-	-	1	-
Terras de Bouro	-	5	1	-	7	-
Vila Verde	1	7	2	-	4	-
Boticas	-	2	-	-	-	-
Chaves	-	8	3	-	1	1
Montalegre	-	2	-	-	1	1
Total	11	38	9	-	17	2
Região Norte	118	203	54	2	77	7

Fonte: Guia Oficial do Turismo no Espaço Rural de 2006. Direcção Geral do Turismo.

Para finalizar, e no sentido de sistematizar a oferta turística da Região apresentam-se os dados relativos às restantes infra-estruturas de alojamento existentes (Quadro 25).

Quadro 3.25 Parques de campismo, termas e pousadas (2006)

	Parques de Campismo	Termas	Pousadas
Amares	-	1	1
Barcelos	-	-	-
Braga	2	-	-
Esposende	1	-	-
Terras de Bouro	1	1	1
Vila Verde	-	-	-
Boticas	1	1	-
Chaves	1	2	-
Montalegre	1	-	-
Total	7	5	2

Fonte: <http://www.roteiro-campista.pt>; <http://www.termasdeportugal.pt> e <http://www.pousadas.pt>



3.4. Considerações finais

A análise do conjunto de indicadores apresentados no presente capítulo, e relativamente às três perspectivas de aproximação ao território apresentadas identificam-se como pontos relevantes os seguintes:

- O território em estudo, fruto da conjugação de diversos factores naturais e humanos, apresenta usos diferenciados. Os territórios artificializados, com excepção de Terras do Bouro, concentram-se preferencialmente nos concelhos pertencentes à NUT III Cávado. Esta situação, como se verá nos capítulos seguintes, deve-se fundamentalmente à maior densidade e concentração populacional e empresarial existente nesta área. Em Trás-os-Montes salienta-se o núcleo urbano de Chaves que apresenta um tecido urbano de alguma dimensão. A área agrícola está presente em todo o território sendo que nos concelhos do litoral predominam as culturas anuais de regadio e culturas anuais associadas às culturas permanentes e nos concelhos de interior predominam as culturas anuais de sequeiro e as pastagens o que traduz já os diferentes sistemas de agricultura existentes, que serão alvo de análise em capítulo posterior. Quanto às áreas florestais estendem-se ao longo de toda a área de projecto.
- No que diz respeito aos recursos naturais salienta-se a importância das bacias hidrográficas dos rios Tâmega e Cávado que tornam este território rico em recursos hídricos superficiais e subterrâneos. Consequentemente identificam-se nesta Região um conjunto de potencialidades que se traduzem na utilização da água para fins hidroeléctricos e hidroagrícolas e no aproveitamento da sua qualidade para fins minero-medicinais. Ainda no que respeita aos recursos naturais constata-se que a Região possui um conjunto significativo de áreas classificadas como áreas protegidas e/ou inseridas na Rede Natura 2000.
- A Região possui também um vasto e valioso conjunto de recursos culturais traduzidos pelo seu património histórico, e por uma riqueza de usos e costumes tradicionais que se reflectem na grandeza das festas, feiras e romarias, gastronomia, artesanato, rotas temáticas, entre outros.
- Ao nível das infra-estruturas, nomeadamente das redes viária e ferroviária, constata-se que existem assimetrias dentro do território em estudo. Relativamente à rede viária, e apesar da manifesta evolução positiva que se registou nos últimos anos, de que é exemplo a construção do eixo A7/IC5-A24, pode-se afirmar que os concelhos de



interior se encontram numa situação mais periférica relativamente aos concelhos do litoral. Esta situação é agravada pela ausência de uma rede ferroviária que sirva todos os concelhos do território em estudo verificando-se que apenas os concelhos de Barcelos e Braga usufruem deste meio de transporte. No que diz respeito à infra-estruturas energéticas a realidade é muito diferente já que são os concelhos de Terras do Bouro, Montalegre, Boticas e Chaves que apresentam um conjunto mais significativo de barragens situadas na bacia hidrográfica do Rio Cávado e de parques eólicos, nomeadamente nos concelhos transmontanos que apresentam condições naturais mais favoráveis.

- No que respeita aos serviços de saúde, educação e de protecção social prestados à população, sobressaem também diferenças importantes entre os concelhos do projecto sendo que os concelhos do interior apresentam um menor número e uma maior dispersão de unidades prestadoras destes serviços nomeadamente hospitais, escolas, lares de idosos, centros de dia e centros de emprego.



4 Situação socio-económica da área de intervenção DESQOOP

4.1 População

O presente capítulo tem como objectivo fundamental a caracterização e análise das principais alterações demográficas registadas nos nove concelhos que constituem a área de estudo do projecto. A principal fonte de informação utilizada é o Instituto Nacional de Estatística, nomeadamente através da consulta e sistematização dos dados constantes dos Recenseamentos Gerais da População e Habitação de 1991 e 2001 e Anuários Estatísticos da Região Norte.

4.1.1 População residente por sexo

De acordo com os valores apresentados no Quadro 26 pode-se constatar que no conjunto dos nove concelhos a evolução da população residente entre 1991 e 2001 foi positiva (9,2%), à semelhança do que se registou na Região Norte (6,2%).

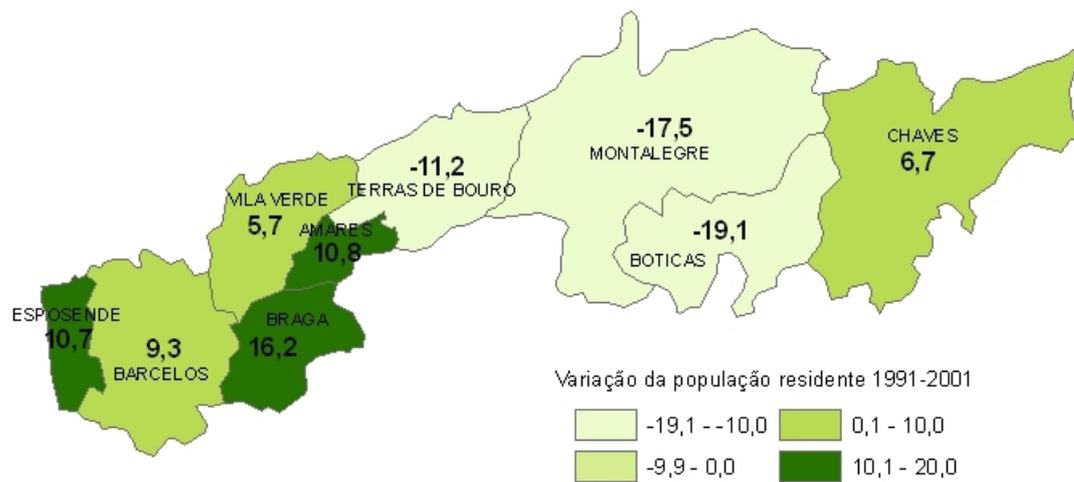
Quadro 4.1 População residente por sexo

	1991			2001			Variação 1991-2001
	Total	H	M	Total	H	M	Total (%)
Amares	16 715	8 072	8 643	18 521	9 012	9 509	10,8
Barcelos	111 733	54 085	57 648	122 096	59 340	62 756	9,3
Braga	141 256	67 912	73 344	164 192	78 954	85 238	16,2
Esposende	30 101	14 314	15 787	33 325	16 020	17 305	10,7
Terras de Bouro	9 406	4 547	4 859	8 350	4 038	4 312	-11,2
Vila Verde	44 056	20 896	23 160	46 579	22 519	24 060	5,7
Boticas	7 936	4 002	3 934	6 417	3 170	3 247	-19,1
Chaves	40 940	20 046	20 894	43 667	21 181	22 486	6,7
Montalegre	15 464	7 768	7 696	12 762	6 275	6 487	-17,5
Total	417 607	201 642	215 965	455 909	220 509	235 400	9,2
Região Norte	3 472 715	1 677 310	1 795 405	3 687 293	1 782 931	1 904 362	6,2

Fonte: INE. Censos 1991 e 2001.

No entanto, o contributo dos nove concelhos para esta tendência foi diferenciado. Enquanto que os concelhos de Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Vila Verde e Chaves registaram acréscimos de população, Terras do Bouro, Montalegre e Boticas assistiram a perdas de população, que nos últimos dois concelhos atingiram valores muito significativos, -17,5% e -19,1% respectivamente. Esta é aliás a realidade que se vive em quase todos os concelhos localizados nas regiões do interior de Portugal em que apenas são excepção as sedes dos concelhos com centros urbanos de alguma dimensão e logicamente com maior atractividade, como é o caso do concelho de Chaves com um acréscimo populacional de 6,7% (Figura 16).

Figura 4.1. Variação da população residente entre 1991 e 2001



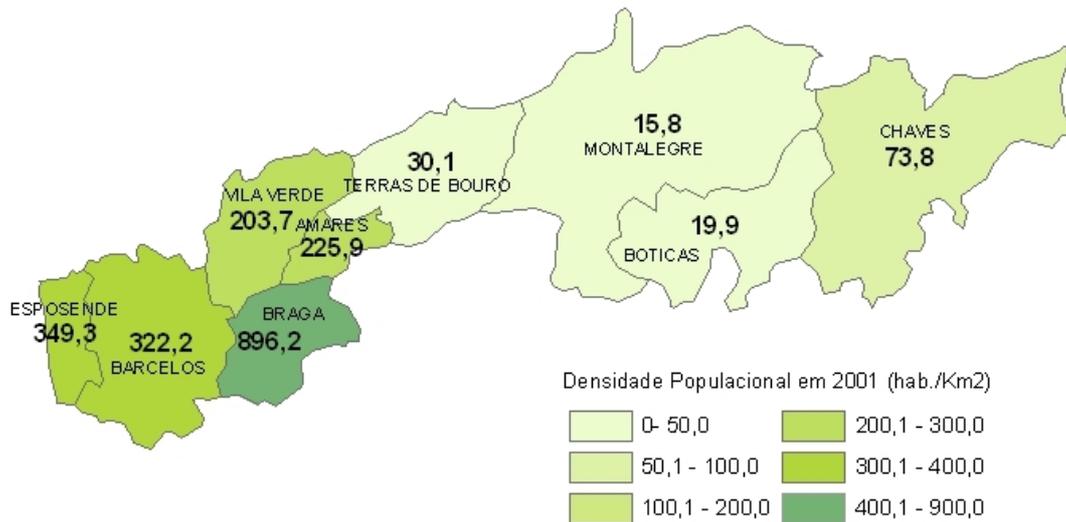
Fonte: INE. Censos 1991 e 2001.

Relativamente à distribuição da população segundo o sexo, verifica-se que a percentagem de mulheres (52%) é ligeiramente superior à dos homens (48%) não tendo estes valores sofrido alterações durante a década em análise.

4.1.2 Densidade populacional

Outro indicador que nos permite avaliar a distribuição da população no território é a densidade de população traduzida pelo número de habitantes por unidade de superfície. De acordo com os dados apresentados na figura seguinte para o ano de 2001 pode-se concluir que a Região encerra realidades muito distintas.

Figura 4.2 Densidade de população em 2001



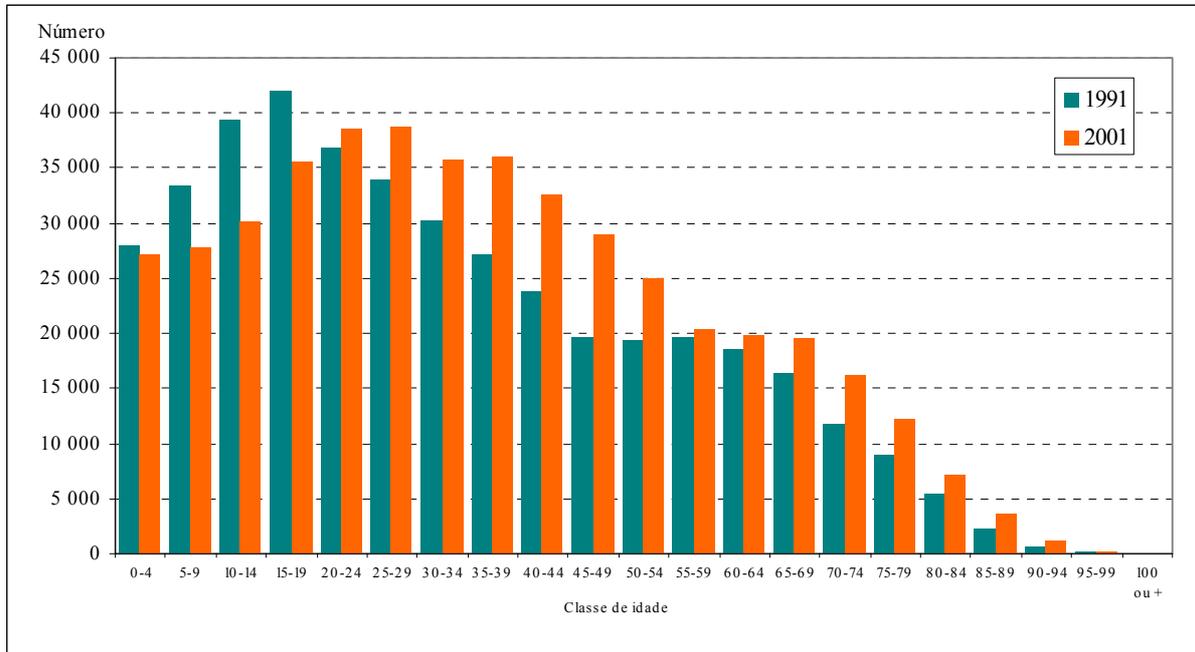
Fonte: INE. Censos 1991 e 2001.

Se por um lado tem concelhos densamente povoados como Braga, Barcelos, Esposende, Amares e Vila Verde, apresentado valores superiores à média da Região Norte (153,8 hab. /Km²) e à média do Continente (173,2 hab. /Km²), por outro, exhibe concelhos com densidades muito inferiores aos valores médios referidos tais como, Montalegre, Boticas, Terras de Bouro e Chaves, sendo que este último com um valor mais elevado, fruto da concentração populacional em torno do núcleo urbano do concelho.

4.1.3 População residente por escalões etários

A idade da população é um indicador fundamental para a compreensão e análise do território. Na figura seguinte apresenta-se a distribuição da população segundo os grupos etários para os dois anos de referência, 1991 e 2001.

Figura 4.3 Distribuição da população residente segundo os grupos etários



Fonte: INE. Censos 1991 e 2001.

Durante a década em análise assistiu-se a um envelhecimento da população que se traduziu por um decréscimo da população jovem e por um acréscimo da população idosa. Em 1991, a população jovem (0-19 anos) representava 34,2% da população total sendo que, em 2001 este valor desceu para 26,4%. Pelo contrário o grupo de população com 65 ou mais anos representava 11% do total em 1991 crescendo para 13,2% em 2001.

Relativamente aos concelhos inseridos na área intervenção do projecto, e considerando apenas três grupos de idades, verifica-se que Terras do Bouro, Boticas, Chaves e Montalegre são os concelhos em que se registam valores mais elevados de população com 65 ou mais anos. Em oposição, apresentam valores mais baixos de população jovem, entre os 0 e 19 anos. Assiste-se a esta realidade nas duas datas de referência mas, face aos valores apresentados, é possível concluir que esta situação se agudizou entre 1991 e 2001 (Quadros 27 e 28).



Quadro 4.2 Distribuição percentual da população segundo os grupos de idade (1991)

	Amares	Barcelos	Braga	Esposende	Terras de Bouro	Vila Verde	Boticas	Chaves	Montalegre
0-19	35,4	36,8	33,7	35,8	33,0	36,0	27,4	29,3	27,8
20-64	51,8	54,4	57,6	54,1	50,4	50,9	53,5	55,1	51,7
65+	12,8	8,8	8,7	10,2	16,6	13,1	19,1	15,6	20,6

Fonte: INE. Censos 1991

Quadro 4.3 Distribuição percentual da população segundo os grupos de idade (2001)

	Amares	Barcelos	Braga	Esposende	Terras de Bouro	Vila Verde	Boticas	Chaves	Montalegre
0-19	27,9	28,2	26,4	28,1	24,6	28,1	19,7	21,5	19,7
20-64	57,6	61,1	62,8	59,9	54,2	57,1	53,3	58,8	53,0
65+	14,5	10,8	10,8	12,0	21,2	14,8	27,0	19,8	27,3

Fonte: INE. Censos 2001

Em anexo apresenta-se um quadro pormenorizado com os valores de população residente em 1991 e 2001 segundo o sexo e os grupos idade nos nove concelhos do projecto e na Região Norte.

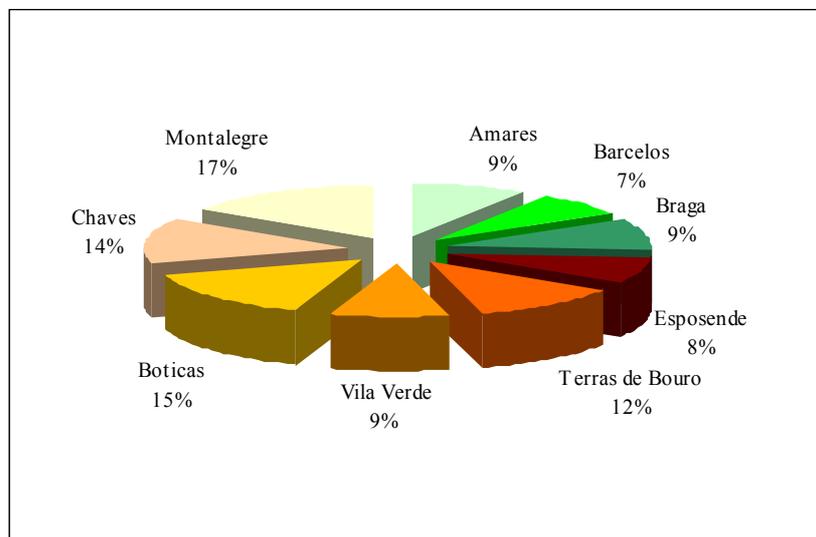
O número de pessoas que residem nos alojamentos clássicos permite também entender o envelhecimento da população. De acordo com os valores apresentados no quadro e na figura seguintes verifica-se que os concelhos de Terras do Bouro, Boticas, Montalegre e Chaves são os que registam valores percentuais mais elevados de alojamentos com 1 e 2 pessoas, o que traduz o maior peso de população idosa, que é um segmento de população que normalmente vive só ou com o cônjuge.

Quadro 4.4 Alojamentos clássicos segundo o número de pessoas (2001)

	Total de alojamentos	1 pessoa	2 pessoas	3 pessoas	4 pessoas	5 pessoas	6 pessoas	7 pessoas	8 pessoas	9 ou mais pessoas
	Número	%								
Amares	5406	9,8	21,8	22,1	25,4	12,4	5,2	2,1	0,6	0,6
Barcelos	33825	7,5	18,2	24,1	27,7	12,6	5,8	2,3	1,0	0,8
Braga	50263	10,8	21,2	26,3	27,5	9,4	3,0	1,1	0,4	0,3
Esposende	9371	9,1	19,1	22,7	25,8	12,7	6,3	2,4	1,2	0,8
Terras de Bouro	2598	15,5	26,1	19,1	19,5	10,7	5,5	2,2	0,9	0,5
Vila Verde	13481	10,7	21,4	22,1	23,5	12,3	5,9	2,4	0,9	0,7
Boticas	2337	21,4	31,8	19,2	15,9	7,3	2,6	1,1	0,5	0,1
Chaves	15438	17,1	30,3	23,7	19,7	6,3	2,0	0,6	0,2	0,1
Montalegre	4673	22,2	32,2	18,6	15,0	6,8	3,3	1,0	0,5	0,4
Total	137392	11,2	22,0	24,2	25,3	10,3	4,2	1,6	0,6	0,5
Região Norte	1182065	12,3	24,7	26,7	22,9	8,4	3,1	1,1	0,4	0,3

Fonte: INE. Censos 2001.

Figura 4.4 Distribuição percentual dos alojamentos com 1 e 2 pessoas (2001)

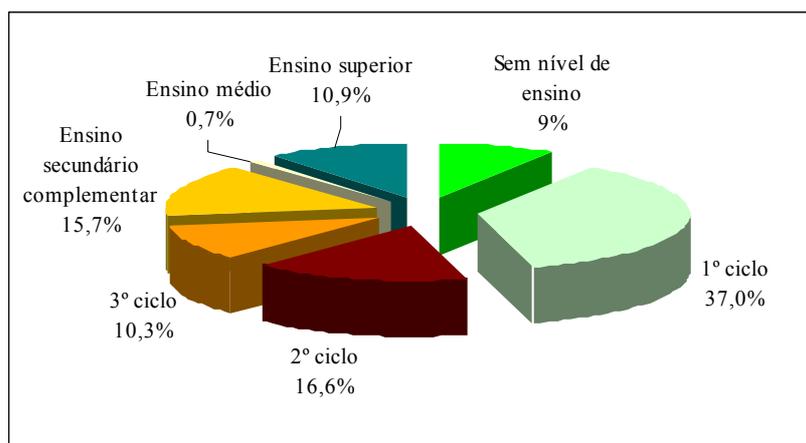


Fonte: INE. Censos 2001.

4.1.4 População residente segundo o nível de instrução

Segundo os dados publicados no Censos de 2001, o nível de instrução da população de 15 e mais anos correspondia à distribuição percentual representada na figura 20. De uma forma geral os valores registados na área de intervenção do projecto correspondem aos valores existentes na Região Norte.

Figura 4.5 Distribuição percentual da população de 15 e mais anos segundo o nível de instrução (2001)



Fonte: INE. Censos 2001

De acordo com os dados apresentados, é de salientar que existe uma parte importante da população (37%) que apenas concluiu ou frequentou o primeiro ciclo do ensino básico o que revela o baixo grau



de escolaridade que permanece na nossa população. Na data em análise, unicamente 27% da população possuía um grau de instrução superior à actual escolaridade obrigatória (3.º ciclo), sendo de realçar que 11% da população adquiriu um grau superior de ensino. No quadro 30 apresenta-se esta informação discriminada para os nove concelhos em estudo.

Quadro 4.5 Distribuição percentual da população de 15 e mais anos segundo o nível de instrução (2001)

	Sem nível de ensino	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Ensino secundário complementar	Ensino médio	Ensino superior
Amares	10,9	41,8	16,8	9,2	14,4	0,3	6,6
Barcelos	7,4	40,1	22,2	10,9	13,0	0,4	6,2
Braga	5,7	30,2	13,4	10,9	20,8	1,2	17,7
Esposende	7,7	38,0	21,9	9,8	13,4	0,5	8,6
Terras do Bouro	16,0	44,0	16,6	9,4	9,8	0,3	3,9
Vila Verde	12,3	42,5	18,8	9,9	10,9	0,3	5,2
Boticas	24,7	46,9	10,8	5,7	8,0	0,1	3,8
Chaves	12,5	40,4	9,9	9,1	15,6	0,8	11,7
Montalegre	24,1	41,9	10,5	8,0	9,5	0,2	5,8
Total	8,9	37,0	16,6	10,3	15,7	0,7	10,9
Região Norte	8,4	39,3	15,0	10,1	15,7	0,7	10,8

Fonte: INE. Censos 2001

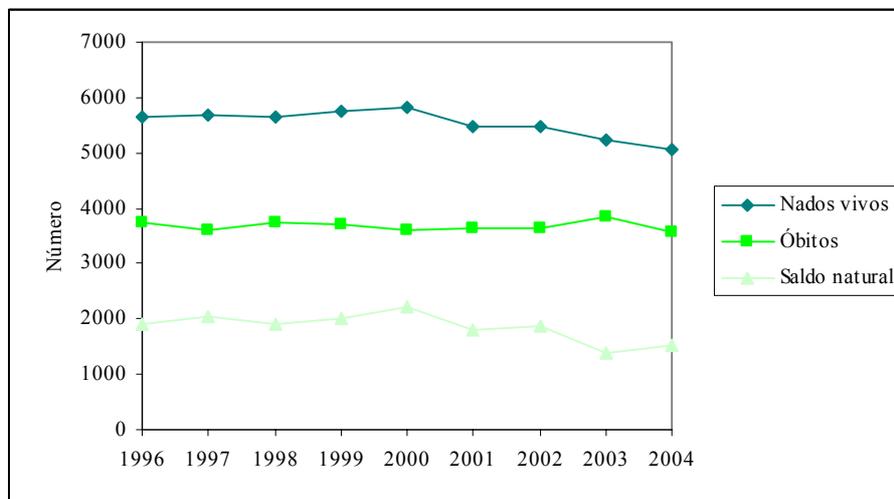
Os concelhos de Boticas e Montalegre inscrevem valores mais elevados relativamente à percentagem de população que não possui nenhum grau de ensino, registando 24,7% e 24,1% respectivamente. No extremo oposto, situam-se os concelhos de Braga e Chaves com as percentagens mais elevadas relativamente ao número de pessoas no ensino superior o que, em parte, se justifica pela existência de Universidades em ambos os concelhos.

4.1.5 Movimento da população

Tal como se verifica a partir da leitura da figura seguinte o saldo natural¹ tem-se mantido positivo ao longo dos últimos anos. No entanto, a partir de 2000 a diferença entre o número de nascimentos e óbitos tem vindo a diminuir, o que se reflecte no decréscimo do saldo natural.

¹ Saldo natural: diferença entre o número de nados vivos e o número de óbitos, num dado período de tempo.

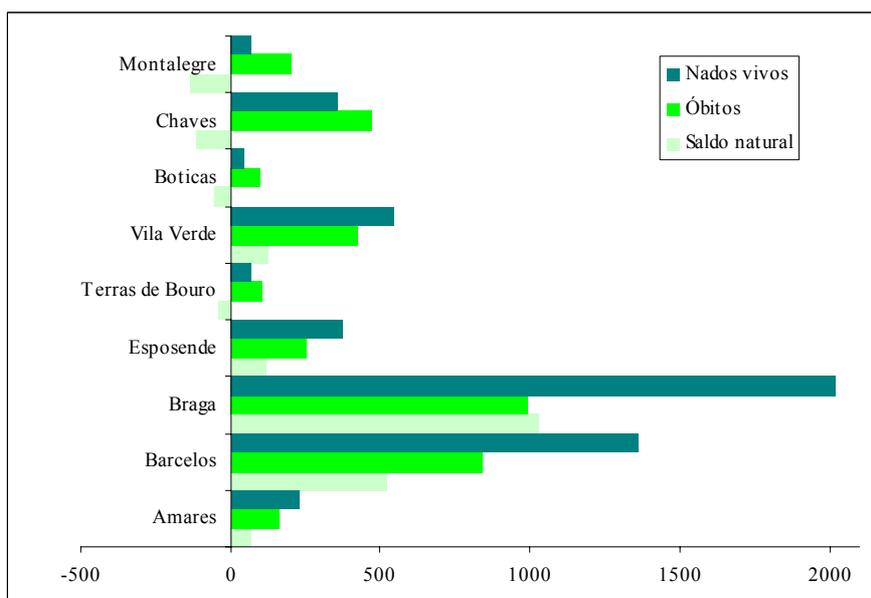
Figura 4.6 Nados vivos, óbitos e saldo natural de 1996 a 2004



Fonte: INE. Anuários Estatísticos da Região Norte de 1997 a 2004

Tomando como referência o ano de 2004, verifica-se que em relação a estes indicadores, existe também uma tendência diferenciada entre concelhos sendo que, os concelhos do interior da área de intervenção, nomeadamente os que estão situados em Trás-os-Montes, apresentam saldo natural negativo (Figura 22).

Figura 4.7 Nados vivos, óbitos e saldo natural (2004)



Fonte: INE. Anuário Estatístico da Região Norte 2004



Em anexo apresenta-se um quadro com o número de nados vivos, de óbitos e o saldo natural para os nove concelhos em estudo e para a Região Norte de 1996 a 2004.

4.1.6 Índices de dependência de jovens, de idosos, total e de envelhecimento

Outros indicadores interessantes que nos permitem entender melhor as dinâmicas e os bloqueios existentes no território em estudo são os índices de dependência de jovens², de dependência de idosos³, de dependência total⁴ e de envelhecimento⁵, que se apresentam no quadro seguinte.

Quadro 4.6 Índices de dependência de jovens, de dependência de idosos, de dependência total e de envelhecimento (2001)

	Dependência de jovens	Dependência idosos	Dependência total	Envelhecimento
Amares	48,4	25,2	73,6	52,0
Barcelos	46,1	17,7	63,8	38,3
Braga	42,0	17,2	59,2	41,0
Esposende	47,0	20,1	67,0	42,8
Terras de Bouro	45,3	39,1	84,5	86,3
Vila Verde	49,3	26,0	75,3	52,7
Boticas	36,9	50,6	87,5	137,0
Chaves	36,6	33,7	70,2	92,1
Montalegre	37,2	51,6	88,7	138,8
Total	43,8	21,9	65,6	49,9
Região Norte	40,3	22,8	63,1	56,5

Fonte: INE. Censos 2001

De acordo com os dados apresentados pode-se concluir que, no total, os valores apresentados pela Região em estudo relativamente aos índices considerados se aproximam dos valores registados na

² Relação entre a população jovem e a população em idade activa. O INE considera como população jovem as pessoas com idades compreendidas entre 0 e 14 anos e como população em idade activa as pessoas com idades entre os 15 e 64 anos. No presente trabalho e facilitar a comparação com o valor obtido em Espanha adoptou-se os intervalos de 0 a 19 anos e 20 a 64, respectivamente.

³ Relação entre a população idosa e a população em idade activa. O INE considera como população idosa as pessoas com 65 e mais anos e como população em idade activa as pessoas com idades entre os 15 e 64 anos. No presente trabalho e facilitar a comparação com o valor obtido em Espanha adoptou-se pelo intervalo de 20 a 64 para a população em idade activa.

⁴ Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade activa. No presente trabalho e facilitar a comparação com o valor obtido em Espanha adoptou-se os intervalos de 0 a 19 anos para a população jovem e 20 a 64, para a população em idade activa.

⁵ Relação entre a população idosa e a população jovem. No presente trabalho e facilitar a comparação com o valor obtido em Espanha adoptou-se os intervalos de 0 a 19 anos para a população jovem.



Região Norte. No entanto, e quando se analisam os dados ao nível de concelho, mais uma vez se assistem a assimetrias consideráveis dentro do território do projecto.

O índice de dependência total, que em termos genéricos traduz a dependência dos jovens e idosos relativamente à população activa, assume valores superiores nos concelhos do interior nomeadamente em Boticas, Montalegre e Terras de Bouro, sendo que, nos dois primeiros casos é o índice de dependência de idosos que tem maior contributo para o índice de dependência total. Pode-se então concluir que nestes concelhos, a população activa tem menor peso relativo relativamente aos grupos de dependentes, agravado pelo facto de serem os idosos a registar maior peso. No extremo oposto situam-se os concelhos urbanos e localizados mais no litoral, isto é, Braga, Barcelos e Esposende em que os índices de dependência total se situam abaixo da média da Região, sendo os jovens aqueles que asseguram o maior contributo para a formação deste índice. Esta realidade sugere então a presença de uma população activa e uma percentagem de jovens com maior significado, o que traduz naturalmente uma maior vitalidade por parte destes concelhos.

O índice de envelhecimento é precisamente a tradução em números do que foi dito anteriormente, ou seja, os concelhos do interior apresentam valores significativamente mais elevados, que no caso dos concelhos de Boticas e Montalegre ultrapassam o índice 100 o que significa que o número de idosos ultrapassa o número de jovens. Os concelhos de Chaves e Terras de Bouro apresentam também valores elevados o que também retracts o elevado peso que os idosos assumem nestes concelhos. Mais uma vez são os concelhos de Esposende, Braga e Barcelos que registam índices menores, com destaque para este último que é considerado o concelho mais jovem do País. Amares e Vila Verde apresentam valores intermédios relativamente aos dois grupos anteriormente destacados.

4.1.7 Actividade económica

De acordo com os dados publicados pelo INE, a evolução registada entre 1991 e 2001 relativamente às taxas de actividade e desemprego, encontram-se sistematizadas no quadro 32.



Quadro 4.7 Taxa de actividade e taxa de desemprego

	Taxa de Actividade		Taxa de desemprego	
	1991	2001	1991	2001
Amares	37,2	43,0	4,4	6,8
Barcelos	47,3	50,4	2,6	4,3
Braga	47,7	51,9	4,9	6,9
Esposende	48,3	49,0	3,1	4,9
Terras de Bouro	32,1	35,8	9,4	11,3
Vila Verde	38,2	41,7	4,0	5,4
Boticas	39,9	35,1	3,9	10,3
Chaves	36,0	39,8	6,0	10,3
Montalegre	34,9	33,1	9,4	9,6
Total	40,2	42,2	5,3	7,8
Região Norte	45,5	48,1	5	6,7

Fonte: INE. Censos 1991 e 2001

Para os dois anos em análise a Região em estudo apresenta valores de taxa de actividade inferiores aos da Região Norte, o que significa que o peso da população activa relativamente ao total da população é menor para o total dos concelhos do projecto. Esta realidade não é transversal a todos os concelhos em análise, registando-se valores inferiores à média da Região Norte nos concelhos de Amares, Terras do Bouro, Vila Verde, Boticas, Chaves e Montalegre, e taxas superiores nos concelhos de Barcelos, Braga e Esposende.

De 1991 para 2001 a taxa de desemprego da Região em estudo cresceu 2,5 % passando de 5,3% para 7,3%, o que acompanha a realidade registada na Região Norte. É contudo de destacar que a taxa de desemprego no conjunto dos concelhos em análise é superior à média registada para a Região Norte atingindo, em 2001, mais 1,1 pontos percentuais.

Mais uma vez o contributo dos concelhos em análise é diferente. Considerando o ano de 2001, verifica-se que os concelhos de Amares, Barcelos, Braga, Esposende e Vila Verde apresentam taxas inferiores à média ao contrário dos concelhos de Terras do Bouro, Boticas e Montalegre que apresentam taxas de desemprego superiores a 10%. Esta realidade traduz as menores oportunidades de emprego nas zonas rurais em que sectores como a indústria, comércio e serviços têm uma representatividade muito inferior à presente nos concelhos mais urbanizados e com maior densidade de população.

Considerando os mesmos indicadores mas desagregados por sexo verifica-se que a taxa de actividade masculina é 16,7% mais elevada que a taxa de actividade feminina o que significa que existem menos mulheres entre a população activa. Este distanciamento é significativamente mais elevado nos



concelhos de Boticas, Montalegre, Terras do Bouro, Vila Verde, Amares e Chaves, sendo inferior à média no caso dos concelhos de Braga, Barcelos e Esposende (Quadro 4.8).

Quadro 4.8 Taxa de actividade e taxa de desemprego por sexo (2001)

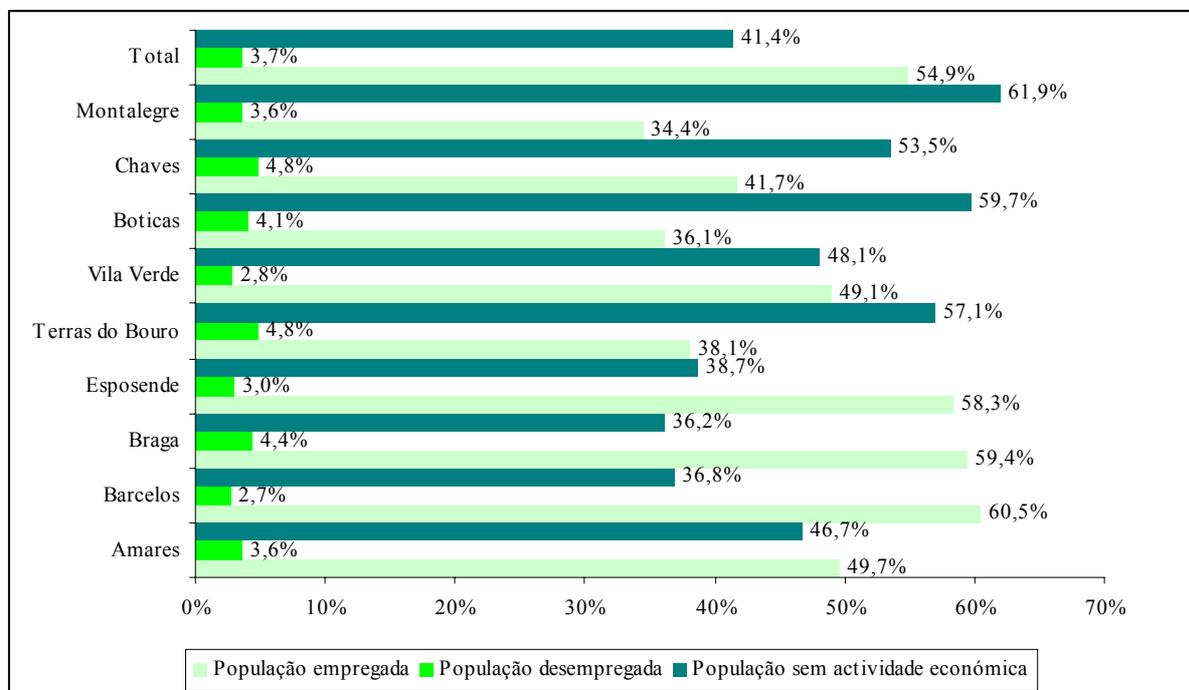
	Taxa de Actividade		Taxa de desemprego	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Amares	52,3	34,2	4,5	10,2
Barcelos	56,3	44,9	4,3	4,3
Braga	56,8	47,4	5,6	8,4
Esposende	55,4	43,0	3,9	6,0
Terras de Bouro	46,6	25,6	6,6	19,2
Vila Verde	51,6	32,3	4,0	7,6
Boticas	46,4	24,1	7,0	16,4
Chaves	48,9	31,3	6,6	15,7
Montalegre	42,8	23,7	6,8	14,5
Total	50,8	34,1	5,5	11,4
Região Norte	55,4	41,4	5,2	8,6

Fonte: INE. Censos 1991 e 2001

Em 2001, na Região Norte o valor registado para a taxa de desemprego feminina é superior à taxa apurada para a população masculina. No entanto esta situação agrava-se quando se considera a área do projecto, em que a taxa de desemprego feminina é o dobro da taxa de desemprego masculino. A situação particular de cada concelho é diferenciada, sendo que nos concelhos de Braga, Esposende e Vila Verde este distanciamento é menor, salientando-se o caso de Barcelos em que as taxas de desemprego feminina e masculina assumem a mesma ordem de grandeza.

A figura seguinte apresenta a distribuição da população residente com 15 e mais anos segundo a condição perante a actividade económica. No total da Região, a percentagem de população activa, empregada e desempregada, é superior ao número de inactivos, isto é, à população sem actividade económica. Esta constatação é equivalente para os concelhos de Amares, Barcelos, Braga, Esposende e Vila Verde. Para os restantes concelhos verifica-se que a população inactiva é superior à população activa.

Figura 4.8 Distribuição percentual da população residente, com 15 e mais anos, segundo a condição perante a actividade económica (2001)



Fonte: INE. Censos 1991 e 2001

A população desempregada pode-se desagregar entre os que procuram o primeiro emprego e os que procuram um novo emprego. De acordo com os valores apresentados no quadro 34, em termos médios a maioria (78%) dos desempregados procuram um novo emprego.

Quadro 4.9 Distribuição percentual da situação da população desempregada (2001)

	Procura do 1.º emprego	Procura de novo emprego
Amares	19,5	80,5
Barcelos	17,3	82,7
Braga	19,9	80,1
Esposende	21,2	78,8
Terras do Bouro	22,0	78,0
Vila Verde	24,8	75,2
Boticas	47,2	52,8
Chaves	30,9	69,1
Montalegre	41,2	58,8
Total	22,4	77,6
Região Norte	20,9	79,1

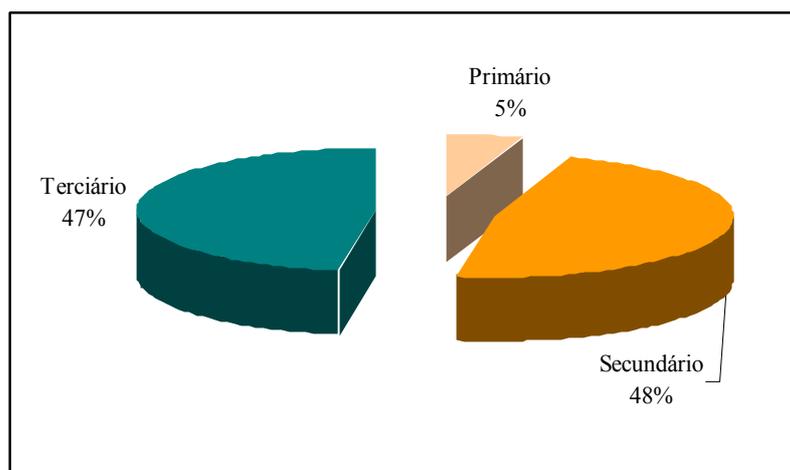
Fonte: INE. Censos 2001



Esta situação é comum a todos os concelhos sendo contudo de realçar que no caso dos concelhos de Boticas e Montalegre a percentagem de desempregados à procura do primeiro emprego assume uma ordem de grandeza significativamente superior, isto é, de 47,2% e 41,2% respectivamente. Tendo em conta que a maioria da população que procura o primeiro emprego pertence a uma faixa etária mais jovem, pode-se concluir que nestes concelhos existem menos oportunidades de emprego para aqueles que queiram iniciar a sua vida activa.

A maioria da população está empregada nos sectores secundário (indústria, construção energia e água) e terciário (comércio e serviços) sendo que, apenas 5% da população trabalha em actividades ligadas ao sector primário (agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pescas) (Figura 4.9).

Figura 4.9 Distribuição percentual da população residente empregada segundo o sector de actividade económica (2001)



Fonte: INE. Censos 2001

Naturalmente que esta distribuição assume proporções diferentes entre os nove concelhos em análise (Quadro 4.10).



Quadro 4.10 Distribuição percentual da população residente empregada segundo o sector de actividade económica (2001)

	Primário	Secundário	Terciário
Amares	7,7	46,3	46,1
Barcelos	4,9	63,8	31,3
Braga	1,1	39,6	59,3
Esposende	8,2	52,9	39,0
Terras do Bouro	14,9	33,0	52,1
Vila Verde	7,3	50,3	42,3
Boticas	30,1	32,3	37,6
Chaves	12,6	23,3	64,2
Montalegre	27,1	27,3	45,5
Total	5,4	47,2	47,5
Região Norte	4,8	45,8	49,5

Fonte: INE. Censos 2001

Naturalmente que os concelhos mais rurais como Boticas, Montalegre e Terras do Bouro são aqueles em que a proporção de pessoas empregues no sector primário é superior. Os concelhos de Braga e Chaves são os que empregam uma maior proporção de população residente no sector terciário o que se entende pois estas cidades ocupam um lugar estratégico relativamente ao apoio que prestam em diversas áreas (ensino, saúde, etc.) ao próprio concelho e aos concelhos vizinhos.



4.2 Considerações finais

Da análise do conjunto de indicadores estatísticos apresentados neste capítulo vale a pena salientar que se está perante uma Região marcada por acentuadas assimetrias, traduzidas pela oposição entre um conjunto de concelhos posicionados mais perto do litoral e que se assumem como territórios mais atractivos para as populações, e um conjunto de concelhos localizados mais no interior, cujos indicadores demográficos analisados revelam a pouca capacidade destes concelhos em promover a fixação das suas populações, o que se traduz pelo progressivo abandono deste territórios.

Esposende, Barcelos, Braga, Amares Vila Verde constituem o grupo de concelhos localizado mais perto da orla litoral que apresentam como aspectos mais marcantes os seguintes:

- Uma evolução demográfica positiva e uma concentração demográfica acima dos valores médios da Região Norte;
- Saldo natural positivo;
- Menores índices de dependência de idosos e de envelhecimento;
- Taxa de actividade acima dos valores médios da Região Norte, com excepção dos concelhos de Amares e Vila Verde;
- Taxa de desemprego inferior à média da Região Norte.

Interessa ainda salientar que a dinâmica positiva apresentada pelos concelhos de Amares e Vila Verde relativamente a muitos dos indicadores demográficos referidos se devem, fundamentalmente, ao facto de ambos integrarem parcialmente a envolvente periurbana de Braga.

Em oposição referem-se os concelhos de **Terras de Bouro, Boticas, Montalegre e Chaves** cujos indicadores revelam a seguinte realidade:

- Um declínio demográfico entre 1991 e 2001, com excepção do concelho de Chaves, e uma concentração demográfica muito inferior aos valores médios da Região Norte;
- Saldo natural negativo;
- Índices de dependência de idosos e de envelhecimento mais elevados;
- Maior proporção de população sem nível de ensino, nomeadamente em Boticas e Montalegre;
- Elevada proporção de população sem actividade económica;
- Taxa de desemprego acima dos valores médios da Região Norte;



- Peso significativo da população empregue no sector primário, nomeadamente em Boticas e Montalegre;

Entre os concelhos deste grupo, é de salientar as especificidades encontradas no concelho de Chaves nomeadamente em relação à evolução positiva da população e ao peso significativo do sector terciário, que confrontam com as tendências predominante dos concelhos limítrofes. O maior desenvolvimento do concelho de Chaves deve-se, por um lado à centralidade urbana que desempenha numa área rural relativamente vasta, e por outro lado, à sua proximidade da fronteira com Espanha já que, Vila Verde da Raia é a quarta fronteira em movimento de passageiros do País.



4.3 Actividades agrárias

A caracterização a seguir apresentada baseia-se na análise dos principais indicadores estatísticos disponíveis para o território em estudo. Assim, os dados recolhidos e sistematizados no âmbito dos Recenseamentos Gerais Agrícolas de 1989 e 1999 são as principais fontes de informação utilizadas. Neste capítulo optou-se também por apresentar a informação ao nível de Região Agrária já que existem especificidades que interessa realçar relativamente ao Entre Douro e Minho (EDM) e a Trás-os-Montes (TM). Dos nove concelhos que integram a área de projecto, Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Terras de Bouro e Vila Verde localizam-se na Região Agrária de EDM e os concelhos de Boticas, Chaves e Montalegre na Região Agrária de TM.

4.3.1 Estrutura das explorações agrícolas

De acordo com o Recenseamento Geral da Agricultura, em 1999 existiam na área do projecto 20 724 explorações agrícolas que ocupam uma superfície total de 148 016 hectares (ha) o que significa cerca de 50% da superfície territorial. Relativamente a 1989 estes valores representam menos cerca de 29% de explorações agrícolas mas igual área de superfície total o que significa que a em termos estruturais houve uma evolução positiva, isto é, a área média por exploração passou de 5,1 ha em 1989 para 7,1 ha em 1999.

De acordo com os dados apresentados no quadro seguinte, verifica-se que quando se analisa individualmente cada concelho se registam evoluções diferenciadas. O grupo de concelhos localizados a oeste da área de intervenção (Esposende, Braga, Barcelos e Amares) apresenta áreas médias por exploração significativamente menores do que as existentes nos concelhos pertencentes a TM.

Quadro 4.11 Número e área das explorações agrícolas

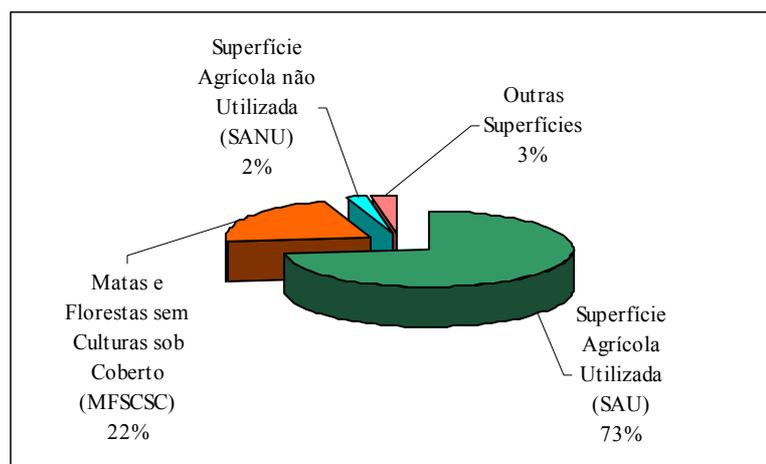
	1989			1999			Variação do número de explorações 89/99 (%)
	Número	Área (ha)	Área média	Número	Área (ha)	Dimensão média das explorações	
Amares	1 509	5 775,1	3,8	906	4 171,4	4,6	-40,0
Barcelos	6 524	23 724,6	3,6	4 012	19 183,4	4,8	-38,5
Braga	2 408	10 484,2	4,4	1 746	8 491,7	4,9	-27,5
Esposende	2 391	5 626,9	2,4	1 321	4 068,1	3,1	-44,8
Terras de Bouro	1 123	7 283,6	6,5	756	14 459,2	19,1	-32,7
Vila Verde	4 084	14 519,0	3,6	2 690	9 509,3	3,5	-34,1
Boticas	1 614	9 712,9	6,0	1 339	12 837,2	9,6	-17,0
Chaves	6 486	45 396,9	7,0	5 476	36 979,1	6,8	-15,6
Montalegre	3 007	24 716,5	8,2	2 478	38 316,5	15,5	-17,6
Total	29 146	147 239,6	5,1	20 724	148 015,9	7,1	-28,9
Região Norte	192 056	1 110 412,0	5,8	137 552	1 011 936,4	7,4	-28,4
EDM	111 505	464 133,5	4,2	67 546	374 832,0	5,5	-39,4
TM	80 551	646 278,6	8,0	70 006	637 104,4	9,1	-13,1

Fonte: INE. Recenseamentos Gerais da Agricultura 1989 e 1999

Estes valores reflectem as características de minifúndio da Região de EDM que apresenta um valor médio de área por explorações abaixo da média da Região Norte, ao contrário das explorações de TM que têm um valor superior.

No que diz respeito à ocupação da superfície total das explorações, e para o território em análise em 1999 registava-se a seguinte divisão percentual:

Figura 4.10 Distribuição percentual da utilização das terras (1999)



Fonte: INE. Recenseamento Geral da Agricultura 1999

A Superfície Agrícola Utilizada (SAU) inclui as terras aráveis (limpa e sob-coberto de matas e florestas), as culturas permanentes e os prados e pastagens permanentes. Analisando a evolução



registada, no período compreendido entre 1989 e 1999 (Quadro 37), verificou-se que na área do projecto a SAU disponível nas explorações agrícolas aumentou 5,5% ao contrário do que se registou na Região Norte, no EDM e em TM em que se registaram decréscimos de SAU nos valores de -13,1%, -25,5% e -6,4% respectivamente. Esta tendência deve-se ao elevado acréscimo de SAU que se verificou nos concelhos de Terras do Bouro (83%), Boticas (34%) e Montalegre (90%). Nos restantes concelhos e para o mesmo período a área de SAU diminuiu se bem que em proporções inferiores.

Quadro 4.12 Utilização das terras em hectares

	1989					1999				
	SAU	MFSCSC	SANU	OFUT	ST	SAU	MFSCSC	SANU	OFUT	ST
Amares	3 513,2	2 046,4	82,0	133,5	5 775,1	2 128,1	1 498,4	281,2	263,7	4 171,4
Barcelos	15 540,1	7 580,7	74,2	529,7	23 724,6	12 234,7	6 313,3	128,9	506,4	19 183,4
Braga	6 895,2	3 237,8	125,4	225,8	10 484,2	5 050,0	2 819,0	309,6	313,2	8 491,7
Esposende	3 726,0	1 770,4	13,6	116,9	5 626,9	2 621,7	1 305,1	48,5	92,8	4 068,1
Terras de Bouro	4 619,7	2 142,3	463,3	58,2	7 283,6	8 464,3	4 375,0	320,7	1 299,2	14 459,2
Vila Verde	9 424,5	4 654,9	200,7	238,9	14 519,0	5 869,6	2 188,8	269,6	1 181,3	9 509,3
Boticas	8 239,0	1 190,6	194,6	88,6	9 712,9	11 031,3	1 577,2	202,5	26,2	12 837,2
Chaves	32 370,5	8 871,0	3 513,0	642,3	45 396,9	26 256,2	8 996,1	1 501,3	225,5	36 979,1
Montalegre	18 080,2	5 380,9	1 048,1	207,2	24 716,5	34 417,4	3 310,1	525,0	64,0	38 316,5
Total	102 408,6	36 874,9	5 715,0	2 241,1	147 239,6	108 073,4	32 383,0	3 587,2	3 972,3	148 015,9
Região Norte	778 756,7	234 459,8	76 987,7	20 207,8	1 110 412,0	673 555,5	235 033,3	69 670,5	33 677,2	1 011 936,4
EDM	289 623,9	160 965,9	6 417,8	7 125,8	464 133,5	215 674,5	133 236,1	7 745,2	18 176,1	374 832,0
TM	489 132,8	73 493,9	70 569,8	13 082,0	646 278,6	457 880,9	101 797,2	61 925,2	15 501,1	637 104,4

Fonte: INE. Recenseamentos Gerais da Agricultura 1989 e 1999

A área média de SAU por exploração, e à semelhança do que se registou para a área média da superfície total por exploração, também evoluiu positivamente passando de 3,5 ha em 1989 para 5,2 ha em 1999, o que se pode atribuir ao desaparecimento mais acentuado das pequenas explorações (Quadro 4.13).



Quadro 4.13 Área média de SAU por exploração

	1989	1999
Amares	2,3	2,4
Barcelos	2,4	3,1
Braga	2,9	2,9
Esposende	1,6	2,0
Terras de Bouro	4,1	11,3
Vila Verde	2,3	2,2
Boticas	5,1	8,3
Chaves	5,0	4,8
Montalegre	6,0	13,9
Total	3,5	5,2
Região Norte	4,1	4,9
EDM	2,6	3,2
TM	6,1	6,6

Fonte: INE. Recenseamentos Gerais da Agricultura 1989 e 1999

O número médio de blocos com SAU passou de 7,5 em 1989 para 8,6 em 1999 situando-se um pouco acima da média da Região Norte, que em 1999 registou o valor de 7,4 blocos por exploração. Estes valores são mais elevados nos concelhos situados na Região Agrária de Trás-os-Montes o que reflecte a maior dispersão da SAU neste território (Quadro 4.14).

Quadro 4.14 Número médio de blocos com SAU

	Blocos com SAU/Exploração	
	1989	1999
Amares	2,1	2,5
Barcelos	3,8	4,9
Braga	2,1	2,3
Esposende	5,7	7,1
Terras de Bouro	6,8	8,9
Vila Verde	3,8	4,2
Boticas	14,2	16,6
Chaves	10,7	9,4
Montalegre	18,5	20,3
Total	7,5	8,6
Região Norte	6,3	7,4
EDM	4,1	4,7
TM	9,4	10,0

Fonte: INE. Recenseamentos Gerais da Agricultura 1989 e 1999

As terras aráveis e as pastagens permanentes dividem são as fracções mais representativas da SAU, com 44,5% e 45% respectivamente, seguidas das culturas permanentes que ocupam cerca de 10,5% da área. As terras aráveis são maioritariamente ocupadas por culturas temporárias (Quadro 4.15).



Quadro 4.15 Composição da SAU (1999)

	Terras aráveis			Culturas permanentes	Pastagens permanentes	(SAU)	
	Culturas temporárias	Pousio	Horta Familiar				Total
Amares	997,8	...	42,5	1 040,3	1 069,5	17,8	2 128,1
Barcelos	10 282,6	9,2	153,0	10 447,9	1 713,1	73,5	12 234,7
Braga	3 732,3	20,7	95,7	3 848,7	1 081,4	119,9	5 050,0
Esposende	2 379,5	8,4	32,9	2 420,7	198,7	2,3	2 621,7
Terras de Bouro	1 010,2	...	34,6	1 045,3	213,1	7 205,9	8 464,3
Vila Verde	3 777,3	5,3	168,5	3 953,4	1 075,4	840,8	5 869,6
Boticas	2 700,8	340,3	94,4	3 135,5	420,8	7 475,1	11 031,3
Chaves	12 529,3	2 275,9	364,4	15 169,6	5 150,7	5 935,9	26 256,2
Montalegre	6 723,9	180,2	162,6	7 066,7	425,5	26 925,3	34 417,4
Total	44 133,6	2 839,9	1 148,6	48 128,0	11 348,1	48 596,5	108 073,4
Região Norte	208 818,7	50 621,2	8 100,4	267 540,3	228 323,5	177 691,7	673 555,5
EDM	106 320,9	458,8	2 627,4	109 407,1	35 528,7	70 738,7	215 674,5
TM	102 497,8	50 162,4	5 473,0	158 133,1	192 794,8	106 953,0	457 880,9

Fonte: INE. Recenseamento Geral da Agricultura 1999

A composição da SAU é muito variável dentro da área em estudo reflectindo as diferentes realidades agrícolas da região. Os concelhos de Esposende, Braga e Barcelos apresentam áreas de culturas temporárias muito acima dos valores médios, o que se justifica pelas actividades predominantes, a produção de leite a que se associa a produção de milho, a horticultura e a policultura. No outro extremo situam-se os concelhos de Montalegre, Boticas e Terras de Bouro em que são as áreas de prados e pastagens permanentes que ocupam a maior percentagem de SAU o que representa a produção extensiva de carne. É ainda de salientar que nestas três concelhos existe uma extensa área de baldios que predominantemente são ocupados por pastagens permanentes.

No que diz respeito à forma de exploração da SAU, aproximadamente 73% é explorada por conta própria, seguida do arrendamento fixo (14,7%) e de outras formas de exploração (7,8%). A parceria é a forma de exploração da SAU menos representativa nesta Região registando um valor de 1,8% de explorações (Quadro 4.16).



Quadro 4.16 Forma de exploração da SAU (1999)

	Conta própria		Arrendamento fixo		Parceria		Outras formas	
	N.º explorações	Área	N.º explorações	Área	N.º explorações	Área	N.º explorações	Área
Amares	870	1834,9	54	217,8	11	12,6	48	62,8
Barcelos	3794	8809,3	1109	2784,9	41	65,3	461	575,3
Braga	1353	3239,8	403	1284,4	142	296,5	142	229,3
Esposende	1274	2012,7	388	430,6	1	...	211	176,8
Terras de Bouro	725	8212,1	40	55,6	23	26,0	95	170,6
Vila Verde	2516	4722,7	251	490,3	119	101,4	460	555,2
Boticas	1327	10334,4	136	397,2	1	...	14	297,1
Chaves	5402	23077,3	916	2455,8	10	25,8	460	697,4
Montalegre	2453	31519,7	515	2518,6	8	83,2	118	295,9
Total	19714	93762,9	3812	10635,3	356	610,6	2009	3060,2
Região Norte	127144	584951,4	18296	59501,0	7451	12606,3	10368	16496,9
EDM	58137	167443,0	11759	27895,3	6347	9006,7	8544	11329,6
TM	69007	417508,4	6537	31605,7	1104	3599,6	1824	5167,3

Fonte: INE. Recenseamento Geral da Agricultura 1999

Na área do projecto, em 1999 existiam cerca de 97,2% de produtores singulares autónomos, o que significa que utilizam principalmente mão-de-obra familiar do seu agregado doméstico, e 1,7% de produtores singulares empresários. As sociedades representam 0,54% do total de explorações existente concentrando-se maioritariamente nos concelhos de Barcelos, Braga e Amares. São ainda de destacar as 78 explorações sob a natureza jurídica de baldios que se concentram nos concelhos mais montanhosos nomeadamente, Montalegre, Boticas e Terras de Bouro. Em anexo apresenta-se um quadro pormenorizado com o número de explorações por natureza jurídica do produtor na área de intervenção DESQOOP em 1989 e 1999.

4.3.2 Actividades Produtivas da Exploração

Dada a grande extensão, neste ponto optou-se por apresentar os quadros de apoio em anexo.

4.3.2.1 As culturas vegetais

Em relação às principais culturas que predominam nas explorações agrícolas a sua distribuição pelo território é fortemente condicionada pelas características edáfo-climáticas e pela altitude existentes. No território em estudo importa distinguir os concelhos mais perto do litoral (Esposende, Braga e Barcelos) dos restantes concelhos que se localizam em zonas mais interiores, com um relevo mais acentuado.

Segundo o Recenseamento Agrícola de 1999, as culturas temporárias estão presentes em 95% das explorações com SAU, ocupando cerca de 44 134 ha o que representa 41% da SAU disponível (Quadro 15). Entre as culturas temporárias com maior expressão destacam-se os prados temporários e



culturas forrageiras e o milho silagem nomeadamente no concelho de Barcelos em que a produção de leite tem maior expressão. A cultura da batata, nomeadamente nos concelhos de Montalegre e Chaves tem também alguma expressão, ocupando cerca de 12% da área total de culturas temporárias.

Analisando a evolução registada entre 1989 e 1999 verifica-se que as culturas temporárias sofreram um decréscimo de cerca de 30% da área ocupada fruto da diminuição das áreas de alguns cereais para grão (centeio e milho) e de batata. É ainda importante referir que ao contrário da tendência global, os prados temporários e culturas forrageiras e o milho silagem sofreram um crescimento positivo muito significativo fruto do incremento da produção de leite em determinadas zonas da Região, nomeadamente no concelho de Barcelos.

As culturas hortícolas, nomeadamente as intensivas apesar de terem um peso pequeno em termos de área deverão ser destacadas já que assumem importância na economia de muitas explorações, concretamente no concelho de Esposende.

As culturas permanentes estão presentes em cerca de 80% das explorações com SAU ocupando uma área de 11 348 hectares, o que representa cerca de 11% da área total de SAU. A cultura da vinha representa 71% no total das culturas permanentes com maior expressão nos concelhos de Chaves, Barcelos, Amares, Braga e Vila Verde. É de salientar que nos concelhos incluídos na Região Agrária de EDM a uva se destina preferencialmente à produção de vinhos VQPRD (Vinhos de Qualidade Produzidos em Regiões Determinadas) já que estes concelhos estão inseridos na Região Demarcada dos Vinhos Verdes.

A área média de vinha por exploração é de 0,5 hectares o que traduz uma considerável dispersão da vinha por um elevado número de explorações.

Relativamente às restantes culturas permanentes é de salientar, no concelho de Chaves, o acréscimo registado entre 1989 e 1999 da área dedicada aos frutos secos, concretamente à produção de castanha, que duplicou passando de cerca de 500 ha para praticamente 1 068 ha.

A área de prados e pastagens permanentes sofreu um incremento de cerca de 125% entre 1989 e 1999 ocupando na última data de referência cerca de 48 827 hectares o que representa 45% da SAU existente. Este incremento deve-se a uma maior concentração de área por exploração que em 10 anos evoluiu de 2,1 para 4,7 hectares. A área de prados e pastagens permanentes concentra-se preferencialmente nos concelhos mais localizados mais no interior nomeadamente nos concelhos de Boticas, Chaves e Montalegre, pertencentes a Trás-os-Montes, e em Terras do Bouro sedeadas na Região Agrária de EDM.



4.3.2.2 A Pecuária

A produção pecuária está presente num número significativo de explorações agrícolas da região em estudo. No entanto importa distinguir as várias espécies de animais que constituem o efectivo pecuário existente.

De acordo com os dados de 1999, os bovinos estão presentes em 10 622 explorações (51,3% do número total de explorações) representando um efectivo de 109 223 animais o que perfaz um valor médio de 10,3 animais por exploração. A bovinicultura regista maior representatividade nos concelhos de Barcelos e de Montalegre com cerca de 50% e 13% do efectivo total da área do projecto, respectivamente.

Interessa contudo destacar que o concelho de Barcelos se insere numa das áreas de maior produção leiteira a nível nacional, pelo que produção de bovinos se orienta quase exclusivamente para a produção de leite. No caso de Montalegre, a produção de carne constituiu a orientação técnica da maioria das explorações com bovinos, sendo de salientar que este concelho está inserido na área geográfica de produção de dois produtos com certificação, a carne de Bovino Cruzado dos Lameiros do Barros, com Indicação Geográfica Protegida (IGP), de que também fazem parte os concelhos de Boticas e Chaves e a carne Barrosã, com Denominação de Origem Protegida (DOP), de que também fazem parte os restantes concelhos do projecto com excepção de Barcelos, Esposende e Chaves.

Se analisarmos a evolução deste sector verifica-se que o número de explorações com bovinos sofreu um decréscimo muito significativo, já que em 1999 se recensearam menos 44% de explorações com bovinos do que em 1989, mas o número de animais cresceu cerca de 13% para o mesmo período de análise. Esta constatação traduz uma maior intensificação da actividade traduzida pelo aumento do efectivo das explorações que passou de um valor médio de 5,1 animais por exploração em 1989 para 10,3 em 1999. Esta situação é mais representativa no caso do leite, em que no concelho de Barcelos se passou de uma média de 4,5 vacas leiteiras de 2 anos e mais por exploração em 1989 para um valor de 16,3 vacas leiteiras de 2 anos e mais por exploração em 1999. As principais consequências desta intensificação da produção traduziram-se por um lado, num aumento significativo da produtividade e por outro, em impactes ambientais negativos que importa resolver no curto/médio prazo.

As explorações com ovinos representam 11% do total de explorações existentes na área de projecto, com cerca de 46 000 animais. Este efectivo concentra-se preferencialmente nos concelhos de Chaves (39,8%), Montalegre (26,4%), Vila Verde (10,5%) e Boticas (9,6%). No que respeita ao número de animais por exploração os concelhos inseridos na Região de Trás-os-Montes apresentam valores significativamente mais elevados, a saber: Chaves (44,3), Boticas (31,4) e Montalegre (23,9). Também



neste caso é de referir a existência de um produto com IGP, o cordeiro de Barroso ou anho de Barroso ou borrego de leite de Barroso, cuja área geográfica de produção abarca os concelhos de Boticas, Chaves e Montalegre.

Na região em estudo os caprinos registaram uma evolução negativa com um decréscimo na ordem dos 47% entre 1989 e 1999, sendo que na última data de recenseamento apenas 6,6% das explorações tinham caprinos. O número médio de animais por exploração era de 17,8 sendo que os concelhos de Terras de Bouro (68,4), Boticas (43,3) e Montalegre (22,1) são os concelhos que registam valores mais elevados. Relativamente à carne de caprino, existem na Região dois produtos com IGP, o cabrito das Terras Altas do Minho em que a área de produção abrange os concelhos de Terras de Bouro e Vila Verde e o cabrito do Barroso, produzido nos concelhos de Boticas, Chaves e Montalegre.

Os equídeos estão presentes em cerca de 21% das explorações agrícolas desta região concentrando-se o respectivo efectivo nos concelhos de Chaves (51%) e Montalegre (24%).

No que diz respeito às restantes espécies pecuárias, e tendo em consideração o cunho dominante da policultura nesta região, os suínos, os coelhos e as aves estão presentes num número significativo de explorações. Cerca de 39% das explorações têm suínos que, com excepção do concelho de Amares, possuem, em média, 1 a 3 porcos o que reflecte a orientação desta produção para o auto-consumo. Relativamente aos coelhos e aves estão presentes em 43% e 84% das explorações respectivamente.

O encabeçamento, isto é, o número de cabeças normais (CN) por hectare de superfície forrageira, é um indicador que nos permite entender o sistema de produção dominante em determinado território. De igual modo, e dada a crescente importância dos impactes negativos sobre o ambiente gerado pelas actividades agro-pecuárias, o encabeçamento permite ainda conhecer o regime de produção dominante nas explorações agrícolas.

De acordo com os dados constantes no Recenseamento Geral Agrícola de 1999 o número total de CN de bovinos, pequenos ruminantes e equídeos por hectare de superfície forrageira corresponde aos valores apresentados no quadro seguinte:



Quadro 4.17 Número de CN (total de bovinos, pequenos ruminantes e equídeos) (1999)

	CN/ha superfície forrageira⁶
Amares	1,74
Barcelos	2,54
Braga	1,87
Esposende	2,27
Terras de Bouro	0,39
Vila Verde	1,70
Boticas	0,66
Chaves	1,22
Montalegre	0,56
Total	1,23
Região Norte	1,29
EDM	1,47
TM	1,04

Fonte: INE. Recenseamento Geral da Agricultura 1999

Da análise dos dados anteriores pode-se verificar que os concelhos de Barcelos, Esposende, Braga, Amares e Vila Verde são aqueles que apresentam maior encabeçamento o que traduz a presença de um regime de produção intensiva associado à produção de bovinos.

No que diz respeito aos restantes concelhos registam-se valores de encabeçamento bastante inferiores o que sugere regimes de produção semi-extensivos e extensivos quer de bovinos orientados para a produção de carne quer das outras espécies consideradas, nomeadamente os pequenos ruminantes.

4.3.2.3 Orientação Técnico-Económica e Dimensão Económica

A classificação das explorações agrícolas segundo a tipologia comunitária, em grupos de Orientação Técnico-Económica (OTE) é estabelecida com base no contributo de cada actividade produtiva de dada exploração relativamente à margem bruta padrão total e permite a agregação das explorações em grupos de explorações homogéneos.

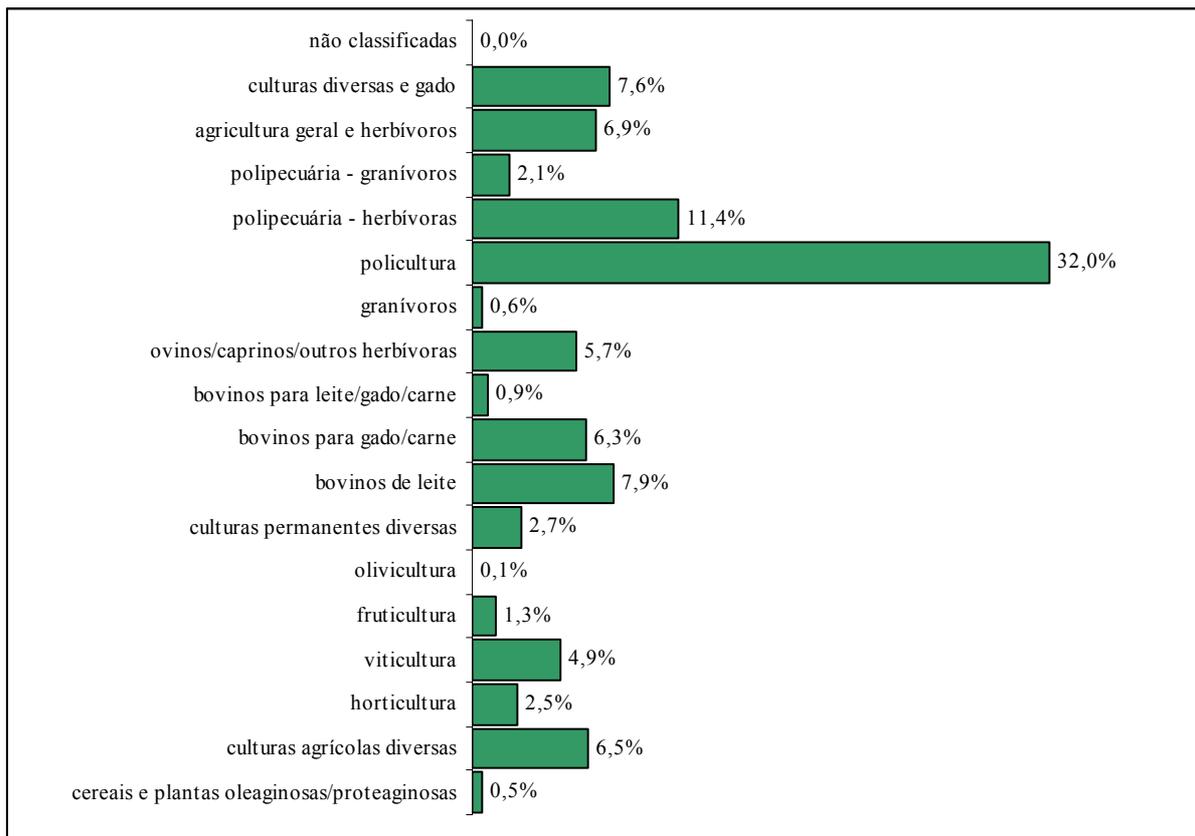
De acordo com os dados provenientes do Recenseamento Geral Agrícola de 1999, pode-se concluir que na região em estudo as explorações agrícolas são pouco especializadas já que as orientações mistas (policultura, polipequária-herbívoras, culturas agrícolas diversas e culturas diversas e gado)

⁶ Área forrageira inclui: área de prados temporários, área de culturas forrageiras e área de prados e pastagens permanentes (em terra limpa, sobcoberto de matas e florestas sobcoberto de culturas permanentes).

CN bovinos até 2 anos	0,6 CN
CN bovinos > 2 anos	1 CN
CN pequenos ruminantes	0,15 CN
CN equídeos com mais de 6 meses	1 CN

representam cerca de 64% das explorações (Figura 4.11). Entre estas destaca-se a policultura (32%) que é a orientação com maior representatividade em termos de número de explorações em todos os concelhos da área do projecto com excepção de Barcelos, em que os bovinos de leite assumem a maior representatividade.

Figura 4.11 Distribuição percentual das explorações segundo a Orientação Técnico-Económica (1999)



Fonte: INE. Recenseamento Geral da Agricultura 1999

Entre as OTE mais especializadas é precisamente a orientação bovinos leite que se destaca representando 7,9% das explorações da região sendo que 72% estão concentradas no concelho de Barcelos.

Na região em estudo cerca de 69,9% das explorações são de muito pequena dimensão económica⁷ (< 4 UDE), sendo esta situação mais notória nos concelhos situados nas zonas localizadas mais no interior

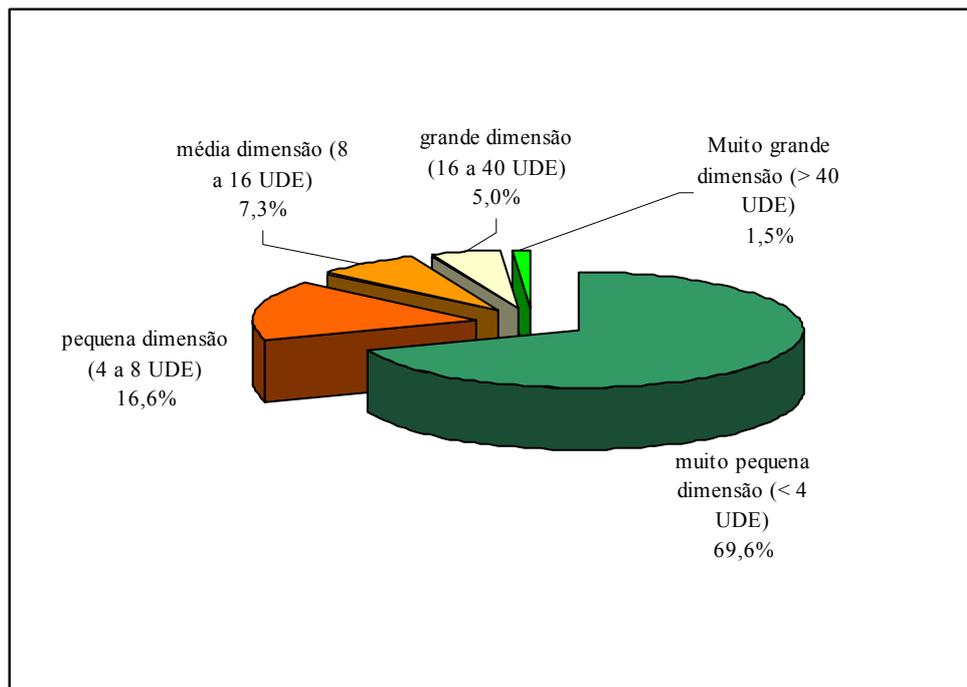
⁷ Unidade de Dimensão Económica (UDE) - o valor da Margem Bruta Total determina a dimensão económica da exploração que se exprime em UDE:

1 UDE=1 200 ECU's = 242 332\$00 = 1212 €

1 ECU = 201\$944 (média 1995-1997)

(Amares, Vila Verde, Terra do Bouro, Boticas, Montalegre e Chaves). Os restantes concelhos (Esposende, Barcelos e Braga) apresentam valores inferiores à média, em que cerca de metade das explorações são de muito pequena dimensão (Figura 4.12).

Figura 4.12 Distribuição percentual da Dimensão Económica das Explorações (1999)



Fonte: INE. Recenseamento Geral da Agricultura 1999

As explorações de pequena dimensão (4 a 8 UDE) têm um peso relativo de 16,6% seguidas das explorações de média dimensão (7,3%), de grande dimensão (5%) e de muito grande dimensão (1,5%). Relativamente às explorações de grande e muito grande dimensão, concentram-se preferencialmente nos concelhos mais perto do litoral nomeadamente Barcelos (19,3%), Braga (8,3%) e Esposende (10,1%).

Ém anexo apresentam-se dois quadros com informação detalhada com o número de explorações segundo a Orientação Técnico-Económica e a Dimensão Económica nos nove concelhos da área do projecto.

4.3.3 Máquinas e Equipamentos

Em 1999 as explorações agrícolas da área do projecto estão mais e melhor equipadas, já que a representatividade das explorações com tractor aumentou em 10 anos cerca de 17%, sendo que em 1999 cerca de 40% das explorações possuíam tractor. Esta evolução traduziu-se numa aumento de 39% no número de tractores, o que corresponde a 10 312 tractores.



Dentro do território do projecto, os concelhos de Barcelos, Esposende e Braga assumem-se como os concelhos em que a presença de tractores nas explorações é mais expressiva. Este facto tem uma relação directa com a maior especialização produtiva existente. Em contrapartida os concelhos que registam os índices mais baixos são Terras de Bouro, Boticas e Chaves.

Outro indicador que demonstra a melhoria das condições de mecanização é o aumento observado no número de tractores por 100 ha de SAU (Quadro 4.18).

Quadro 4.18 Número de tractores por 100 hectares de SAU

	1989	1999
	N.º tractores/100 ha SAU	N.º tractores/100 ha SAU
Amares	7,9	18,3
Barcelos	18,2	29,0
Braga	10,0	18,5
Esposende	24,0	35,1
Terras de Bouro	2,7	2,6
Vila Verde	8,4	18,4
Boticas	3,3	4,3
Chaves	2,7	6,0
Montalegre	3,7	3,4
Total	7,2	9,5
Região Norte	4,7	7,5
EDM	8,2	13,7
TM	2,6	4,6

Fonte: INE. Recenseamentos Gerais da Agricultura 1989 e 1999

Para o território do projecto em 1989 foi de 7,2 e passou para 9,5 em 1999. Evidentemente que também para este indicador se registam diferenças significativas entre regiões, sendo que os concelhos situados na Região Agrária de Entre Douro e Minho, com excepção de Terras de Bouro, apresentam valores significativamente superiores aos calculados para os concelhos localizados em Trás-os-Montes.

Entre 1989 e 1999 registaram-se igualmente acréscimos noutros equipamentos em que se destacam o número de pulverizadores e polvilhadores, distribuidores de adubos e correctivos, colhedores de forragens e ceifeiras debulhadoras (ver quadro em anexo).

4.3.4 População Agrícola e Mão-de-obra familiar

Na área do projecto, em 1999 a população familiar das explorações agrícolas, traduzida pela população que se encontra ligada à exploração pelo trabalho ou pela vivência, era de 73 088 pessoas, o que representa cerca de 16% da população total deste território. Entre 1989 e 1999 registou-se um decréscimo de cerca de 38% da população agrícola o que se justifica pelo desaparecimento do número



de explorações que também se registou entre as duas datas em análise. No caso dos produtores singulares a diminuição registada no período entre 1989 e 1999 foi de 29%, sendo que os concelhos transmontanos foram aqueles que apresentaram decréscimos inferiores (Quadro 4.19).

Quadro 4.19 População familiar agrícola e número de explorações

	1989		1999	
	Nº explorações	Nº indivíduos	Nº explorações	Nº indivíduos
Amares	1 500	6 100	888	3 316
Barcelos	6 503	30 834	3 963	17 358
Braga	2 361	11 910	1 703	6 827
Esposende	2 388	11 145	1 314	5 491
Terras de Bouro	1 113	4 486	731	2 819
Vila Verde	4 075	17 394	2 671	10 186
Boticas	1 614	5 539	1 324	3 972
Chaves	6 475	21 206	5 466	15 791
Montalegre	3 002	9 900	2 434	7 328
Total	29 031	118 514	20 494	73 088
Região Norte	190 868	722 471	135 688	445 403
EDM	110 814	466 783	66 580	248 443
TM	80 054	255 688	69 108	196 960

Fonte: INE. Recenseamentos Gerais da Agricultura 1989 e 1999

Em 1999, do total de produtores agrícolas singulares (20 494) cerca de 73% eram do sexo masculino o que representou um decréscimo de 9% relativamente a 1989 (Quadro 4.5).

Quadro 4.20 Número de produtores agrícolas singulares

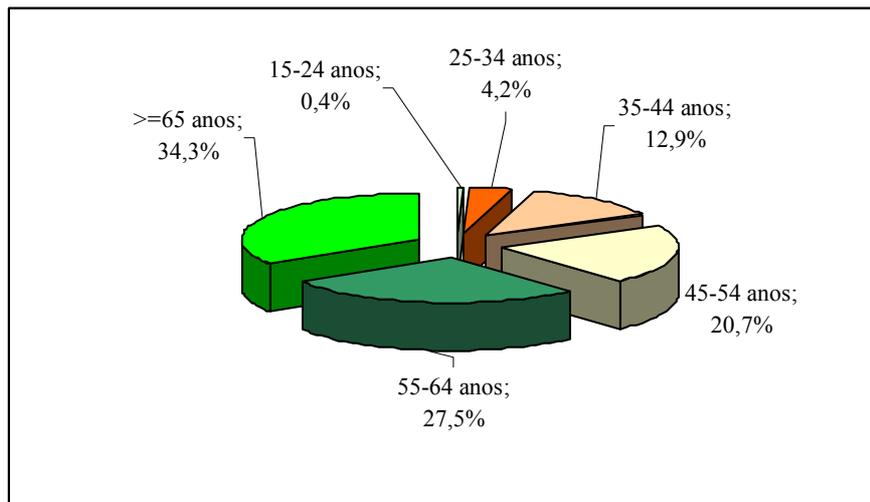
	1989	1999
Amares	1 500	888
Barcelos	6 503	3 963
Braga	2 361	1 703
Esposende	2 388	1 314
Terras de Bouro	1 113	731
Vila Verde	4 075	2 671
Boticas	1 614	1 324
Chaves	6 475	5 466
Montalegre	3 002	2 434
Total	29 031	20 494
Região Norte	190 868	135 688
EDM	110 814	66 580
TM	80 054	69 108

Fonte: INE. Recenseamentos Gerais da Agricultura 1989 e 1999

Cerca de um terço dos produtores singulares têm mais de 65 anos o que representa um agravamento de quase 9% relativamente a 1989. No extremo oposto é de referir a reduzida expressão dos jovens produtores, sendo que em 1999 os produtores com idades inferiores a 35 eram apenas 4,6% do total

(Figura 4.13). Em anexo apresentam-se estes valores descritos para os nove concelhos da área de intervenção DESQOOP e relativos aos dois anos de referência adoptados.

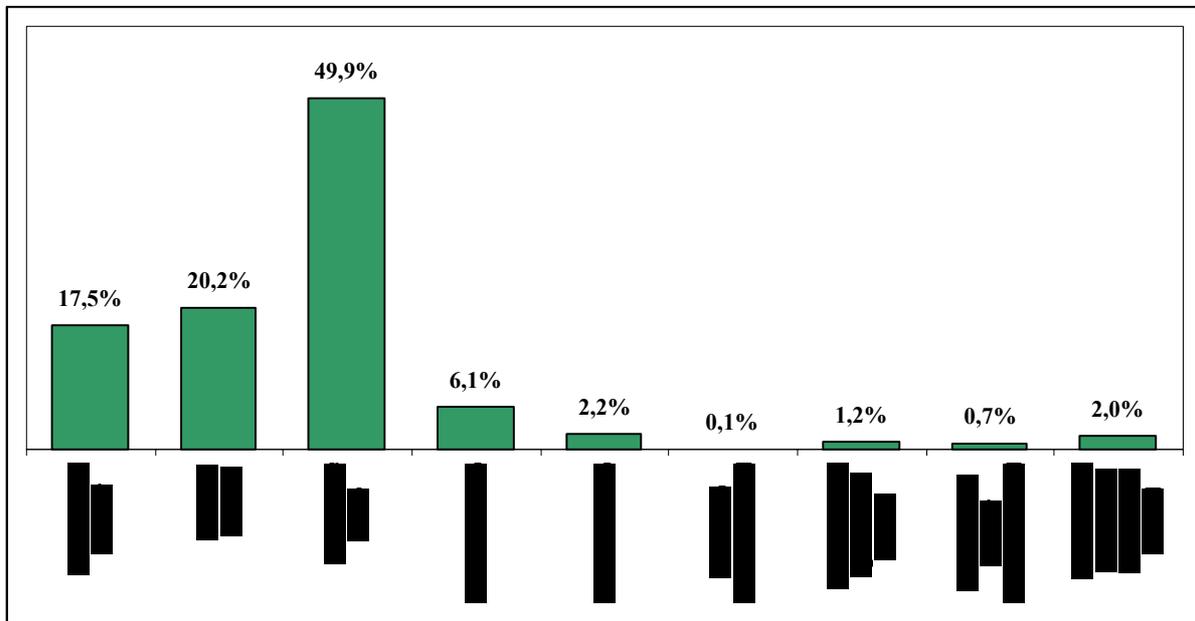
Figura 4.13 Distribuição percentual dos produtores por classe de idade (1999)



Fonte: INE. Recenseamento Geral da Agricultura 1999

Metade dos produtores singulares têm como nível de escolaridade o primeiro ciclo ou 4.^a classe e 38% não apresentam qualquer grau de instrução. Dos restantes produtores, cerca de 2,8% apresentam níveis de instrução superiores (Figura 4.14). Esta constatação vem reforçar o que já foi dito no ponto 4.1.5 do presente trabalho relativamente ao baixo grau de escolaridade da população em geral, o que no caso dos produtores agrícolas é ainda mais acentuado.

Figura 4.14 Distribuição dos produtores por grau de instrução (1999)



Fonte: INE. Recenseamento Geral da Agricultura 1999

Dos produtores agrícolas, cerca de 71% trabalham mais de 50% do tempo completo na exploração sendo que 28% trabalham a tempo completo. A maioria dos cônjuges (97%) também trabalha na exploração embora maioritariamente a tempo parcial, registando-se apenas cerca de 17% de cônjuges que se dedicam a tempo completo à exploração. No que se refere aos outros membros da família cerca de 27,5% não têm actividade na exploração e dos restantes 58% ocupa menos de 50% do tempo completo nos trabalhos agrícolas da exploração.

Quando se faz o balanço da origem do rendimento do agregado familiar verifica-se que no o território do projecto, em 1999, em cerca de 13% das famílias o rendimento provinha exclusivamente da exploração. Em 54% o rendimento provém principalmente de outras fontes.

4.3.5 Mão-de-obra agrícola não familiar

Entre a mão-de-obra não familiar assalariada podem-se distinguir os trabalhadores permanentes e os trabalhadores eventuais. Dentro da primeira categoria podem-se incluir os dirigentes assalariados da exploração e os outros trabalhadores permanentes agrícolas.

No universo das explorações agrícolas do território do projecto, 99,7% das explorações possuem como dirigente alguém que pertence ao agregado doméstico. Há no entanto um número muito reduzido de dirigentes que são especialmente contratados para o efeito tendo a responsabilidade da gestão da exploração. No caso da área do projecto, em 1999 o Recenseamento apurou 245 dirigentes



assalariados dos quais cerca de 75% trabalham a tempo parcial e 25% a tempo completo. Entre os primeiros é de destacar que cerca de 60% dos dirigentes dedicam menos de 50% do seu tempo a esta actividade.

No total das explorações agrícolas, 1 100 (5,3%) utilizam trabalhadores agrícolas permanentes assalariados (com excepção dos dirigentes assalariados). Em média cada uma destas explorações tem 1,8 trabalhadores permanentes, dos quais 41% trabalham menos de 50% do seu tempo na exploração, 21% trabalham entre 50 e menos de 100% do seu tempo e 38% trabalham a tempo inteiro.

Na área do projecto, 42,6% das explorações recorrem à contratação de mão-de-obra eventual que no ano agrícola 1998/1999 correspondeu a 298 027 dias de trabalho completos. Quanto aos trabalhadores não contratados directamente pelo produtor, e para o mesmo período temporal, verifica-se que 85% das explorações recorreu a este tipo de mão-de-obra.

4.3.6 Agricultura e Ambiente

Portugal, tem vindo a registar um crescente investimento e aposta, por parte dos agricultores, em modos de produção alternativos ao modo de produção convencional. Entre os mais adoptados surge a protecção integrada, a produção integrada, a agricultura biológica e os produtos tradicionais. Estas opções surgem aos agricultores como mais rentáveis, muitas vezes fruto das ajudas financeiras disponíveis, e ao mesmo tempo adequados às exigências ambientais que são hoje tão importantes para se assegurar um desenvolvimento sustentável. Seguidamente faz-se uma abordagem, ainda que sucinta, sobre a agricultura biológica e os produtos de qualidade da área de intervenção do projecto.

4.3.6.1 Agricultura em modo de produção biológico (MPB)

Desde 1994 que o modo de produção biológico tem aumentado em todo o País, quer em número de operadores quer em número de área agrícola e número de animais.

Os concelhos do projecto, não sendo dos que apresentam maior número de iniciativas em relação a este modo de produção têm actualmente um conjunto de produtores que dedicam a sua actividade à agricultura biológica. Em termos de produção vegetal, a Região em estude reúne 31 operadores distribuídos de acordo com os dados apresentados no quadro seguinte.



Quadro 4.21 Número de operadores em MPB e respectivas áreas (ha) por cultura vegetal (2007)

	N.º operadores	Culturas arvenses	Vinha	Pastagens	Prados permanentes	Plantas forrageiras	Frutos frescos	Horticultura	Frutos secos	Olival	Plantas aromáticas	Floresta
Amares	4			3,49	0,36		1,03	6,35				
Barcelos	2						1,5	0,662	4,1			
Braga	3	1,87		16,41				0,7				9,4
Esposende												
Terras de Bouro	7	0,93		84,07		57,87		0,3359			0,3605	
Vila Verde	12	1,21	4,77	32,53			4,19	0,15	1,42			
Boticas												
Chaves	2	4,49	2,88	28,55				0,27	1,67	0,55		
Montalegre	1							0,93				
Total	31	8,5	7,65	165,05	0,36	57,87	6,72	9,3979	7,19	0,55	0,3605	9,4

Fonte: Divisão de Promoção de Produtos de Qualidade do Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica (IDRHa)

Da leitura do quadro anterior pode-se concluir que existe um conjunto muito diversificado de produtos provenientes da agricultura biológica sendo que a horticultura é a actividade vegetal que está presente em maior número de concelhos, seguida das pastagens e culturas arvenses. Quando se analisa as áreas de cultura verifica-se que apenas no caso das pastagens e culturas forrageiras se atinge mais de 50 hectares de área cultivada, e mesmo nestes casos a área em causa não tem representatividade regional.

No âmbito da produção animal, apenas em três concelhos (Braga, Terras de Bouro e Chaves) se registam operadores em MPB que detêm um efectivo de 360 animais distribuídos de acordo com a informação constante no quadro 47.

Quadro 4.22 Número de operadores em MPB e respectivo efectivo pecuário por espécie (2007)

	N.º de operadores	Bovinos	Ovinos	Caprinos	Suínos	Aves
Amares						
Barcelos						
Braga	2	17	11			52
Esposende						
Terras de Bouro	1	6		260	5	
Vila Verde						
Boticas						
Chaves	1	9				
Montalegre						
Total	4	32	11	260	5	52

Fonte: Divisão de Promoção de Produtos de Qualidade do Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica (IDRHa)

4.3.6.2 Produtos tradicionais

A Região Norte apresenta uma grande heterogeneidade de condições naturais, as quais se repercutem, entre outras, na diversidade de exploração do espaço rural e consequentemente numa riqueza considerável de produtos tradicionais de qualidade.



A criação por parte da Comissão Europeia de três sistemas de protecção e de valorização dos produtos agro-alimentares (Denominação de Origem Protegida - DOP; Indicação Geográfica Protegida - IGP e Especialidade Tradicional Garantida - ETG) surgiu como uma oportunidade única de valorizar os inúmeros produtos de qualidade superior existentes nesta Região.

O nosso país conta actualmente com 116 nomes Geográficos Protegidos e o território dos nove concelhos em análise, abrange a área geográfica de produção de 17 desses produtos.

A carne e seus derivados (enchidos e fumados) são os produtos que reúnem mais certificações seguidos de outros produtos como o mel., a castanha e a batata. Seguidamente refere-se para cada categoria os produtos certificados incluídos no território em estudo.

Dentro da carne de bovinos quatro produtos certificados, a saber:

- A **Carne Cachena da Peneda (DOP)**, cuja área geográfica de produção corresponde às: freguesias de Sistelo, Gavieira, Cabreiro, Gondoriz, Carralcova, Couto, Grade, Ermelo, Cabana Maior, Soajo e Vale, do Concelho de Arcos de Valdevez; freguesias de Castro Laboreiro, Lamas de Mouro, Parada do Monte e Gave, do Concelho de Melgaço; freguesias de Merufe, Tangil e Riba de Mouro do Concelho de Monção; freguesias do Lindoso, Britelo, Ermida, Germil, S. João Baptista, Entre Ambos-os-Rios, Sampriz e Azias, do Concelho de Ponte da Barca; freguesias de Aboim da Nóbrega, Gondomar e Valdreu, do **Concelho de Vila Verde**; freguesias de Cibões, Gondoriz, Brufe e Campo do Gerês, do **Concelho de Terras do Bouro**.
- A **Carne Barrosã (DOP)**, cuja área geográfica de produção abrange os concelhos de **Amares, Braga**, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, **Terras do Bouro**, Vieira do Minho, **Vila Verde**, Felgueiras, Paços de Ferreira, Arcos de Valdevez, Melgaço, Monção, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Paredes de Coura, Valença, **Boticas e Montalegre**.
- A **Carne Maronesa (DOP)**, cuja área geográfica de produção abrange os concelhos de Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto, Ribeira de Pena, Vila Pouca de Aguiar e Vila Real e algumas freguesias dos concelhos de Amarante, **Boticas, Chaves, Montalegre**, Murça e Valpaços.
- A **Carne de Bovino Cruzado dos Lameiros do Barroso (IGP)**, cuja área geográfica de produção é delimitada pelos concelhos de **Montalegre, Boticas e Chaves**.



É ainda de referir que, segundo os dados publicados no Relatório de Apresentação e Análise de Dados sobre Produção, Preços e Comercialização de Produtos Tradicionais com Nomes Protegidos de 2004 publicado pelo Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica, a Carne de Cachena da não registava qualquer valor de produção.

A carne de Caprinos conta com dois produtos certificados:

- O **Cabrito das Terras Altas do Minho (IGP)**, cuja área geográfica de produção abrange todos os concelhos do distrito de Viana do Castelo, os concelhos de **Amares**, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Fafe, Póvoa de Lanhoso, **Terras do Bouro**, Vieira do Minho, **Vila Verde**, Amarante, Baião, Paredes, Marco de Canaveses, Valongo, Mondim de Basto e Ribeira de Pena, algumas freguesias dos concelhos de Felgueiras, Gondomar e Penafiel.
- O **Cabrito do Barroso (IGP)**, cuja área geográfica de produção abrange os concelhos de **Boticas**, **Chaves**, **Montalegre** e Vila Pouca de Aguiar.

Na carne de ovinos apenas há registo de um produto com certificação, o **Cordeiro de Barroso ou Anho de Barroso ou Borrego de Leite de Barroso (IGP)**, cuja área geográfica de produção abrange os concelhos de **Boticas**, **Chaves**, Mondim de Basto, **Montalegre**, Murça, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar.

O mesmo se verifica para a carne de suínos em que a **Carne de Bísaro Transmontano ou Carne de Porco Transmontano (DO)**, em fase final de certificação, é o único produto com certificação. A sua área de produção está circunscrita aos concelhos de Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada a Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vimioso, Vinhais, **Boticas**, **Chaves**, Mesão Frio, Mondim de Basto, **Montalegre**, Murça, Régua, Ribeira de Pena, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar e Vila Real.

A **Batata de Trás-os-Montes (IG)** é um dos dois produtos nacionais certificados, dentro da categoria dos hortícolas. A área geográfica está circunscrita à montanhas e aos vales sub-montanos de Trás-os-Montes, integrando os concelhos de **Boticas**, Bragança, **Chaves**, Macedo de Cavaleiros, **Montalegre**, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar e Vinhais, e parte dos concelhos de Murça, Mirandela, Alfândega da Fé e Vimioso.

Na Região em estudo, existem dois tipos de mel certificados. O **Mel das Terras Altas do Minho (DOP)**, cuja área geográfica de produção (produção, extracção e acondicionamento) está circunscrita aos concelhos de **Amares**, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Fafe, Póvoa de Lanhoso, **Terras**



de Bouro, Vieira do Minho, **Vila Verde**, Ribeira de Pena, Mondim de Basto, Amarante, Baião, Paredes, Marco de Canaveses, Arouca, Castelo de Paiva, Resende, Cinfães e Vale de Cambra e às freguesias de Friande, Pinheiro, Sendim, Jagueiros, Santão e Vila Verde, do concelho de Felgueiras, às freguesias de Covelo, Foz do Sousa, Medas, Meires e Lomba, do concelho de Gondomar, às freguesias de Canelas, Capela, Luzim, Abragão, Castelões, São Mamede de Recezinhos, São Martinho de Recezinhos, Sebolido, Rio Mau e Vila Cova, do concelho de Penafiel, às freguesias de Canado, Romariz, Louredo e Vale, do concelho de Vila da Feira e às freguesias de Cesar, Fajões, Carregosa, Macinhata de Seixa, Nogueira, Nogueira do Cravo, Ossela, Palmaz, Pindelo, Travanca e Vila Chã de S. Roque, do concelho de Oliveira de Azeméis.

O **Mel do Barroso (DOP)** constitui mais um produto certificado nesta Região, concretamente nos concelhos de Boticas e Montalegre.

A **Castanha da Terra Fria - DOP**, cuja **área geográfica** está circunscrita aos concelhos de Alfândega da Fé, Bragança, Chaves, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Valpaços, Vimioso e Vinhais, constitui mais um produto de elevada qualidade presente neste território.

Os enchidos, concretamente na Região do Barroso, são produtos de elevada qualidade, pelo que existe um conjunto significativo de certificações, a saber:

- A **Alheira de Barroso - Montalegre**, com **Indicação Geográfica**, e cuja área geográfica de produção da carne e da gordura fica circunscrita aos concelhos de Boticas, Chaves e Montalegre.
- A **Chouriça de Carne de Barroso - Montalegre**, com **Indicação Geográfica**, e cuja área geográfica de produção da carne e da gordura fica circunscrita aos concelhos de Boticas, Chaves e Montalegre.
- O **Chouriço de Abóbora de Barroso - Montalegre**, com **Indicação Geográfica**, e cuja área geográfica de produção da carne e da gordura fica circunscrita aos concelhos de Boticas, Chaves e Montalegre.
- O **Salpicão de Barroso de Barroso - Montalegre**, com **Indicação Geográfica**, e cuja área geográfica de produção da carne e da gordura fica circunscrita aos concelhos de Boticas, Chaves e Montalegre.
- A **Sangueira de Barroso de Barroso - Montalegre**, com **Indicação Geográfica**, e cuja área geográfica de produção da carne e da gordura fica circunscrita aos concelhos de Boticas, Chaves e Montalegre.



- O **Presunto de Barroso (IGP)**, cuja área geográfica de produção abrange os concelhos de Boticas, Chaves e Montalegre do Distrito de Vila Real.

4.4 Considerações finais

A análise do conjunto de indicadores que caracterizam o sector agrário da área do projecto também, neste caso, traduz realidades muito diferentes entre os diferentes concelhos considerados.

No entanto, registam-se evoluções e tendências comuns, necessariamente associadas às alterações estruturais que ocorreram nas explorações agrícolas ao longo da década em análise, que se referem nos pontos seguintes:

- Entre 1989 e 1999, registou-se um abandono agrícola traduzido pelo decréscimo do número de explorações e de produtores agrícolas. Este ajustamento estrutural também se expressa no aumento da dimensão média da área total e de SAU das explorações agrícolas;
- A forma de exploração por conta própria é a mais representativa em todos os concelhos analisados;
- Ao longo da década em análise registou-se uma melhoria significativa das condições de mecanização das explorações agrícolas;
- A agricultura praticada na área de projecto tem um carácter familiar. Predominam os produtores autónomos, ou sejam, os que, para o funcionamento das suas explorações utilizam como mão-de-obra agrícola, exclusiva ou maioritariamente, os elementos do seu agregado familiar;
- Entre 1989 e 1999, registou-se um decréscimo na proporção de agricultores jovens e um acréscimo nos agricultores com mais de 65 anos;
- A principal fonte de rendimento da família provém de outras origens sendo que apenas 13% dos agregados familiares obtém o rendimento exclusivamente da exploração agrícola. Este facto traduz a importância da pluriactividade e do plurirendimento na economia do sector agrário;

Em termos globais pode-se afirmar que na região em estudo as explorações são pouco especializadas já que as orientações mistas são as que predominam. No entanto existe um conjunto de actividades que, em termos económicos, têm um impacto determinante na agricultura desta Região.



No litoral, nomeadamente nos concelhos de **Barcelos** e **Esposende** sobressai uma maior especialização produtiva que assenta na produção intensiva de leite e na horticultura que são actividades com um impacto económico significativo nesta região. Estes concelhos conjuntamente com **Braga** são aqueles que apresentam maior proporção de explorações de média, grande e muito grande dimensão económica.

Nos concelhos de **Vila Verde**, **Terras de Bouro**, **Boticas**, **Montalegre** e **Chaves** é de salientar a predominância da produção de carne de bovino e de pequenos ruminantes. Um indicador interessante que traduz a importância económica destas actividades é o número significativo de produtos de qualidade certificados para este território assentes num regime de produção semi-extensivo e extensivo. É precisamente a valorização destas e de outras produções agrícolas e agro-alimentares que constitui um dos pontos fortes dos concelhos localizados nas áreas do interior.



5. Estrutura empresarial da área de intervenção DESQOOP

5.1. Metodologia adoptada

De acordo com a metodologia adoptada na elaboração do presente relatório, a caracterização do tecido empresarial da área do projecto DESQOOP baseia-se na análise de fontes secundárias de informação nomeadamente nos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e pelo Instituto António Sérgio para o Sector Cooperativo (INSCOOP).

Os dados constantes do Serviço de Ficheiros de Unidades Estatísticas disponibilizados pelo INE estão desagregados para dois tipos de estatuto de empresas:

- **Empresário em nome individual**, que é pessoa que exerce habitualmente, por conta própria e com fim lucrativo, uma actividade económica organizada e comercial, com excepção dos profissionais liberais;
- **Sociedades**, que englobam as empresas inscritas sob as seguintes formas jurídicas:



Quadro 5.1 Formas jurídicas das sociedades

Pessoa Colectiva de Direito Público
 Empresa Pública
 Outras Associações
 Empresa Municipal
 Empresa Intermunicipal
 Fundação
 Sociedade Civil
 Sociedade Civil sob forma Comercial
 Sociedade em nome colectivo
 Sociedade Anónima
 Sociedade em Comandita Simples / por Acções
 Sociedade por Quotas
 Sociedade Unipessoal por Quotas
 Sociedade Anónima Desportiva
 Agrupamento Europeu de Interesse Económico Civil
 Agrupamento Europeu de Interesse Económico Comercial
 Agrupamento Complementar de Empresas
 Cooperativa de Responsabilidade Ilimitada
 Cooperativa de Responsabilidade Limitada
 União de Cooperativas
 Federação de Cooperativas
 Confederação de Cooperativas
 Mútua de Seguros
 Pessoa Colectiva Religiosa
 Empresa Pública Estrangeira
 Sociedade Comercial estrangeira
 Entidade equiparada a Pessoa Colectiva Estrangeira
 Sociedade irregular
 Representação de Pessoa Colectiva Internacional
 Entidade equiparada a Pessoa Colectiva

Fonte: INE. Serviço de Ficheiros de Unidades Estatísticas.

De acordo com a informação disponibilizada pelo INE, para o presente trabalho reuniram-se dados que permitem analisar os seguintes parâmetros:

- Evolução do número de empresárias individuais e sociedades;



- Número de empresárias individuais e sociedades por Classificação Portuguesa das Actividades Económicas;
- Evolução do volume de emprego e volume de negócios das sociedades;
- Evolução do número de sociedades segundo a forma jurídica.

Relativamente ao sector cooperativo, e pela importância que assume no âmbito do presente estudo, é feita uma análise individualizada deste sector. Com base em dados fornecidos pelo INSCOOP foi possível analisar a distribuição geográfica do número de cooperativas activas em Outubro de 2006 por Ramo do sector cooperativo.

A classificação das empresas apresentada no presente relatório está de acordo com a Classificação Portuguesa das Actividades Económicas (CAE), Revisão 2, no caso dos anos 2000, 2001 e 2002 e Revisão 2.1 para os anos de 2003 e 2004. Em termos práticos a classificação de nível 1 é idêntica e resulta nas seguintes classificações:



Quadro 5.2 Classificação Portuguesa das Actividades Económicas, Revisões 2 e 2.1

Código	Designação
A	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura
B	Pescas
C	Indústrias extractivas
D	Indústrias transformadoras
E	Produção e distribuição de electricidade, gás e água
F	Construção
G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos e de bens de consumo pessoal e doméstico
H	Alojamento e restauração (restaurantes e similares)
I	Transportes, armazenagem e comunicações
J	Actividades financeiras
K	Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas
L	Administração pública, defesa e segurança social obrigatória
M	Educação
N	Saúde e acção social
O	Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais
P	Actividades das famílias com empregados domésticos e actividades de produção das famílias para uso próprio
Q	Organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

De acordo com o disposto no artigo 4.º do Código Cooperativo (Lei nº 51/96 de 7 de Setembro), o sector cooperativo compreende os seguintes ramos:

- Consumo;
- Comercialização;
- Agrícola;
- Crédito;
- Habitação e construção;
- Produção operária;
- Artesanato;
- Pescas;
- Cultura;
- Serviços;
- Ensino;
- Solidariedade social.

5.2. Empresários em nome individual e sociedades

De acordo os dados apresentados no Quadro 50 verifica-se que no ano de 2005 a Região em estudo incluía 32 141 empresários em nome individual e 14 347 sociedades o que corresponde, respectivamente, a 12,8% e 11,3 % do número total existente na Região Norte.

Quadro 5.3 Evolução do número de empresários em nome individual e de sociedades

	Empresários em nome individual				Sociedades			
	2002	2003	2004	2005	2002	2003	2004	2005
Amares	1 100	1 084	1 335	1 265	355	441	464	528
Barcelos	7 917	7 610	9 622	8 951	3 049	3 525	3 587	3 932
Braga	9 132	8 816	11 098	10 213	4 471	5 111	5 679	6 495
Esposende	2 212	2 184	2 922	2 745	760	899	941	1 058
Terras de Bouro	471	472	588	533	88	108	117	129
Vila Verde	2 985	2 976	3 755	3 546	649	846	914	1 023
Boticas	522	526	513	458	38	47	56	75
Chaves	3 181	3 149	3 439	3 215	682	768	823	928
Montalegre	1 284	1 275	1 315	1 215	125	144	155	179
Total	28 804	28 092	34 587	32 141	10 217	11 889	12 736	14 347
Região Norte	239 031	233 616	272 893	252 014	95 885	108 099	113 106	126 446
Continente	748 841	730 936	823 423	752 680	301 053	335 254	348 791	387 006

Fonte: INE. Serviço de Ficheiros de Unidades Estatísticas.

Entre 2002 e 2004 o número de empresários em nome individual sofreu oscilações. Entre 2002 e 2003 registou um ligeiro decréscimo de cerca -2,5%, a que se seguiu um acréscimo de 23,1% de 2003 para 2004 e novamente um decréscimo de -7,1% de 2004 para 2005. As sociedades, pelo contrário, aumentaram sempre de ano para ano sendo que, para o último período em análise, se registou um acréscimo de cerca de 12,7%. As variações referidas seguem a tendência registada quer para a Região Norte quer para o Continente.

Tomando como referência o ano mais recente verifica-se que os empresários em nome individual representam cerca de 69% da estrutura empresarial da Região do projecto, o que também neste caso, se enquadra nos valores percentuais registados para a Região Norte e para o Continente (Quadro 5.4).

Quadro 5.4 Distribuição percentual das empresas (2005)

	Empresários em nome individual	Sociedades
Amares	70,6	29,4
Barcelos	69,5	30,5
Braga	61,1	38,9
Esposende	72,2	27,8
Terras de Bouro	80,5	19,5
Vila Verde	77,6	22,4
Boticas	85,9	14,1
Chaves	77,6	22,4
Montalegre	87,2	12,8
Total	69,1	30,9
Região Norte	66,6	33,4
Continente	66,0	34,0

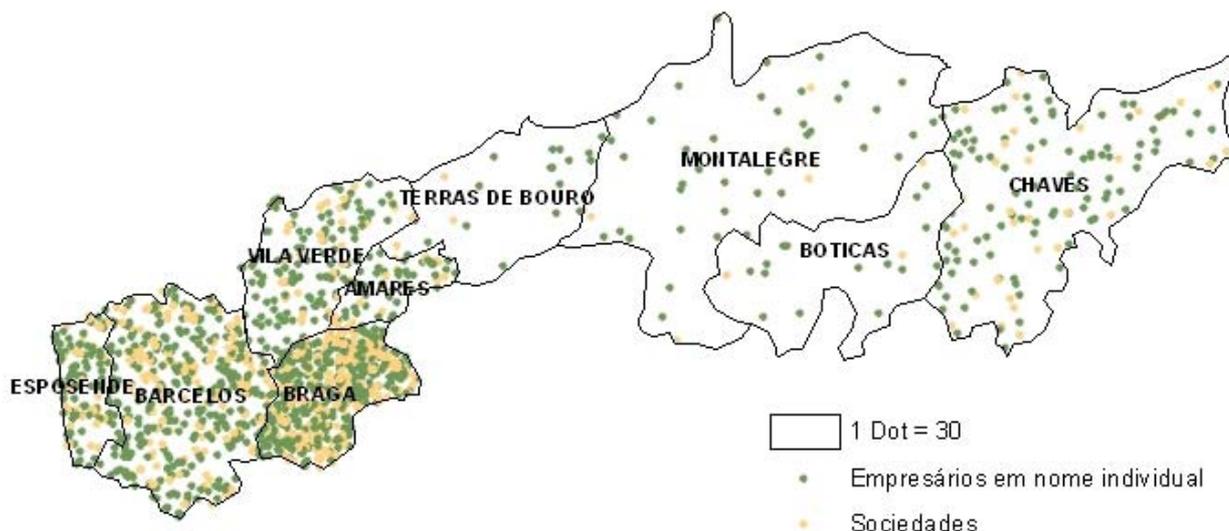
Fonte: INE. Serviço de Ficheiros de Unidades Estatísticas.

Esta distribuição não é idêntica em todo o território do projecto, sendo que os concelhos de Amares, Barcelos e Esposende são os que se aproximam mais dos valores médios. Relativamente aos restantes concelhos é de salientar duas realidades opostas. De um lado está o concelho de Braga em que os empresários em nome individual, apesar de serem a maioria, registam o menor peso percentual (61%) e do outro estão os concelhos de Terras do Bouro, Vila Verde, Chaves, Boticas e Montalegre em que o peso relativo dos empresários em nome individual é significativamente superior aos valores médios da Região, particularmente nos dois últimos concelhos citados.

Esta realidade reflecte o peso das actividades exercidas por conta própria no tecido empresarial, com maior relevo no caso dos concelhos mais marcados pela ruralidade e localizados no interior do território em estudo.

Com base nos valores apresentados no quadro 50 elaborou-se a figura seguinte em que se representa, para o ano de 2005, a distribuição territorial dos empresários em nome individual e das sociedades.

Figura 5.1 Distribuição geográfica dos empresários em nome individual e das sociedades (2005)



A análise da figura anterior permite concluir que são os concelhos mais perto do litoral que apresentam uma maior concentração de empresas. Esta realidade resulta da maior concentração populacional e urbanização destes concelhos entre os quais Braga assume maior relevância. Relativamente aos restantes concelhos verifica-se que a concentração empresarial é muito mais dispersa e que, à semelhança do que já foi dito anteriormente, são os empresários em nome individual que constituem a maioria do tecido empresarial. É de salientar o facto do concelho de Chaves apresentar um número mais elevado de empresas relativamente aos concelhos limítrofes, que resulta, certamente, da dinâmica regional impulsionada pela cidade de Chaves.

5.2.1. Volume de emprego e volume de negócios das sociedades

Relativamente aos dados económicos das empresas sedeadas na área do projecto, apenas foi possível apurar o volume de emprego e o volume de negócios¹ para as sociedades e relativos aos anos compreendidos entre 2001 e 2004. Tomando como referência o ano mais recente, verifica-

¹ Quantia líquida das vendas e prestações de serviços (abrangendo as indemnizações compensatórias) respeitantes às actividades normais das entidades, consequentemente após as reduções em vendas e não incluindo nem o imposto sobre o valor acrescentado nem outros impostos directamente relacionados com as vendas e prestações de serviços. Na prática, corresponde ao somatório das contas 71 e 72 do Plano Oficial de Contabilidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

se que as sociedades sedeadas na área do projecto empregam 109 023 trabalhadores e geram 8 054 697 793 euros de volume de negócios o que representa respectivamente, 11,3% e 10,4% do total da Região Norte (Quadro 5.5).

Quadro 5.5 Dados económicos referentes às sociedades (2004)

	Número	Volume de emprego (n.º pessoas)	Volume de negócios (Euros)	Volume de emprego/sociedade	Volume de negócios/sociedade
Amares	464	3 396	311 762 041	7,3	671 901
Barcelos	3 587	36 875	2 068 747 643	10,3	576 735
Braga	5 679	47 096	4 342 833 509	8,3	764 718
Esposende	941	8 106	501 612 493	8,6	533 063
Terras de Bouro	117	586	24 267 344	5,0	207 413
Vila Verde	914	6 923	368 174 149	7,6	402 816
Boticas	56	484	26 416 186	8,6	471 718
Chaves	823	4 825	360 461 363	5,9	437 985
Montalegre	155	732	50 423 065	4,7	325 310
Total	12 736	109 023	8 054 697 793	8,6	632 435
Região Norte	113 106	963 781	77 449 134 665	8,5	684 748
Continente	348 791	2 777 183	291 288 774 552	8,0	835 138

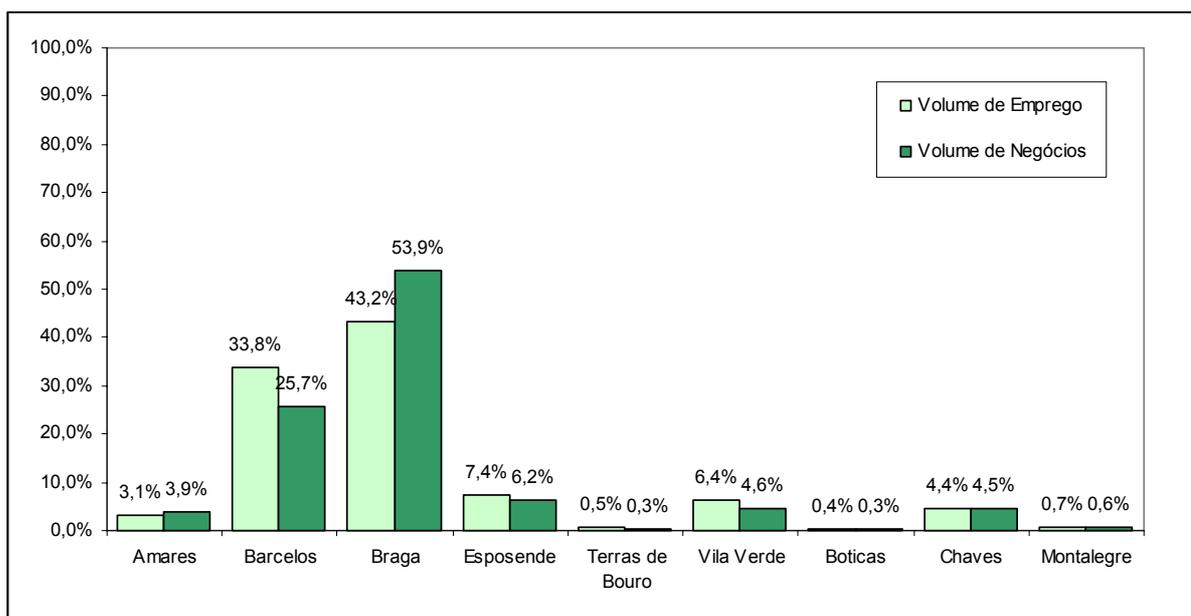
Fonte: INE. Serviço de Ficheiros de Unidades Estatísticas.

Em média cada sociedade da área de projecto tem 8,6 trabalhadores e gera 632 435 euros, valores que se aproximam das médias registadas para a Região Norte. De salientar que o valor médio de volume de negócios registado na Região Norte é inferior ao valor médio do Continente, sendo esta diferença superior quando se compara a área de projecto ao Continente. Em oposição, verifica-se que os valores médios de volume de emprego são superiores, tanto na Região Norte como na área do projecto, quando comparados com o Continente.

O concelho de Barcelos é o que apresenta maior número de empregados por sociedade situando-se no extremo oposto os concelhos de Montalegre e Terras do Bouro. No que diz respeito ao volume de negócios por sociedade verifica-se que é no concelho de Braga que este valor é mais elevado e que, pelo contrário, em Montalegre e em Terras do Bouro se registam os valores menores.

Outro indicador interessante que permite entender melhor as diferentes realidades deste território diz respeito à distribuição geográfica do volume de vendas e do volume de negócios da área do projecto (Figura 5.2).

Figura 5.2 Distribuição percentual do Volume de emprego e volume de negócios (2004)



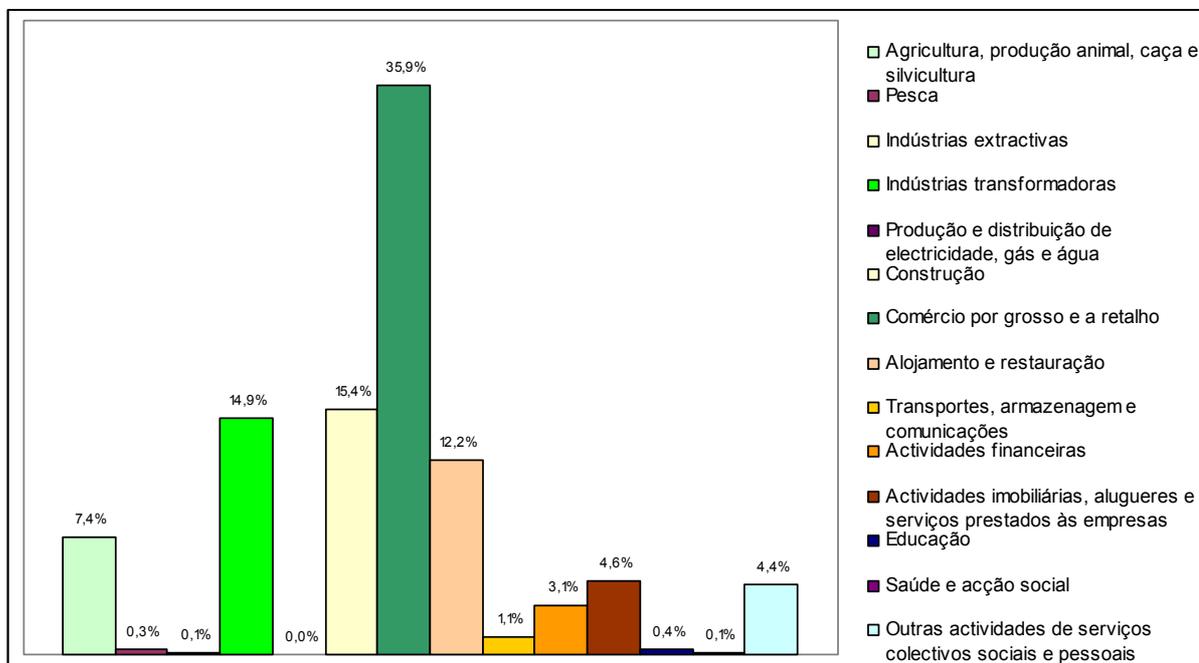
Fonte: INE. Serviço de Ficheiros de Unidades Estatísticas.

Tal como seria de esperar, as sociedades presentes nos concelhos de Barcelos e Braga, no seu conjunto, concentram 77% e 79,6%, respectivamente, do volume de emprego e do volume de negócios da área do projecto. Seguem-se os concelhos de Esposende, Vila Verde, Chaves, Amares, Montalegre, Terras do Bouro e Boticas, sendo que estes três últimos apenas representam, respectivamente, 1,6% 1,2% do volume de emprego e de negócios deste território.

5.2.2. Actividades económicas das empresas

Entre as actividades económicas desenvolvidas pelos empresários individuais da área de projecto verifica-se que o comércio por grosso e a retalho é a actividade com maior expressão seguindo-se a construção e as indústrias transformadoras (Figura 5.3). As actividades incluídas no sector primário, nomeadamente a agricultura, produção animal, caça e silvicultura, são responsáveis pela ocupação de 7,4% dos empresários em nome individual.

Figura 5.3 Empresários em nome individual por actividade económica (2005)



Fonte: INE. Serviço de Ficheiros de Unidades Estatísticas.

Analisando individualmente os nove concelhos em estudo verifica-se que existem diferenças significativas relativamente às actividades com maior relevância (Quadro 53). Com excepção dos concelhos de Boticas e Montalegre, as actividades associadas aos sectores secundário e terciário são as que têm maior representatividade nas opções dos empresários da Região.

Quadro 5.6 Empresários em nome individual por actividade económica (2005)

	Amares	Barcelos	Braga	Esposende	Terras de Bouro	Vila Verde	Boticas	Chaves	Montalegre
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	6,2%	8,1%	1,7%	10,2%	6,2%	3,7%	27,7%	9,0%	45,7%
Pesca	0,0%	0,1%	0,0%	3,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
Indústrias extractivas	0,4%	0,0%	0,1%	0,4%	0,2%	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%
Indústrias transformadoras	7,1%	30,2%	9,5%	13,6%	4,5%	11,3%	4,8%	5,6%	2,8%
Produção e distribuição de electricidade, gás e água	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Construção	24,4%	11,3%	14,6%	19,2%	13,9%	25,6%	12,2%	14,7%	8,6%
Comércio por grosso e a retalho	32,0%	32,6%	42,1%	31,0%	29,6%	36,5%	32,1%	37,0%	22,1%
Alojamento e restauração	16,9%	8,1%	12,7%	11,0%	33,6%	11,6%	14,6%	17,7%	13,7%
Transportes, armazenagem e comunicações	1,0%	0,7%	0,8%	0,7%	1,5%	1,6%	2,8%	2,1%	1,8%
Actividades financeiras	2,0%	2,4%	4,7%	1,9%	2,1%	1,6%	1,1%	4,5%	0,9%
Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	5,0%	3,2%	7,0%	3,5%	1,9%	3,9%	1,1%	4,6%	1,3%
Educação	0,6%	0,2%	0,5%	0,4%	1,1%	0,2%	0,2%	0,4%	0,1%
Saúde e acção social	0,3%	0,1%	0,2%	0,1%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outras actividades de serviços colectivos sociais e pessoais	4,1%	2,9%	6,1%	5,0%	5,3%	3,8%	3,3%	4,3%	2,9%

Fonte: INE. Serviço de Ficheiros de Unidades Estatísticas.

O comércio por grosso e a retalho inscreve-se no grupo das três actividades com maior expressão em todos os concelhos em estudo, não ocupando a primeira posição apenas em Terras de Bouro e em Montalegre, em que o alojamento e restauração e a agricultura, produção animal, caça e silvicultura são, respectivamente, as actividades que ocupam maior número de empresários em nome individual. Braga, com um valor de cerca de 42%, é o concelho que regista maior percentagem de empresários que se dedicam ao comércio.

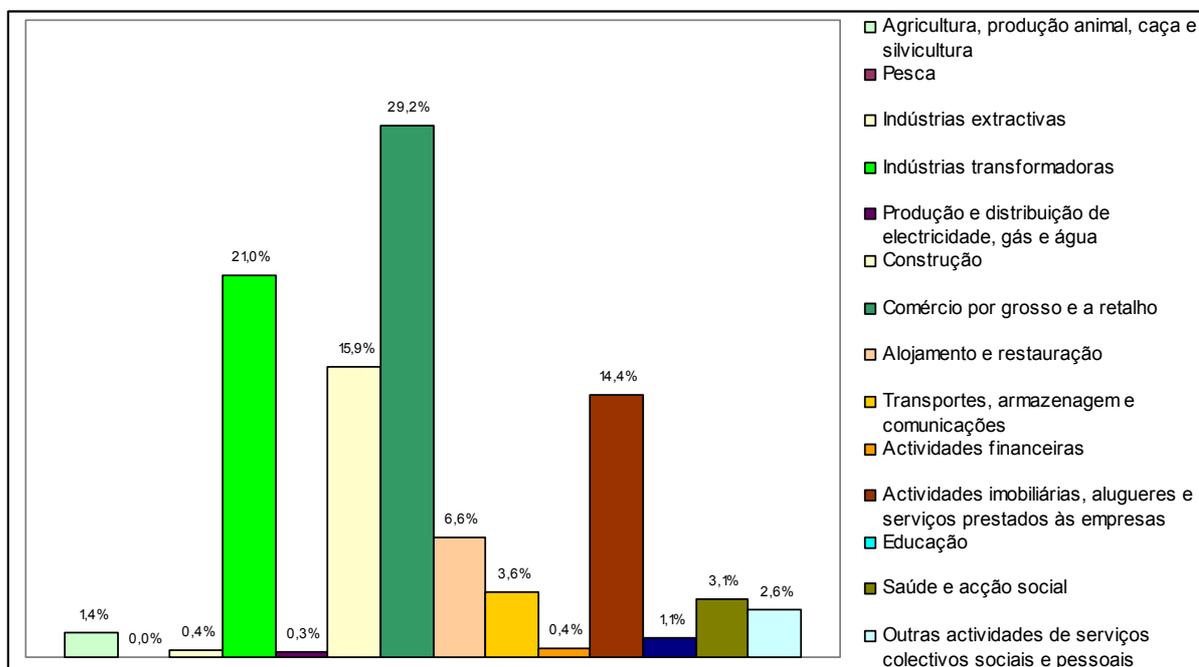
A construção assume-se também como uma actividade relevante em todos os concelhos nomeadamente em Amares e Terras do Bouro onde é responsável pela ocupação, respectivamente, de 24,4% e 25,6% dos empresários.

O alojamento e restauração são também actividades com elevada expressão nos concelhos em análise sendo que, em Terras do Bouro, é mesmo a actividade com maior expressão.

Tal como já foi referido, o sector primário apenas assume relevância nos concelhos de Montalegre (45,7%), e Boticas (27,7%), já que a agricultura tem ainda um peso significativo entre as actividades desenvolvidas. Refere-se ainda os concelhos de Esposende (10,2%) Barcelos (8,1%) que apesar de serem concelhos muito urbanizados possuem um sector primário forte apoiado na produção de leite e e na horticultura. Nestes concelhos é ainda de salientar as indústrias transformadoras que são a actividade exercida por 30,2% dos empresários de Barcelos e 13,6% dos empresários de Esposende.

No que diz respeito às sociedades, o sector primário assume ainda menor relevância apenas sendo a actividade exercida por 1,4% do total de sociedades da Região em estudo. À semelhança do que se referiu para os empresários em nome individual, o comércio, as indústrias transformadoras e a construção são as actividades com maior expressão no conjunto das sociedades. É de realçar as actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas que constitui a actividade de cerca de 14% das sociedades da área do projecto (Figura 5.4).

Figura 5.4 Sociedades por actividade económica (2005)



Fonte: INE. Serviço de Ficheiros de Unidades Estatísticas.



O peso das diferentes actividades económicas nas sociedades dos nove concelhos é diferenciado, mantendo-se contudo, a dominância das sociedades ligadas ao comércio, à construção, e às indústrias transformadoras (Quadro 5.7).

Quadro 5.7 Sociedades por actividade económica (2005)

	Amares	Barcelos	Braga	Esposende	Terras de Bouro	Vila Verde	Boticas	Chaves	Montalegre
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	3,0%	1,8%	0,6%	1,0%	4,7%	3,2%	4,0%	1,7%	2,2%
Pesca	0,2%	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Indústrias extractivas	1,1%	0,1%	0,2%	0,6%	0,8%	0,4%	4,0%	1,2%	2,8%
Indústrias transformadoras	14,2%	38,8%	13,4%	21,1%	7,8%	19,1%	9,3%	10,0%	11,7%
Produção e distribuição de electricidade, gás e água	0,2%	0,3%	0,1%	1,7%	0,0%	0,0%	4,0%	0,3%	0,6%
Construção	24,4%	14,4%	14,4%	21,8%	19,4%	24,8%	21,3%	10,9%	12,8%
Comércio por grosso e a retalho	25,2%	24,6%	32,7%	23,2%	14,7%	26,0%	32,0%	39,5%	22,9%
Alojamento e restauração	6,8%	3,8%	7,8%	7,6%	24,8%	4,2%	2,7%	8,0%	16,2%
Transportes, armazenagem e comunicações	6,1%	2,7%	2,6%	2,4%	11,6%	5,9%	10,7%	7,5%	14,5%
Actividades financeiras	0,4%	0,4%	0,5%	0,3%	0,0%	0,6%	0,0%	0,3%	1,1%
Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	12,3%	9,2%	19,4%	13,5%	6,2%	10,4%	6,7%	11,1%	8,4%
Educação	0,9%	0,7%	1,4%	0,9%	1,6%	0,6%	2,7%	1,2%	1,1%
Saúde e acção social	2,5%	1,9%	4,0%	2,6%	1,6%	2,3%	0,0%	5,0%	1,1%
Outras actividades de serviços colectivos sociais e pessoais	2,7%	1,4%	2,9%	3,3%	7,0%	2,5%	2,7%	3,2%	4,5%

Fonte: INE. Serviço de Ficheiros de Unidades Estatísticas.

Nos concelhos de Amares Esposende e Vila Verde é o comércio que reúne maior número de sociedades seguido da construção e das indústrias transformadoras. Em Barcelos são também estas as três actividades dominantes sendo que, as indústrias transformadoras aparecem na primeira posição.

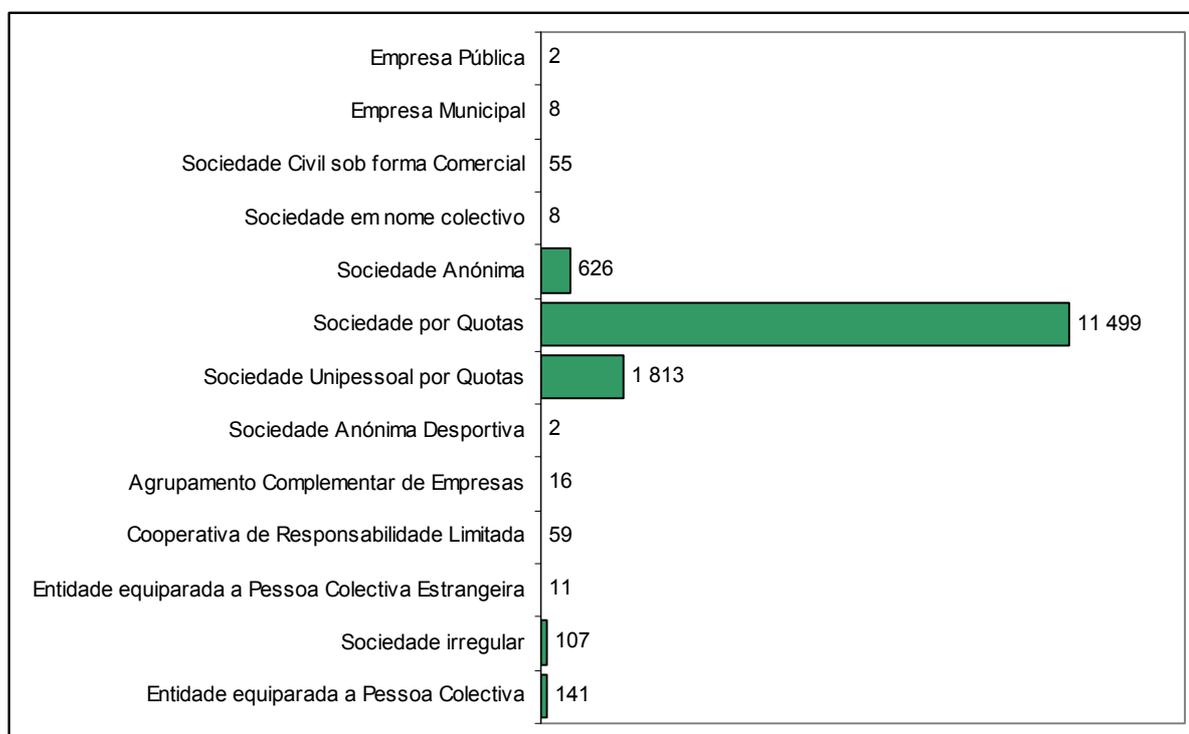
As actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas aparecem também como um grupo de actividades com bastante adesão em alguns concelhos da região nomeadamente em Braga (19,4%), Esposende (13,5%), Amares (12,3%) e Chaves (11,1%).

Nos concelhos de Trás-os-Montes são de destacar as actividades de transportes, armazenagem e comunicações que registam valores de 14,4% e 10,7% em Montalegre e Boticas, respectivamente. É também nestes concelhos que a produção e distribuição de electricidade, gás e água assume maior expressão decorrendo logicamente do aproveitamento hidroeléctrico existente em Boticas e Montalegre.

5.2.3. Formas jurídicas das sociedades

Tal como foi referido na introdução deste capítulo, as sociedades englobam empresas inscritas sob diversas formas jurídicas. Da análise deste indicador para a Região em estudo, verifica-se que cerca de 80% das empresas são sociedades por quotas, a que se seguem as sociedades unipessoais por quotas (12,6%) e as sociedades anónimas (4,4%) (Figura 5.5). Estas proporções correspondem aos valores registados para a Região Norte e para o Continente.

Figura 5.5 Sociedades segundo a forma jurídica (2005)



Fonte: INE. Serviço de Ficheiros de Unidades Estatísticas.

Em anexo apresenta-se esta informação discriminada para os nove concelhos do projecto, sendo de salientar que a repartição percentual referida anteriormente, em termos médios, corresponde aos valores registados para todos os concelhos.

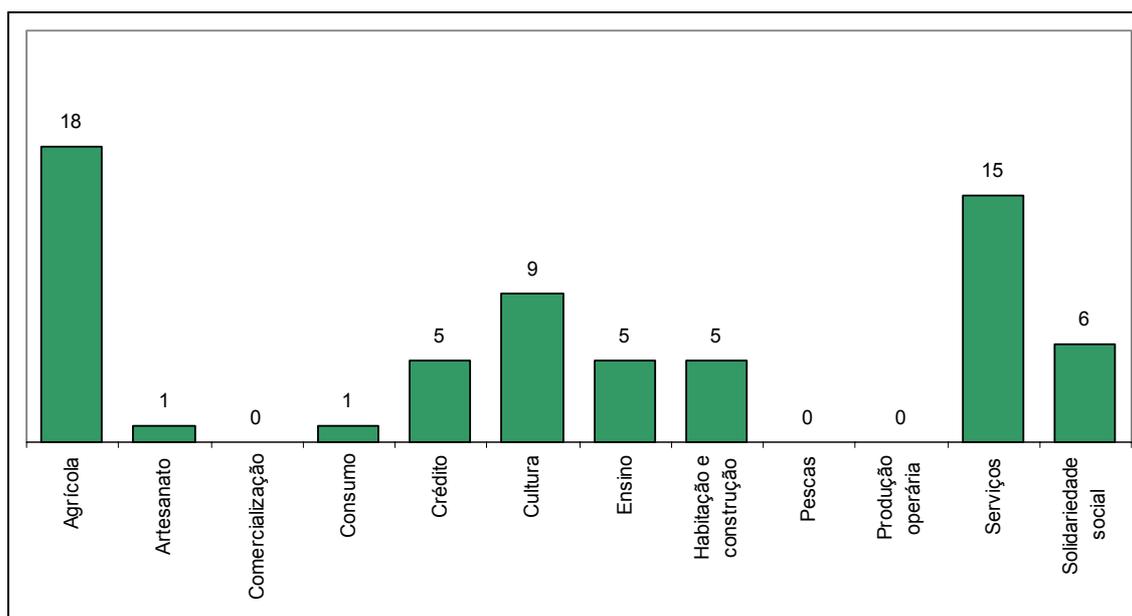
Neste ponto, importa apenas referir que no caso dos concelhos mais rurais tais como Terras do Bouro, Boticas e Montalegre, as empresas se distribuem por um número mais reduzido de formas jurídicas.

5.3. As cooperativas

De acordo com o objectivo fundamental do projecto DESQOOP entendeu-se que seria importante analisar individualmente o sector cooperativo. Nesta perspectiva, e tal como já foi referido no primeiro ponto deste capítulo, reuniu-se um conjunto de dados que permitem caracterizar os principais parâmetros respeitantes às cooperativas existentes na Região.

Em Outubro de 2006 existiam 65 cooperativas activas na Região do projecto que representa 8% do total de cooperativas da Região Norte. Relativamente à distribuição das cooperativas por ramo, verifica-se que as cooperativas agrícolas e de serviços são as que têm maior representatividade na área de projecto significando, respectivamente 27,7% e 23,1% do número total de cooperativas (Figura 5.6).

Figura 5.6 Número de cooperativas segundo o ramo cooperativo (2006)



Fonte: INSCOOP. Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo.

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição geográfica das cooperativas por ramo cooperativo. Pode-se constatar que as cooperativas agrícolas estão presentes em todos os concelhos ao contrário das cooperativas de comercialização, pescas e produção operária que não têm representação em nenhum dos concelhos em análise.

Quadro 5.8 Distribuição geográfica das cooperativas segundo o ramo cooperativo (2006)

	Amares	Barcelos	Braga	Esposende	Terras de Bouro	Vila Verde	Boticas	Chaves	Montalegre
Agrícola	1	2	1	2	2	1	1	6	2
Artesanato	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Comercialização	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Consumo	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Crédito	1	1	1	0	0	1	0	0	1
Cultura	0	1	6	0	0	1	0	1	0
Ensino	0	1	2	1	0	0	0	0	1
Habituação e construção	1	0	4	0	0	0	0	0	0
Pescas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Produção operária	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Serviços	0	2	6	2	0	2	0	2	1
Solidariedade social	0	0	5	0	0	0	0	1	0
Total	3	7	26	5	2	6	1	10	5

Fonte: INSCOOP. Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo.

No concelho de Braga estão sedeadas 40% do total das cooperativas da área do projecto sendo as cooperativas ligadas à cultura e à habitação e construção os ramos que apresentam maior expressão. Na segunda posição surge o concelho de Chaves com 15,4% das cooperativas, mas neste caso o ramo cooperativo dominante é o agrícola. Em ambos os casos estas proporções traduzem as vocações principais dos respectivos territórios.

No extremo oposto aparecem os concelhos de Boticas, Terras de Bouro e Amares com um número muito reduzido de cooperativas dentro do seu território.



5.4. Considerações finais

A análise dos dados apresentados neste capítulo mais uma vez, revela a maior fragilidade existente nos concelhos mais rurais e periféricos da Região do projecto, que neste caso concreto se traduz por uma fraca dinâmica empresarial. Pelo contrário nos concelhos mais urbanos localizados mais perto do litoral, o número e diversidade de empresas é superior o que, logicamente, imprime um maior dinamismo económico a estes territórios. Considerando este contexto, salientam-se os seguintes pontos:

- Para todo o território estudado verifica-se que os empresários em nome individual representam mais de 2/3 das empresas da Região o que traduz a importância regional das empresas de pequena dimensão;
- Cerca de 77% do volume de emprego e 80% do volume de negócios gerado pelas sociedades da área do projecto concentram-se nos concelhos de Braga e Barcelos;
- As actividades económicas com maior expressão são o comércio por grosso e a retalho, a construção e as indústrias transformadoras;
- Apenas 8% dos empresários em nome individual e 1,4% das sociedades se dedicam actividades inscritas no sector primário. No entanto, é de referir que cerca de 27% e 46% dos empresários em nome individual dos concelhos de Boticas e Montalegre, respectivamente, se dedicam ao sector primário.
- Em Outubro de 2006 existiam 65 cooperativas na Região do projecto sendo que 40% estão sedeadas no concelho de Braga. Dos diferentes ramos de actividade, as cooperativas agrícolas e as cooperativas de serviços são as que têm maior representatividade na área de estudo.



6. Iniciativas de desenvolvimento rural implantadas na área do DESQOOP, no norte de Portugal

6.1. Programa LEADER na área do DESQOOP

6.1.1. Introdução

As iniciativas de desenvolvimento rural apoiadas pelo III Quadro Comunitário de Apoio, relativo ao período de programação 2001 a 2006 foram fundamentalmente apoiadas pelos programas operacionais regionais onde se incluem as medidas relativas à agricultura e ao desenvolvimento rural abreviadamente designadas por AGRIS, financiadas pelo FEOGA Orientação. Os programas operacionais regionais também financiaram, por via do FEDER, nomeadamente na região Norte, numerosos equipamentos e infra-estruturas fornecedoras de bens e serviços públicos. Estas iniciativas apresentaram frequentemente aspectos pontuais, que embora respondendo a solicitações e necessidades não tinham a mais das vezes uma articulação com uma solução de conjunto para o desenvolvimento do território rural.

A iniciativa comunitária para o desenvolvimento rural – Leader surgiu em 1991 e tem sido prosseguida desde então. No período 1994 a 1999 recebeu a designação Leader II e veio inspirar uma nova abordagem ao desenvolvimento rural, estimulando o aparecimento de associações de desenvolvimento local e um espírito de parceria nos empreendimentos, que dadas as características e dificuldades do meio rural se mostraram de grande interesse

O Ministério da Agricultura assumiu gestão global do programa e procedeu a uma ampla divulgação e dinamização da constituição de associações conseguindo a formação de 52 grupos de acção local (GAL), que foram já o suporte da execução do programa Leader no período de programação 2001 a 2006.

A especificidade dos objectivos do programa, a natureza do método que utiliza e a sua dimensão financeira¹ justificam que a análise expedita das iniciativas de desenvolvimento rural, seja centrada sobre o programa Leader, em particular no seu último período de programação 2001^a2006 (Leader+).

O método Leader caracteriza-se pelas seguintes orientações e objectivos:

¹ A contribuição do FEOGA – Orientação para o Leader, relativamente ao período 2001 a 2006 (Leader+), para Portugal eleva-se a 161,6 milhões de euros – 7,6 % do total.



- Abordagem territorial, tendo em conta as características físicas, sociais e económicas do território e procurando soluções que envolvam os contributos de agentes locais.
- As acções devem ser articuladas com uma estratégia definida por um grupo de acção local que assegura a articulação entre privados, instituições locais e da administração pública local e central.
- Deve ser realizado um esforço de procura de soluções integradas e inovadoras, nomeadamente no que respeita ao aproveitamento e valorização de recursos locais.
- Deve ser estimulada a cooperação territorial e a organização em rede para comunicação entre grupos.

Cada GAL deve definir uma estratégia de desenvolvimento do seu território que será objectivada através de um plano de desenvolvimento local (PDL), por si elaborado.

A estratégia de desenvolvimento a adoptar² deverá ter em atenção as seguintes recomendações:

- Deve ser estimulado o carácter piloto das iniciativas – procurando a emergência de novos produtos, serviços e uso de tecnologias e métodos organizativos novos conducentes a um melhor aproveitamento do potencial do território. Deve-se procurar reforçar a cooperação entre empresas, privados e instituições e reforçar a qualificação profissional da população, a auto-estima e o seu envolvimento nos projectos.
- A estratégia deverá ser estruturada elegendo um tema forte e suas actividades principais e actividades e serviços tributários. Caso não seja conveniente optar por único eixo prioritário deverá existir a preocupação de os articular.
- Deverá existir uma preocupação de compatibilização com outros programas com incidência no território, nomeadamente com o programa operacional regional, numa perspectiva de optimização dos recursos a aplicar no território.

² Seguiram-se nesta matéria as orientações definidas para o programa Leader + em www.leader.pt



6.1.2. Os programas desenvolvidos na área DESQOOP

Os concelhos abrangidos pela área DESQOOP no Norte de Portugal incluem-se em dois GAL distintos. Terras de Bouro e Vila Verde integram-se na Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave (ATAHCA), enquanto Boticas, Chaves e Montalegre na Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega (ADRAT)³. Os PDL elaborados por estes GAL mereceram alguns comentários no estudo de Avaliação Intercalar do Programa de Iniciativa Comunitária Leader +⁴.

O PDL do GAL - ATAHCA foi considerado como apresentando objectivos específicos relevantes embora com um carácter excessivamente vago, comentário que de resto, de acordo com o estudo que vimos citando, se aplica a quase todos os PDL.

No que respeita à ADRAT, o respectivo PDL é referido como apresentando alguns objectivos específicos que não contribuem de forma directa para debelar necessidades actuais da respectiva zona de intervenção.

6.1.3. O Vector 1 do programa LEADER +

O programa Leader + desenvolve-se por quatro áreas temáticas fundamentais:

Vector 1 - Estratégias territoriais de desenvolvimento rural, integradas e de carácter piloto.

Vector 2 - Apoio à cooperação entre territórios rurais.

Vector 3 - Colocação em rede, cooperação entre GAL e entre GAL e outras organizações nacionais e estrangeiras.

Vector 4 - Despesas de gestão, acompanhamento e avaliação do programa.

O objectivo do Vector 1 consiste na viabilização de um plano de desenvolvimento local (PDL), de carácter multisectorial e integrado e animado por um espírito de concentração e coordenação de vontades, consubstanciado em parcerias de indivíduos e entidades públicas e privadas com actuação no território.

³ A ADRAT tem um sítio internet que pode ser visitado em www.adrat.pt

⁴ O estudo foi elaborado para o IDRHa em 2004 e pode ser consultado em www.leader.pt



Diferentemente dos outros vectores, no caso do Vector 1 o financiamento dos projectos envolve de forma significativa a despesa privada. Nos outros vectores, de carácter mais logístico, o financiamento é fundamentalmente assegurado por fundos público comunitários ou nacionais. Os PDL deverão, no entanto, assegurar uma articulação entre os vectores, em especial com o vector 2 dedicado à cooperação entre territórios rurais.

A estratégia de desenvolvimento estabelecida e planeada no quadro dos PDL elaborados pelos GAL será concretizada, no âmbito do Vector 1, através das seguintes medidas⁵:

Medida 1 – Investimentos

Submedida 1.1 - Investimentos em infra-estruturas

Apoio à realização de investimentos de melhoria e construção de infra-estruturas colectivas de interesse social ou económico, de pequena dimensão (despesas elegíveis máximas de 250.000 Euros, por projecto), essenciais à concretização da estratégia e dos objectivos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Local.

Submedida 1.2 - Apoio a actividades produtivas

Apoio á realização de investimentos de pequena dimensão (nível máximo de despesas elegíveis por projecto até 200.000 Euros e montante máximo de ajuda pública por beneficiário, durante um período de 3 anos, limitado a 100.000 Euros), natureza produtiva, corpóreos ou incorpóreos, promovidos por agentes económicos e associados, nomeadamente, á criação, estabelecimento e adaptação/modernização de unidades produtoras de bens e serviços de pequena e média dimensão.

Submedida 1.3 - Outras acções materiais

Apoio à realização de acções e investimentos de natureza não produtiva e de carácter individual, de pequena dimensão (até 100.000 Euros de despesas elegíveis, por projecto) não elegíveis no âmbito das outras medidas e directamente associadas à estratégia e aos objectivos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Local, nomeadamente os relativos a elementos patrimoniais de carácter cultural, recreativo e social.

Medida 2 – Acções imateriais

Submedida 2.1 – Formação profissional

⁵ Estes comentários sobre o carácter das medidas e submedidas do vector 1 foram retirados do Programa Nacional que pode ser visitado no sítio do IDRHa www.leader.pt



Apoio à preparação e realização de acções de formação de natureza específica (acções de formação que pelas respectivas modalidades particulares de realização - nº e características dos formandos, natureza das matérias e duração e horário de realização - não são normalmente enquadráveis nos programas operacionais do *mainsteam*) e territorialmente circunscritas à zona de aplicação dos Planos de Desenvolvimento Local.

Submedida 2.2 – Outras acções imateriais

Promoção e apoio a acções de natureza imaterial associadas ao desenvolvimento social e económico dos territórios abrangidos pelo Plano de Desenvolvimento Local, com especial incidência na qualidade de vida da população, na envolvente empresarial e na promoção e valorização do território.

Nomeadamente: acções de sensibilização direccionadas para as questões ambientais e das novas energias; acções visando a valorização dos produtos de qualidade ⁶ e a promoção dos recursos naturais, da paisagem e dos territórios rurais, incluindo acções de natureza comercial fora dos territórios LEADER+, desde que devidamente enquadradas na estratégia definida e promotoras das amenidades e especificidades do território;

acções de natureza cultural e desportiva; acções de demonstração de projectos-piloto e outras iniciativas integradas e coerentes com a estratégia de desenvolvimento estabelecida no PDL.

Medida 3 – Aquisição de competências

Apoio à elaboração de estudos prévios, à dinamização dos parceiros, com vista a garantir a constituição de GAL, e à elaboração de Planos de Desenvolvimento Local, em novos territórios em que o método LEADER ainda não tenha sido implementado.

Medida 4 – Despesas de funcionamento dos GAL

Apoio ao funcionamento dos GAL, nomeadamente no âmbito dos trabalhos associados à gestão, acompanhamento, controlo e avaliação dos Planos de Desenvolvimento Local.

O total dos apoios ao funcionamento dos GAL não poderão ultrapassar 15% do custo total do Plano de Desenvolvimento Local.

⁶ Com exclusão das acções de promoção e publicidade de produtos agrícolas.



6.2. Apresentação de um padrão nacional da repartição das despesas do Vector 1.

6.2.1. Introdução

Enquanto a ATAHCA se integra na região agrícola do Entre Douro e Minho, a ADRAT pertence à região de Trás - os -Montes. Regiões com características diferentes, porventura atenuadas na área DESQOOP, onde a transição de uma região para outra se faz em território de montanha, mas que justificam a escolha da distribuição nacional das despesas⁷, suas natureza e tipo de promotor relativas ao Vector 1, suas medidas e submedidas, como padrão para auxiliar a análise dos dados referentes aos concelhos da área em estudo.

No cômputo da despesa nacional podemos verificar que a contribuição comunitária foi ligeiramente superior à nacional 51% contra 49%, predominando na despesa nacional o financiamento privado 58% contra 42% do financiamento assegurado pelo Ministério da Agricultura.

Os contributos para despesa global do Vector 1, a nível nacional, das suas medidas e submedidas e sua desagregação por tipo de promotor foram os seguintes:

Repartição da Despesa do Vector 1 pelas suas Medidas e Submedidas

(em percentagem do total nacional da despesa do Vector 1)

Medida 1 – Investimentos	67%
Submedida 1.1 – Investimentos em infra-estruturas	23% ⁸
1.2 – Apoio a actividades produtivas	57%
1.3 - Outras acções materiais	20%
Medida 2 - Acções Imateriais	18%
Submedida 2.1 – Formação profissional	5%
2.2 – Outras acções imateriais	95%
Medida 3 – Aquisição de competências	0,1%

⁷ Cálculos efectuados sobre dados retirados do Programa Nacional em www.leader.pt - valores para o período 1-10-2001 a 31-12-2005.

⁸ Estas percentagens referem-se ao total da medida.



Medida 4 – Despesas de funcionamento dos GAL 15%

**Repartição da Despesa do Vector 1, por Tipo de Promotor
(em percentagem do total nacional da despesa do vector 1)**

Privados (particulares)	67%
Homens ⁹	67%
Mulheres	33%
Empresas	11%
Cooperativas	1%
Associações	8%
Sector Público	7%
Administração Local	91%
Outras Entidades Públicas	9%
GAL	17%
Outras Entidades	1%

6.2.2. Origem dos dados da despesa

Análise da despesa do Vector 1 do Leader + nos concelhos da área DESQOOP.

Os dados da despesa do Vector 1 do programa Leader +, no período até 31-12-2006 foram fornecidos pelo Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica - IDRHa, organismo intermediário do programa com responsabilidades na sua gestão administrativa e financeira e que dispo de um sistema de informação electrónica, que integra os sistemas locais dos GAL, possibilitou a extração da informação por concelho.

⁹ Percentagem dos casos onde foi possível apurar o género do interessado.



6.2.3. As Autarquias de actuação: Despesa e número de acções

Quadro 6.1 Por Concelho, o nº de Projectos e a Despesa segundo a natureza do Financiamento (até 31-12-2006)

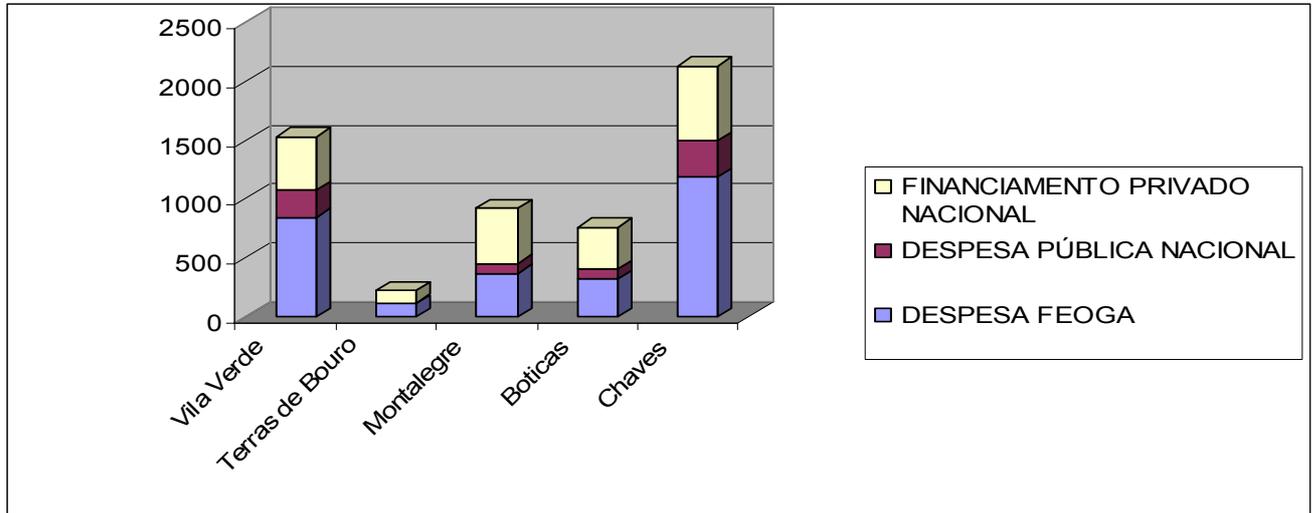
VECTOR 1 - Estratégias Territoriais de Desenvolvimento Rural

Montantes em
euros €

CONCELHO	I CUSTO TOTAL	II Nº de PROJECTOS	III DESPESA FEOGA	IV DESPESA PÚBLICA NACIONAL	V FINANCIAMENTO PRIVADO NACIONAL	VI CUSTO MÉDIO POR PROJECTO (I/II)
Vila Verde	1.529.447,41	26	844.531,34	235.251,38	449.664,69	58.824,90
Terras de Bouro	225.703,11	17	107.755,22	11.078,50	106.869,39	13.276,65
Montalegre	922.187,38	15	369.756,45	83.730,79	468.700,14	61.479,16
Boticas	759.559,12	13	318.611,46	87.655,79	353.291,87	58.427,62
Chaves	2.128.989,71	35	1.182.911,30	306.584,31	639.494,10	60.828,28
TOTAL	5.565.886,73	106	2.823.565,77	724.300,77	2.018.020,19	52.508,37



Figura 6.1. Por Concelho, o nº de Projectos e a Despesa segundo a natureza do Financiamento (até 31-12-2006)



No Quadro 6.1, referente à natureza do financiamento e ao custo médio por projecto, observa-se que embora a importância da comparticipação comunitária seja da mesma ordem de grandeza nestes concelhos que a nível nacional, cerca de 51%, a participação do financiamento privado na despesa de origem nacional atinge os 74% desta. A nível nacional a participação do financiamento privado na despesa de origem nacional fica-se pelos 58%.

As diferenças na composição da despesa pelos diferentes tipos de medidas, relativamente ao padrão nacional, devem ser responsáveis por este afastamento. Como pode ser observado no Quadro 3, o grande peso na área geográfica DESQOOP do financiamento da submedida - Outras Acções Materiais da medida 1 - Investimentos, que atinge metade do financiamento desta medida, refere-se predominantemente a pequenos investimentos muitas vezes reparações de edifícios para os quais não existindo financiamento público nacional, o financiamento nacional terá de ser privado. Esta submedida Outras Acções Materiais, a nível nacional representa apenas 20% da despesa de medida Investimentos.

Na área dos concelhos portugueses abrangidos pelo DESQOOP, localizam-se duas sedes de GAL: a da ATAHCA em Vila Verde e a da ADRAT em Chaves, que, em parte, pelo peso da medida 4 – Despesas Financiamento dos GAL, têm os montantes das despesas do Vector 1 nestes concelhos sobrelevados.



O custo médio por projecto é quase duplo do verificado a nível nacional¹⁰, tendo, no entanto, um valor significativamente baixo em Terras de Bouro. Como se pode ver no Quadro 5, em Terras de Bouro não houve empresas privadas a utilizar financiamentos deste programa, o que pode ajudar a explicar um valor tão baixo do custo médio do projecto neste concelho, uma vez que o investimento conduzido por empresas privadas tende a fazer subir o custo dos projectos.

6.2.4. Áreas de actuação: despesa e número de acções

Quadro 6.2 Por Concelho, nº de Projectos e Despesa por Actividades de Apoio Directo (até 31/12/2006)

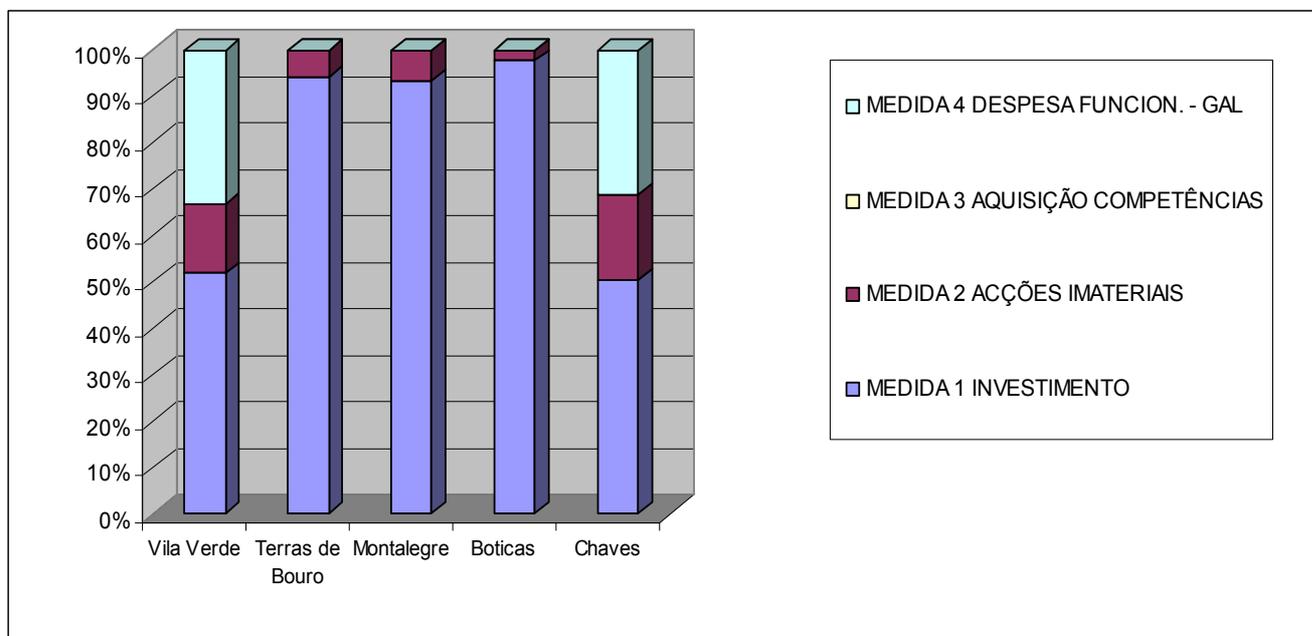
VECTOR 1 - Estratégias Territoriais de Desenvolvimento Rural

Montantes em euros €

CONCELHO	VECTOR 1		MEDIDA 1 INVESTIMENTO		MEDIDA 2 ACÇÕES IMATERIAIS		MEDIDA 3 AQUISIÇÃO COMPETÊNCIAS		MEDIDA 4 DESPESA FUNCIONAMENTO GAL	
	CUSTO TOTAL	Nº PROJ	CUSTO TOTAL	Nº PROJ	CUSTO TOTAL	Nº PROJ	CUSTO TOTAL	Nº PROJ	CUSTO TOTAL	Nº PROJ
Vila Verde	1.529.447,41	25	792.927,40	16	228.224,23	5		0	508.295,78	4
Terras de Bouro	225.703,11	17	212.526,62	14	13.176,49	3		0		0
Montalegre	922.187,38	15	858.914,19	13	63.273,19	2		0		0
Boticas	759.559,12	13	741.461,81	11	18.097,31	2		0		0
Chaves	2.128.989,71	35	1.072.714,82	15	390.378,73	15		0	665.896,16	5
TOTAL	5.565.886,73	105	3.678.544,84	69	713.149,95	27	0,00	0	1.174.191,94	9

¹⁰ O custo médio a nível nacional foi de 30000 euros.

igura 6.2 Por Concelho, nº de Projectos e Despesa por Actividades de Apoio Directo (até 31/12/2006)



Na desagregação da despesa relativa ao Vector 1, verifica-se que nos concelhos da área DESQOOP a medida 1 – Investimentos tem um peso largamente maioritário, cerca de 66%, de resto semelhante ao do padrão nacional. A medida 2 - Acções Imateriais representa 13% da despesa do Vector 1, bastante inferior à participação a nível nacional¹¹. As despesas de funcionamento dos GAL, medida 4, representam 21%, num nível superior ao nacional¹², por força de se acumularem nesta área duas sedes de GAL.

¹¹ O peso desta medida a nível nacional é de 18%.

¹² A nível nacional, o peso relativo das despesas de funcionamento dos GAL é de 15%, reflectindo o limite regulamentar fixado para este tipo de despesa em cada GAL.



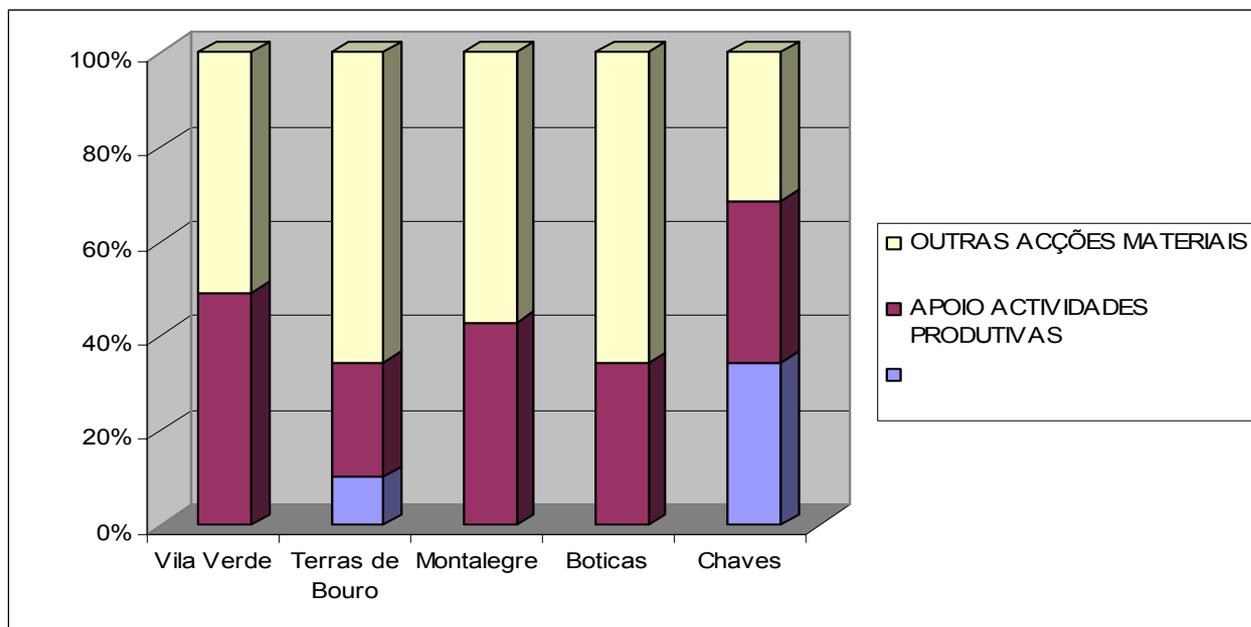
6.2.5. Os tipos de investimentos: Investimentos e número de acções

Quadro 6.3 Por Concelho, o Nº Proj. e Despesa por Actividade de Apoio Directo relativas à Medida 1 - Investimentos, desagregada nas suas sub-medidas (até 31/12/2006)

Montantes em euros €

CONCELHO	CUSTO TOTAL	Nº PROJ	INVESTIMENTO INFRAESTRUTURAS		APOIO ACTIVIDADES PRODUTIVAS		OUTRAS ACÇÕES MATERIAIS	
			CUSTO	Nº PROJ	CUSTO	Nº PROJ	CUSTO	Nº PROJ
Vila Verde	792.927,40	16		0	390.872,79	5	402.054,61	11
Terras de Bouro	212.526,62	14	21.483,76	1	51.895,75	2	139.147,11	11
Montalegre	858.914,19	13		0	366.649,49	7	492.264,70	6
Boticas	741.461,81	11		0	253.333,31	5	488.128,50	6
Chaves	1.072.714,82	15	369.757,90	2	364.920,50	7	338.036,42	6
TOTAL	3.678.544,84	69	391.241,66	3	1.427.671,84	26	1.859.631,34	40

Figura 6.3 Por Concelho, o Nº Proj. e Despesa por Actividade de Apoio Directo relativas à Medida 1 - Investimentos, desagregada nas suas sub-medidas (até 31/12/2006)



Na desagregação da medida 1 – Investimentos, verifica-se, como já foi referido, um peso muito significativo da submedida 1.3 – Outras Acções Materiais, que correspondem a investimentos de



natureza não produtiva embora associados à estratégia do plano de desenvolvimento local. Estas iniciativas correspondem frequentemente à recuperação de edifícios e fachadas e a arranjos exteriores.

O investimento em infra-estruturas, submedida 1.1, e em apoio às actividades produtivas, submedida 1.2, atinge respectivamente 11% e 39% do total do Vector 1 quando a nível nacional essas percentagens se fixam em 23% e 57%.

O desfasamento destes valores revela uma menor importância relativa, na área DESQOOP, dos investimentos na construção e melhoria das infra-estruturas colectivas de interesse social e no apoio a agentes económicos na criação e modernização de unidades produtivas de bens e serviços, em benefício de despesas para, melhoria de elementos patrimoniais de carácter cultural, recreativo e social.

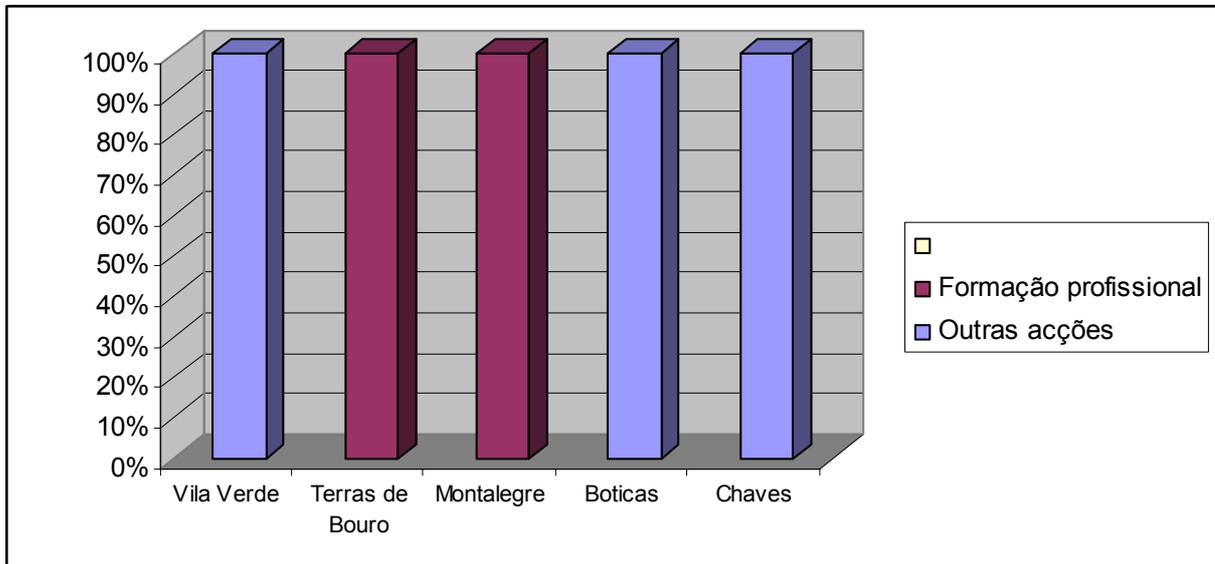
Quadro 6.4 Por Concelho, Nº Projectos e Despesa por Actividades de Apoio Directo relativas à Medida 2 - Acções Imateriais (até 31/12/2006)

Montantes em euros €

CONCELHO	CUSTO TOTAL	Nº PROJ	FORMAÇÃO PROFISSIONAL		OUTRAS ACÇÕES IMATERIAIS	
			CUSTO	Nº PROJ	CUSTO	Nº PROJ
Vila Verde	228.224,23	5		0	228.224,23	5
Terras de Bouro	13.176,49	3	13.176,49	3		0
Montalegre	63.273,19	2	63.276,19	2		0
Boticas	18.097,31	2		0	18.097,31	2
Chaves	390.378,73	15		0	390.378,73	15
TOTAL	713.149,95	27	76.452,68	5	636.700,27	22



Figura 6.4 Por Concelho, N° Projectos e Despesa por Actividades de Apoio Directo relativas à Medida 2 - Acções Imateriais (até 31/12/2006)



A repartição da despesa da medida 2 – Acções Imateriais destinadas a apoiar a realização de acções de formação profissional, que não se integrem nos programas operacionais da região ou temáticos, e acções valorizando recursos do território e produtos de qualidade¹³.

Cerca de 87% da medida 2 concentra-se em Vila Verde e em Chaves, sedes das respectivas associações de desenvolvimento: ATAHCA e ADRAT e que por essa razão e por terem uma localização privilegiada em termos de centralidade urbana, no caso de Chaves, ou da sua proximidade de Braga, no caso de Vila Verde, estão favorecidas em termos de prestação de serviços.

Pode-se ainda referir que no conjunto de concelhos da área DESQOOP a proporção da verba aplicada na formação profissional, no âmbito do Leader, é menor que no programa nacional. Com efeito, enquanto nesta área a formação profissional significou 5% da despesa da medida 2 e a rubrica “outras acções imateriais” 95%, a nível nacional a repartição pelas duas rubricas foi 11% 89%, respectivamente.

¹³ Com exclusão das acções de promoção e publicidade de produtos agrícolas que devem ser apoiadas pela submedida 1.2 (de suporte às actividades produtivas).



6.2.6. As entidades destinatárias: Investimentos e número de acções

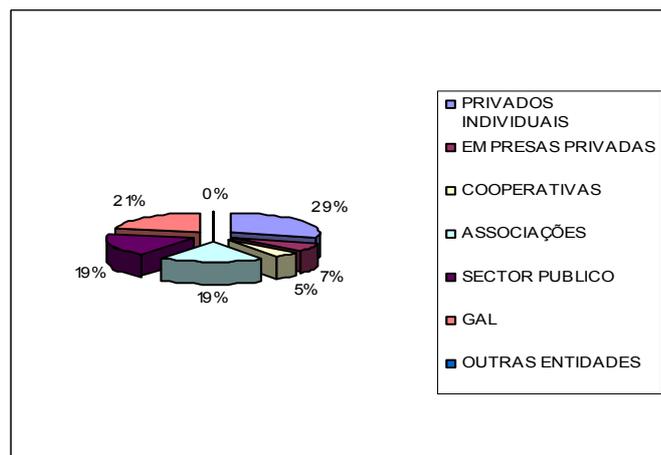
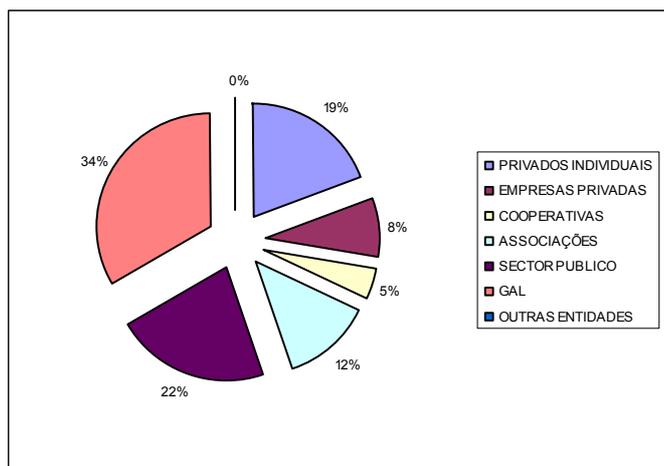
Quadro 6.5 Por Concelhos, nº de Projectos Financiados e a Despesa segundo a Natureza dos Promotores

Montantes em euros €

CONCELHOS	PRIVADOS INDIVIDUAIS				EMPRESAS PRIVADAS		COOPERATIVAS		ASSOCIAÇÕES		SECTOR PUBLICO				GAL		OUTRAS ENTIDADES	
	H		M		CUSTO	Nº	CUSTO	Nº	CUSTO	Nº	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		OUTRAS ENTIDADES PÚBLICAS		CUSTO	Nº	CUSTO	Nº
	CUSTO	Nº	CUSTO	Nº							CUSTO	Nº	CUSTO	Nº				
Vila Verde	123.344,81	4	6.998,75	1	133.183,62	1	0,00	0	219.211,42	8	20.323,84	1	5.502,40	1	1.020.882,57	9	0,00	0
Terras de Bouro	59.274,92	6	15.495,45	3	0,00	0	0,00	0	66.129,49	3	71.626,76	2	0,00	0	13.176,49	3	0,00	0
Montalegre	115.807,65	2	98.044,89	1	116.411,64	2	124.634,39	2	205.028,68	4	232.010,13	3	30.250,00	1	0,00	0	0,00	0
Boticas	184.406,48	2	206.287,22	4	0,00	0	67.686,23	2	0,00	0	301.179,19	5	0,00	0	0,00	0	0,00	0
Chaves	44.636,46	4	222.114,64	4	212.793,77	4	68.046,00	1	198.337,25	5	408.991,15	4	139.932,19	3	834.138,25	10	0,00	0
TOTAL	527.470,32	18	548.940,95	13	462.389,03	7	260.366,62	5	688.706,84	20	1.034.131,07	15	175.684,59	5	1.868.197,31	22	0,00	0

Figura 6.5 Por Concelhos, nº de Projectos Financiados e a Despesa segundo a Natureza dos Promotores

Valor em % Nº Projectos em %





Da observação da repartição da despesa do Vector 1 segundo o tipo de promotor ressalta a reduzida expressão da participação dos promotores privados (individuais) na formação da despesa, apenas 19%, quando a nível nacional atinge os 55%. Curiosamente verifica-se algum equilíbrio entre as iniciativas promovidas pelos homens face às iniciativas promovidas pelas mulheres, quando a nível nacional existe um claro predomínio das iniciativas masculinas, cerca do dobro.

Paralelamente, o sector público¹⁴, na explicação da despesa do Vector 1, representa cerca de 22% quando a nível nacional representa apenas 7%. No que respeita aos GAL, onde as câmaras municipais nesta região estão representadas, a sua participação na despesa do Vector 1 é de 33%, quando a nível nacional se limita a 17%. O conjunto das entidades promotoras onde as câmaras municipais têm representação, sector público e GAL, atinge os 55%, quando a nível nacional este conjunto fica-se pelos 24%.

As cooperativas e associações têm uma presença, que embora modesta tem algum significado nesta área do DESQOOP, com 8,3% e 4,7% da despesa realizada, quando a nível nacional as percentagens são respectivamente 1% e 8%.

Podemos ainda verificar que em Vila Verde e Terras de Bouro não existiram projectos promovidos por cooperativas financiados pelo programa, enquanto em Boticas não houve projectos apoiados promovidos por associações.

6.3. Iniciativas de desenvolvimento local no âmbito do programa Leader – Conclusões

Os concelhos mais interiores da área do projecto DESQOOP integram-se na área do programa Leader, participando nos GAL Associação das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave (ATAHCA) e na Associação para o Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega (ADRAT).

A análise da forma como foram aplicadas as despesas financiadas pelo programa Leader na área revela, nos seus traços mais gerais, o predomínio da aplicação na rubrica dos investimentos – medida 1 do vector 1 - , acompanhando o padrão de distribuição de verbas a nível nacional. No entanto, o peso do apoio às actividades destinadas à modernização e à diversificação das actividades económicas é

¹⁴ 85% da despesa do sector público é de responsabilidade directa das autarquias locais. As outras entidades públicas responsáveis pelos restantes 15% são na maioria das vezes empresas municipais.



apenas 39% do montante aplicado na rubrica dos investimentos – medida 1 do vector 1 – quando a nível nacional esse montante atinge os 57%.

Nestes concelhos da área do projecto DESQOOP a aplicação do programa Leader ganhou mais expressão nas matérias de recuperação urbanística e melhoria de elementos patrimoniais de carácter cultural, recreativo e social, exacerbando uma tendência nacional de investimentos em temas relacionados com a qualidade de vida das populações (veja-se o Relatório 2001 do programa Leader publicado pelo IDRHa em Julho de 2002, página 24) em desfavor do apoio à competitividade das actividades produtivas.

Embora as cooperativas e associações tenham na área uma participação na despesa do Vector 1 proporcionalmente superior à despesa verificada a nível nacional, a sua participação na despesa do vector é muito modesta não ultrapassando os 8,3% e 4,7%.

7. Conclusões

A principal conclusão a retirar da análise dos indicadores estatísticos apresentados ao longo deste relatório centra-se na constatação de que a Região apresenta uma forte assimetria ancorada na oposição litoral *versus* interior. Neste contexto, e tendo em conta o objectivo fundamental deste relatório, elaboração de um plano de desenvolvimento económico e empresarial do território em estudo, é fundamental considerar os seguintes aspectos:

- As duas realidades distintas características da oposição litoral-interior referidas ao longo do trabalho traduzem-se NOS níveis diferenciados de dinâmicas demográficas, sociais e económicas. Se por um lado se está na presença de um conjunto de concelhos mais urbanos, alguns dos quais integrados em áreas metropolitanas, que se caracterizam por uma elevada densidade populacional, uma economia mais diversificada, um acesso privilegiado a determinadas infra-estruturas e serviços e uma maior especialização de algumas actividades produtivas, por outro lado, identifica-se um território mais periférico marcado por um forte declínio e envelhecimento populacional, reduzida dimensão e diversificação do tecido empresarial e insuficiente rede de infra-estruturas e serviços, o que se traduz em problemas estruturais que não raras vezes condicionam o processo de desenvolvimento.
- Apesar das fragilidades referidas anteriormente, a Região em estudo nomeadamente os concelhos de Terras do Bouro, Boticas, Montalegre e Chaves, assumem-se como um território com grandes potencialidades. Em primeiro interessa salientar o elevado **interesse turístico** destes concelhos potenciado pela sua situação geográfica transfronteiriça, pela sua beleza



natural, patrimonial, histórica e cultural e pela existência de riquíssimos recursos naturais em que a água e a rede de áreas classificadas são os dois atributos fundamentais. O trinómio **agricultura-pecuária-floresta** constitui o segundo eixo de pontos fortes desta região assentes na existência de um conjunto de produtos agrícolas e de raças autóctones de qualidade que devidamente valorizados poderão constituir janelas de oportunidades de desenvolvimento dos espaços rurais em análise. A estes acresce o elevado potencial destes concelhos para a produção de energias renováveis, em que a energia eólica tem seguramente um lugar privilegiado.

Face ao exposto optou-se por eleger a área abrangida pelos concelhos de **Terras do Bouro, Boticas, Montalegre e Chaves** como o território em que irá incidir o Plano de desenvolvimento económico e empresarial cooperativo transfronteiriço. Esta opção é ainda reforçada pela maior convergência das características físicas e socio-económica destes concelhos com a área de intervenção identificada na Galiza.



8. Bibliografia

- Direcção Geral de Geologia e Energia. *Divisão de Estatística*. Lisboa
- Direcção Geral de Geologia e Energia. *Renováveis. Estatísticas rápidas - Dezembro 2006*.
- Direcção Geral do Turismo. Guia *Oficial do Turismo no Espaço Rural de 2006*. Lisboa.
- Instituto do Ambiente. *Atlas do Ambiente Digital*. Lisboa.
- Instituto do Ambiente. *Carta Corine Land Cover 2000*. Lisboa.
- Instituto de Conservação da Natureza (2006). *Plano Sectorial da Rede Natura 2000*. Lisboa.
- Instituto Geográfico Português. *Carta Administrativa Oficial de Portugal*. Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística, INE. *Anuário Estatístico da Região Norte 1997 a 2004*. Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística, INE. *Anuários Estatísticos Regionais 2005 (7 Regiões)*. Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística, INE. *Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População - Região Norte 2002*. Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística, INE. *Estatísticas do Turismo 2005*. Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística, INE. *Recenseamento Geral de Agricultura 1999*. Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística, INE. *Recenseamento Geral de Agricultura 1989*. Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística, INE. *Recenseamento da População e da Habitação (Norte) - Censos 1991*. Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística, INE. *Recenseamento da População e da Habitação (Norte) - Censos 2001*. Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística, INE. *Serviço de Ficheiros de Unidades Estatísticas*. Lisboa
- Instituto Nacional de Estatística, INE. *Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias, 2006*. Lisboa
- Instituto Nacional de Estatística, INE. *Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação nas Empresas, 2006*. Lisboa.
- Rodrigues, Álvaro. (2006). *Parques eólicos em Portugal - Dezembro 2006*. Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial, INEGI.
- Sampaio, Francisco. (2004). *Santiago, Rotas do Alto Minho*. Região de Turismo do Alto Minho. Viana do Castelo.

Sítios Web consultados:

- <http://www.adrat.pt> (Associação para o Desenvolvimento Agrário da Região do Alto Tâmega)
- <http://www.cm-esposende.pt> (Câmara Municipal de Esposende)
- <http://www.cm-terrasdebouro.pt> (Câmara Municipal de Terras de Bouro)



- <http://www.cnpgb.inag.pt> (Comissão Nacional Portuguesa das Grandes Barragens. Instituto da Água)
- <http://www.cp.pt> (Caminhos de Ferro Portugueses)
- <http://www.cvrvv.pt> (Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes)
- <http://www.ippar.pt> (Instituto Português do Património Arquitectónico, IPPAR)
- <http://portal.icn.pt> (Instituto da Conservação da Natureza. ICN)
- <http://www.pousadas.pt> (Pousadas de Portugal)
- <http://www.roteiro-campista.pt> (Portal do Roteiro Campista)
- <http://www.rtam.pt> (Região de Turismo do Alto Minho)
- <http://www.termasdeportugal.pt> (Termas de Portugal)
- <http://pt.wikipedia.org> (Wikipédia. A enciclopédia livre)
- <http://www.viamichelin.com> (Viamichelin)

Entidades que forneceram directamente informação:

- Câmara Municipal de Amares
- Câmara Municipal de Barcelos
- Câmara Municipal de Braga
- Câmara Municipal de Chaves
- Câmara Municipal de Vila Verde
- INSCOOP. Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo. Lisboa.
- Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica, IDRHa. Divisão de Promoção de Produtos de Qualidade. Lisboa.